

INTÉRPRETES DO BRASIL

INTÉRPRETES DO BRASIL



WWW.INTERPRETESDOBRASIL.ORG

"Enciclopédia de brasilidade - Cesar Benjamin

<http://www.contrapontoeditora.com.br/.../200711011651590.Cert...>

...

Nós, os brasileiros – Paulo Timm – Coletânea

[http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/Obras%20do%20Timm/150627061554NOS__OS_BRASILEIROS_\(2\).pdf](http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/Obras%20do%20Timm/150627061554NOS__OS_BRASILEIROS_(2).pdf)

Sociologia brasileira: 11 seminários, entrevistas e documentários pra você entender os maiores...

De que é feita a sociologia brasileira? Qual seu tutano? Clique aqui e veja entrevistas, documentários e seminários sobre a sociologia do nosso país.

COLUNASTORTAS.WORDPRESS.COM

O pensamento estratégico de Francisco Adolfo de Varnhagen, por Paulo Roberto de Almeida

A data de 17 de fevereiro de 2016 marca o ducentésimo aniversário do nascimento do...

MUNDORAMA.NET

Sobre José Bonifácio, os “Pais Fundadores” dos EUA, Joaquin Nabuco, Rui Barbosa e Adam Smith

<https://marcosfernandeseconomic sandpolitics.wordpress.com/2016/02/18/sobre-jose-bonifacio-os-pais-fundadores-dos-eua-joaquin-nabuco-rui-barbosa-e-adam-smith/>

José Bonifácio, Rui Barbosa, Nabuco e Adam Smith (Teoria dos sentimentos Morais) deveriam ser leituras obrigatórias nas escolas.

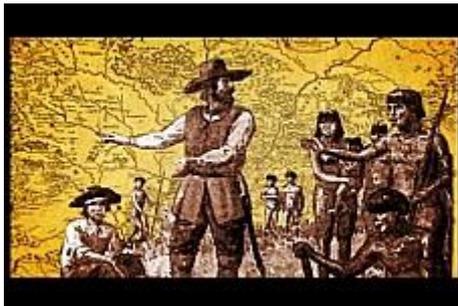
O Andrada é mais avançado que os pais fundadores dos EUA, incrível. Kenneth Maxwell republicou um [artigo](#) dele sobre o Brasil e sua peculiaridade onde isso fica claro, mas Jorge Caldeira em seu [livro sobre JB deixa isso bem claro](#).

TV CAMARA - Construtores do Brasil

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/programa/49-CONSTRUTORES-DO-BRASIL.html>

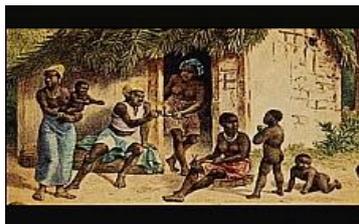
O programa mostra a biografia de 25 personalidades que tiveram papel predominante na formação política, histórica e geográfica do Brasil.

Raposo Tavares



Definidor das fronteiras

Outros destaques



PRINCESA ISABEL



JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA



FILIFE CAMARÃO

Mais recentes

- Construtores do Brasil - h - 17 de abril de 27 Tiradentes
- Construtores do Brasil - h - 17 de abril de 27 Frei Caneca
- Construtores do Brasil - h - 17 de abril de 27 Floriano Peixoto
- Construtores do Brasil - h - 17 de abril de 27 Plácido de Castro

[mais vídeos do programa Construtores do Brasil »](#)

Anísio Teixeira

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

Anísio Teixeira	
	
Nome completo	Anísio Spínola Teixeira
Nascimento	12 de julho de 1900 Caetitê, BA  Brasil
Morte	11 de março de 1971 (70 anos) Rio de Janeiro, RJ

 Brasil	
Ocupação	advogado, educador e escritor
Principais trabalhos	Universidade do Distrito Federal

Anísio Spínola Teixeira ([Caetité](#), [12 de julho](#) de [1900](#) — [Rio de Janeiro](#), [11 de março](#) de [1971](#)) foi um [jurista](#), intelectual, [educadore escritor brasileiro](#). Personagem central na história da educação no Brasil, nas décadas de [1920](#) e [1930](#), difundiu os pressupostos do movimento da [Escola Nova](#), que tinha como princípio a ênfase no desenvolvimento do intelecto e na capacidade de julgamento, em preferência à memorização. Reformou o sistema educacional da [Bahia](#) e do Rio de Janeiro, exercendo vários cargos executivos. Foi um dos mais destacados signatários do [Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova](#)¹, em defesa do [ensino público](#), gratuito, [laico](#) e obrigatório, divulgado em [1932](#). Fundou a [Universidade do Distrito Federal](#), em [1935](#), depois transformada em *Faculdade Nacional de Filosofia* da [Universidade do Brasil](#).

Na ideia de educação para todos, expressa por Anísio Teixeira, está a base de sua atuação como educador e sua contribuição para a educação no Brasil, importante até hoje!

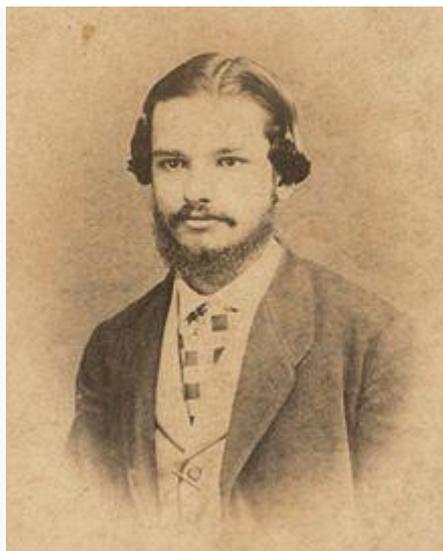
Índice

[\[esconder\]](#)

- [1 Biografia de um educador](#)
 - [1.1 Formação e início da vida pública](#)
 - [1.2 O educador na Bahia](#)
- [2 Política, realização e perseguição](#)
 - [2.1 Uma morte misteriosa](#)
 - [2.2 O legado](#)
- [3 Casa Anísio Teixeira \(1998 – 2009\)](#)
- [4 Pensamento de Anísio](#)
- [5 Depoimentos sobre o educador](#)
- [6 Homenagens](#)
- [7 Obras](#)
- [8 Referências](#)
- [9 Bibliografia](#)
- [10 Ver também](#)
- [11 Ligações externas](#)

Biografia de um educador[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

Formação e início da vida pública[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)



Deocleciano Teixeira, pai de Anísio.

Seu pai, o [médico Deocleciano Pires Teixeira](#), foi chefe político do município de [Caetité](#), casara-se com três irmãs, sucessivamente, sendo sua mãe a terceira delas. A família *Spínola*, secular na região, tinha já vários expoentes na vida social e política nacional — a exemplo de [Aristides Spínola](#) e [Joaquim Spínola](#), que havia sido presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, e fundador da *Revista dos Tribunais*.

Em sua cidade natal, iniciou os estudos no *Colégio São Luís Gonzaga*, de [jesuítas](#), continuando depois sua formação basilar em [Salvador](#), em [1914](#), no [Colégio Antônio Vieira](#), também dessa Ordem Religiosa.). Filho de fazendeiro, estudou em colégios de jesuítas na Bahia e cursou direito no Rio de Janeiro. Diplomou-se em [1922](#) e em [1924](#) já era inspetor-geral do Ensino na Bahia

Sob a influência dessa instituição, cogitou tornar-se jesuíta — sonho veementemente combatido por seu pai, que projetara uma carreira política para o filho.

Ainda aos dezessete anos, teve sua inteligência reconhecida por [Teodoro Sampaio](#), que o convidou a proferir uma palestra no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia.

Formando-se em [1922](#) na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro (atual [Faculdade de Direito da UFRJ](#)).

O educador na Bahia[\[editar](#) | [editar código-fonte](#)]



[Casa Natal de Anísio Teixeira, Caetité](#), Bahia.

De volta à Bahia, em [1924](#), a convite do governador [Góes Calmon](#), assumiu o cargo de [Inspetor Geral de Ensino](#) — cargo equivalente hoje ao de Secretário da Educação - iniciando sua carreira de pedagogo e administrador público.

A fim de melhor desempenhar esta função, viajou em [1925](#) à Europa, onde observou o sistema educacional de diversos países — implementando em seguida várias reformas no ensino do estado.

Teixeira conseguiu ampliar o sistema educacional, privilegiando a formação de professores. Em sua terra natal, Caetité, reinaugurou a Escola Normal, que havia sido fechada por Severino Vieira em [1901](#).

Em [1927](#), foi aos [Estados Unidos](#), onde travou conhecimento com as ideias do filósofo e pedagogo [John Dewey](#), que muito iriam influenciar seu pensamento. No ano seguinte, demitiu-se do cargo pelo fato de o novo governador não concordar com suas ideias sobre mudanças no ensino.

Voltou aos Estados Unidos ([1928](#)), onde fez pós-graduação. De volta ao Brasil traduziu, pela primeira vez em português, dois trabalhos de Dewey.

Em [1928](#), ingressou na Universidade de Colúmbia, em Nova York, onde obteve o título de mestre e conheceu o educador John Dewey.

Em [1931](#), mudou-se para o Rio de Janeiro, ocupando a Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal, em cujo mandato instituiu a integração da "Rede Municipal de Educação", do fundamental à universidade. Diversas melhorias e mudanças foram feitas, mas a que maior polêmica gerou foi a criação da [Universidade do Distrito Federal](#), em [1935](#).

Tornou-se Secretário da Educação do Rio de Janeiro em 1931 e realizou uma ampla reforma na rede de ensino, integrando o ensino da escola primária à universidade.

Em [1932](#), participou do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, tendo publicado neste período duas obras sobre educação que, junto a suas realizações, deram-lhe projeção nacional.

Em [1935](#), criou a Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, perseguido pelo governo de Getúlio Vargas, Anísio Teixeira mudou-se para sua cidade natal, na Bahia, onde viveu até 1945.

Anísio Teixeira assumiu o cargo de conselheiro geral da UNESCO em 1946. No ano seguinte, foi convidado novamente a assumir o cargo de Secretário da Educação da Bahia, onde foi muito bem-sucedido como administrador público. Criou a Escola Parque, em Salvador, que se tornou um centro pioneiro de educação integral.

Em [1951](#), assumiu a função de Secretário Geral da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), tornando-se, no ano seguinte, diretor do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos).

Em fins dos anos 1950, Anísio Teixeira participou dos debates para a implantação da Lei Nacional de Diretrizes e Bases, sempre como árduo defensor da educação pública. Ao lado de Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira foi um dos fundadores da Universidade de Brasília, da qual tornou-se reitor em 1963.

No ano seguinte, com o golpe militar, afastou-se do cargo e foi para os Estados Unidos, lecionando nas Universidades de Colúmbia e da Califórnia. De volta ao Brasil em 1966, tornou-se consultor da Fundação Getúlio Vargas.

Anísio Teixeira morreu em 1971, em circunstâncias consideradas obscuras. Seu corpo foi achado num elevador na Avenida Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. Apesar do laudo de morte acidental, há suspeitas de que tenha sido vítima das forças de repressão do governo do General [Emílio Garrastazu Médici](#).

Política, realização e perseguição[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

Durante a última fase do [Estado Novo](#), Teixeira afastou-se da vida pública. Dedicou-se, então, à mineração — atividade de alguns parentes. Aproximou-se mais do amigo [Monteiro Lobato](#) e publicou *Educação para a Democracia*, além de realizar diversas traduções.

Na [década de 1940](#), foi Conselheiro da [UNESCO](#) (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

Voltando o país ao regime democrático em [1946](#), Teixeira foi convidado por [Octávio Mangabeira](#) — um dos maiores líderes liberais do século XX, fundador da [UDN](#), também exilado e então eleito para o Governo da Bahia — a ser o Secretário de Educação e Saúde. Dentre outras realizações, construiu na *Liberdade* — o mais populoso e pobre bairro da capital baiana — o "**Centro Educacional Carneiro Ribeiro**", mais conhecido por [Escola Parque](#), lugar para educação em tempo integral e que serviria de modelo para os futuros CIACs e CIEPs.

Nos [anos 50](#), dirigiu o *Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos*, ou [INEP](#), órgão do Governo Federal que, no governo de Fernando Henrique Cardoso, passou a se chamar *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*². Foi também o criador e primeiro dirigente da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual [CAPES](#)), criada em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741, pelo presidente Getúlio Vargas, e que Anísio dirigiu até o golpe de 1964. A CAPES subordinava-se diretamente ao Presidente da República mas, depois de 1964, passou a integrar o organograma do Ministério da Educação³. De todo modo, com a ditadura militar, Anísio deixou sua direção.

Foi um dos idealizadores do projeto da [Universidade de Brasília](#) (UnB), inaugurada em 1961, da qual veio a ser reitor em [1963](#), para ser afastado após o [golpe militar de 1964](#).

Uma morte misteriosa[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

Diversas circunstâncias obscuras cercaram a morte de Anísio Teixeira. Dois meses antes de sua morte, ele escreveu: "*Por mais que busquemos aceitar a morte, ela nos chega sempre como algo de imprevisto e terrível, talvez devido seu caráter definitivo: a vida é permanente transição, interrompida por estes sobressaltos bruscos de morte*" (numa carta a Fernando de Azevedo).

Por intercessão do amigo [Hermes Lima](#), Anísio candidatou-se a uma vaga na [Academia](#). Iniciou-se assim a série de visitas protocolares aos Imortais.

Depois da última visita, ao lexicógrafo [Aurélio Buarque de Holanda Ferreira](#), Anísio desapareceu. Preocupada, sua família investigou seu paradeiro, sendo informada pelos militares de que ele se encontrava detido.

Uma longa procura por informações teve início — repetindo um drama vivido por centenas de famílias brasileiras durante a [ditadura militar](#). Mas, ao contrário das desencontradas informações e pistas falsas, seu corpo foi finalmente encontrado no fosso do elevador do prédio do imortal Aurélio, na [Praia de Botafogo](#), no Rio. Dois dias haviam se passado de seu desaparecimento. Seu corpo não tinha sinais de queda, nem hematomas que a comprovassem. A versão oficial foi de "acidente".

Calava-se, para um Brasil mergulhado em sombras, uma voz em defesa da educação — portador da "subversiva" ideia de um país melhor. Era o dia [14 de março](#) de 1971.⁴

Em depoimento na [UnB](#), em 10 de agosto de 2012, o professor [João Augusto de Lima Rocha](#) declarou:

"Em dezembro de 1988, [Luiz Viana Filho](#) me confessou que **Anísio Teixeira** foi preso no dia que desapareceu ([11 de março](#) de 1971) e levado para o quartel da Aeronáutica, em uma operação que teve como mentor o brigadeiro [João Paulo Burnier](#), figura conhecida do regime militar e que tinha o plano de matar todos os intelectuais mais importantes do Brasil na época", disse João Augusto.⁵

O legado[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

- De sua obra em Salvador, destaca-se o [Centro Educacional Carneiro Ribeiro](#) (melhor conhecido por *Escola Parque*), de [1950](#), situado no populoso e pobre bairro da Liberdade, no qual buscou inspiração [Darcy Ribeiro](#) para, na [década de 1980](#), criar os [CIEPs](#). Na [década de 1990](#) foi a vez do Governo Federal criar os [CIACs](#) e, no início

do [século XXI](#), na Bahia, os *Colégios Modelo* — todos fundamentados em sua ainda atual visão da educação integral e, no início do século XXI, os mais de 21 [CEUs \(Centros Educacionais Unificados\)](#), construídos na cidade de São Paulo, tiveram em seus projetos fortes influências da [Escola Parque](#) de Anísio.

- Em [Caetité](#), em sua casa natal (foto acima), mantém-se a Fundação Anísio Teixeira, presidida por sua filha Anna Cristina Teixeira Monteiro de Barros, com apoio governamental (Estado e Município) e da iniciativa privada, e a Casa Anísio Teixeira, com [biblioteca](#), [museu](#), cine-teatro e biblioteca móvel. A instituição leva conhecimento e mantém viva a memória do grande educador brasileiro.
- No [Rio de Janeiro](#) existe o [Centro Educacional Anísio Teixeira](#), escola privada de [ensino fundamental](#) e [ensino médio](#), com proposta pedagógica segundo as ideias do educador.

Casa Anísio Teixeira (1998 – 2009)[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

A [Casa Anísio Teixeira](#) é uma entidade cultural vinculada à [Fundação Anísio Teixeira](#) e por esta administrada, localizada na casa natal do educador Anísio Teixeira, na cidade de Caetité, sudoeste da Bahia, em imóvel tombado que é patrimônio da Fundação.

Inaugurada em fev/1998, após restauração feita pelo Governo da Bahia através do [IPAC](#), a Casa Anísio Teixeira tem como objetivo preservar e divulgar o pensamento e a obra do educador Anísio Teixeira, bem como promover o desenvolvimento regional do ponto de vista da Educação e da Cultura, inspirando-se nos ideais e princípios do educador, que sempre militou em favor da expansão das oportunidades de educação pública, gratuita e de qualidade, em nosso país.

A Entidade abriga um Centro de Memória que preserva a arquitetura e o mobiliário de época, onde são apresentados hábitos e costumes de uma família dos séculos XIX e XX; uma Biblioteca Pública informatizada e equipada também com uma Biblioteca Móvel que atende a população da zona rural, buscando despertar o interesse pela leitura; um Cine-Teatro que funciona como Auditório e Sala de Cinema (ambos esses projetos implantados com patrocínio da empresa pública federal [INB - Indústrias Nucleares do Brasil](#), através do Programa [FAZCULTURA](#) - Programa Estadual de Incentivo à Cultura do Governo da Bahia); Oficina de Arte-Educação que atua ressaltando a importância da educação ambiental; Núcleo de Contação de Histórias que busca incentivar e formar contadores de histórias, priorizando a literatura infantil nacional e releituras de clássicos incorporados à nossa cultura; Sala de Cultura Digital, instalada em parceria com a INB, equipada com quatro computadores conectados à Internet, via cabo, e disponibilizados à população, em especial aos usuários da Biblioteca; com a ajuda permanente de um monitor; e um pátio externo para eventos culturais e educativos. Esses espaços colaboram, sem sombra de dúvida, para dinamizar a vida cultural da cidade de Caetité e da região.

Pensamento de Anísio[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

Ele expressa em suas ideias uma constante preocupação com uma educação livre de privilégios, que é cada vez mais valorizada.

Sou contra a educação como processo exclusivo de formação de uma elite, mantendo a grande maioria da população em estado de analfabetismo e ignorância.

Revolta-me saber que dos cinco milhões que estão na escola, apenas 450.000 conseguem chegar à 4ª série,

todos os demais ficando frustrados mentalmente e incapacitados para se integrarem em uma civilização industrial e alcançarem um padrão de vida de simples decência humana.

Choca-me ver o desbarato dos recursos públicos para educação, dispensados em subvenções de toda natureza a atividades educacionais, sem nexos nem ordem, puramente paternalistas ou francamente eleitoreiras.

— Anísio Teixeira

Depoimentos sobre o educador[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

Como exórdio da importância de **Anísio** para a intelectualidade brasileira, o trecho da seguinte carta a ele dirigida, escrita por Monteiro Lobato, reflete como suas ideias podem animar os que verdadeiramente acreditam no Brasil:

Comecei a ler o Manifesto. Comecei a não entender, e ver ali o que desejava ver. Larguei-o. Pus-me a pensar — quem sabe está nalgum lugar do livro de Anísio o que não acho aqui — e lembrei-me de um livro sobre a educação progressiva, que me mandaste e que se extraviou no caos que é minha mesa. Pus-me a procurá-lo, achei-o. E cá estou, Anísio, depois de lidas algumas páginas apenas, a procurar dar berros de entusiasmo, por uma coisa maravilhosa que é a sua inteligência lapidada pelos Deweys e Kilpatricks!

...Eureca! Eureca! Você é o líder, Anísio! Você há de moldar o plano educacional brasileiro. Só você tem a inteligência bastante aguda para ver dentro do cipoal de coisas engolidas e não digeridas por nossos pedagogos reformadores... Eles não conhecem, senão de nomes, aqueles píncaros (Dewey & Co.) por cima dos quais você andou e donde pode descortinar a verdade moderna. Só você, que aperfeiçoou a visão e teve o supremo deslumbramento, pode neste País falar de educação!

— [Monteiro Lobato](#)



Busto de Anísio, em [Caetité](#).

Algumas opiniões acerca deste educador:

...Cidadão íntegro, puro, decente. Além de inteligentíssimo, dono de cultura invulgar, mestre incontestado no que se refere à educação, Anísio Teixeira foi um brasileiro raro. Tão extraordinário a ponto de ter sido alvo durante toda a vida de restrições, suspeitas, aleivosias, perseguições, misérias de todo tipo com que os imundos o perseguiram — sobram imundos no Brasil. Tentaram de todas as maneiras impedir Anísio Teixeira de realizar sua missão civilizadora mas ele era irredutível e invencível. O que o Brasil de hoje possui de melhor e de maior deve-se em grande parte a este humanista baiano de grandeza universal.

— [Jorge Amado](#)

...Anísio Teixeira é o pensador mais discutido, mais apoiado e mais combatido do Brasil. Ninguém como ele provoca a admiração de tantos. Ninguém é também tão negado e tem tantas vezes seu pensamento deformado (...) Suas teses educacionais se identificam tanto com os interesses nacionais e com a luta pela democratização de nossa sociedade que dificilmente se admitiria pudessem provocar tamanha reação num país republicano.

— [Darcy Ribeiro](#)

Suas obras e seus conceitos continuam sendo ricas fontes de conhecimento e de inspiração para os que se preocupam com a educação e com o futuro de nosso país.

Anísio deixou como herança um acervo que tem sido objeto de pesquisas, monografias e teses. Seus textos são revisitados com frequência como fonte primária para as investigações da história da educação brasileira, por estudiosos de variadas áreas do conhecimento.

— Nilda Teves⁶

A magnitude de Anísio Teixeira é própria de um pensador social dos mais profundos, que não perde em nada para [Gilberto Freyre](#) ou qualquer outro. (...) Ele precisa ser lembrado ao lado de historiadores como [Sérgio Buarque de Holanda](#), sociólogos como [Florestan Fernandes](#) e antropólogos como [Emilio Willems](#).

— Marcos Cezar de Freitas⁷

Homenagens[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

Depois de muito tempo relegado ao esquecimento, a memória de Anísio Teixeira foi, com o fim da ditadura militar, aos poucos sendo resgatada. Sem dúvida, o maior passo neste processo, deu-se com o lançamento, em [1 de outubro](#) de [1993](#), da cédula de mil [Cruzeiros Reais](#), lembrando o grande educador, que ficou em vigor até julho de [1994](#), quando foi substituída pelo [Real](#).

O ano de seu centenário de nascimento, [2000](#), foi marcado por diversas homenagens. Muitas entidades educacionais ou, mais especificamente, pedagógicas, realizaram eventos em comemoração.

O dia 12 de julho é, em sua memória, [feriado](#) municipal na sua Caetité natal.

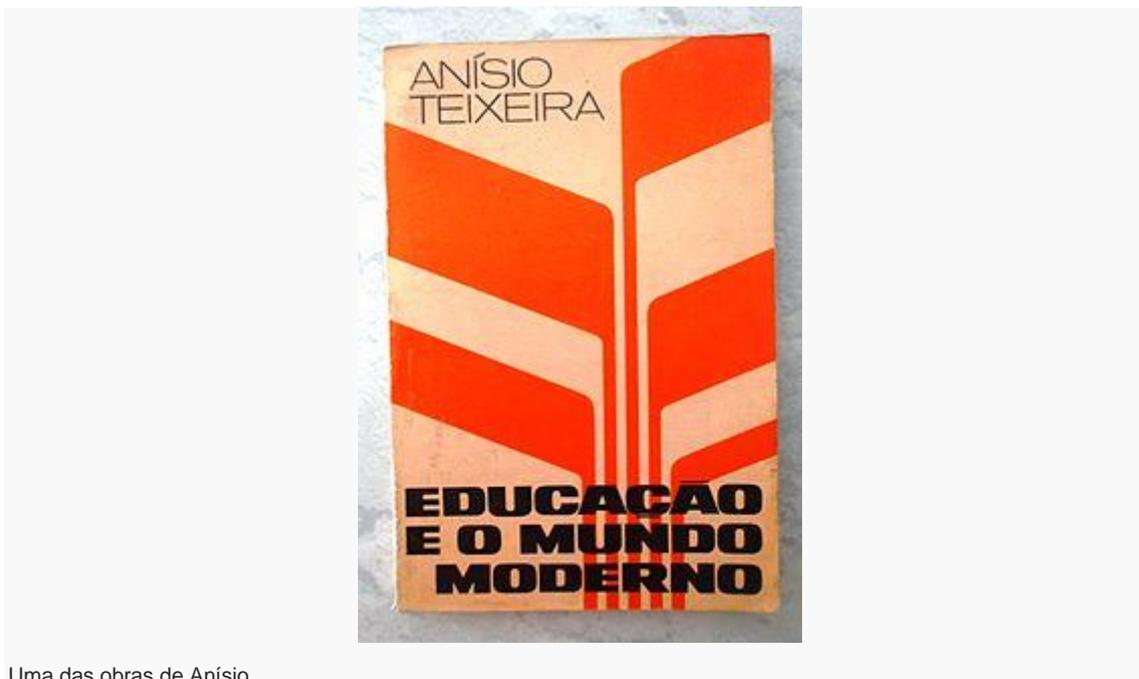
Sob auspícios da [Rede Bandeirantes](#), um [documentário](#) foi feito em [1999](#), contando a vida do educador.

Inúmeras instituições de ensino no país levam seu nome, em especial o [Instituto de Educação Anísio Teixeira](#), em sua terra natal.

A cadeira número 3 da [Academia Caetiteense de Letras](#), em sua cidade natal, traz como patrono o grande educador.

Rua e travessas recebem o nome de [Anísio Teixeira](#) nas cidades de: [Barreiras](#), [Itabuna](#), [Salvador](#) e [Vitória da Conquista](#) na [Bahia](#); [Petrolina](#) em [Pernambuco](#); [Francisco Beltrão](#) no [Paraná](#); [São Gonçalo](#) e na Capital do Estado do [Rio de Janeiro](#); em [Ariquemes](#) em [Rondônia](#); [Florianópolis](#) e [Lages](#) em [Santa Catarina](#); [Americana](#) em [São Paulo](#); e em [Belo Horizonte](#) no Estado de [Minas Gerais](#).

Obras[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]



Uma das obras de Anísio.

Dentre as suas obras, destacam-se:

- Aspectos americanos de educação. Salvador. Tip. De São Francisco, 1928, 166 p.
- A educação e a crise brasileira. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956, 355 p.
- Educação é um direito. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, 221 p.
- Educação e o mundo moderno. 2ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977, 245 p.
- Educação e universidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998, 187 p.
- Educação no Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional 1969, 385 p.
- Educação não é privilégio. 5ª ed. Rio de Janeiro.- Editora UFRJ, 1994, 250 p.
- Educação para a democracia: introdução à administração educacional. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, 263 p.
- Educação progressiva: uma introdução à filosofia da educação. 2ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1934, 210 p.
- Em marcha para a democracia: à margem dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, s.d., 195 p.
- Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989, 186 p.
- Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968, 150 p.

Referências

1. [Ir para cima↑](#) *Manifesto dos pioneiros da educação nova*, BR: Pedagogia em foco.
2. [Ir para cima↑](#) *Inep*, BR.
3. [Ir para cima↑](#) "História e missão", *Sobre a Capes*, BR: Capes.
4. [Ir para cima↑](#) *Memória - Emoção no sepultamento do mestre*. UnB Agência, 10 de agosto de 2012 (reportagem sobre a morte de Anísio Teixeira, originalmente publicada na edição de 15 de março de 1971 do jornal *Última Hora*).
5. [Ir para cima↑](#) "Professor baiano surpreendeu os presentes na cerimônia ao narrar depoimentos que reforçam a suspeita de que Anísio Teixeira, fundador da Universidade, foi assassinado pelo regime militar". *UnB* Agência. 10 de agosto de 2012.
6. [Ir para cima↑](#) *A atualidade do pensamento de Anísio Teixeira*. Palestra proferida na Associação Brasileira de Educação (ABE), pela Profª Nilda Teves. Rio de Janeiro, 2000.
7. [Ir para cima↑](#) CASIMIRO, Vitor, "*Entrevista: Anísio Teixeira foi o mais plural dos intelectuais que o Brasil teve no século XX*", *Revista e.Educacional*. Entrevista com o pesquisador Marcos Cezar de Freitas.

Bibliografia[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

- TEIXEIRA, Anísio e ROCHA E SILVA, Maurício. Diálogo sobre a lógica do conhecimento. São Paulo: Edart Editora, 116 p.
- AGUIAR, Lielva Azevedo. *"Agora um pouco da política sertaneja": A trajetória da família Teixeira no Alto Sertão da Bahia (Caetité, 1885-1924)*. Santo Antônio de Jesus: *Universidade do Estado da Bahia* – UNEB, 2011.

Ver também[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

- [Lista de educadores](#)
- [Arte-educação](#)
- [Instituto de Educação Anísio Teixeira](#) - fundada pelo mestre em sua cidade natal.
- [Centro Educacional Carneiro Ribeiro](#) - conhecida por *Escola Parque*, pioneira do ensino integral no Brasil, em [Salvador](#).

Ligações externas[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

- [Anísio Teixeira, Educar para Crescer](#)
- [Faculdade Anísio Teixeira](#)
- [Biblioteca Virtual Anísio Teixeira](#)

portal sobre o educador, pode-se ter para download obras completas, como a biografia feita por [Hermes Lima](#), além de diversos textos, imagens e homenagens.

- [Biobibliografia de Anísio Teixeira](#) Biobibliografia de Anísio Teixeira (R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 82, n. 200/201/202, p. 207-242, jan./dez. 2001.)
- [Anísio Teixeira - e a escola pública brasileira \(projeto de educação integral\)](#)
- [ROCHA, João Augusto de Lima. Referências à Revolução na Obra de Anísio Teixeira. Brasília: Revista de Pedagogia, Universidade de Brasília, ano 2 – número 4 – Terceiro especial sobre Anísio Teixeira.](#)
- [Anísio Teixeira: Vida, Obras e Movimento, por Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior, Proyecto Ensayo Hispánico](#)

GRANDES BRASILEIROS

- [Anísio Teixeira - Educação não é privilégio - Série ...](#)

▶ 44:21

www.youtube.com/watch?v=PO1liuYGzdw

18 de ago de 2012 - Vídeo enviado por projetoabridor

O segundo programa revela a vida e a obra de **Anísio Teixeira**. O objetivo principal é explorar a mais ...

- [Anísio Teixeira: educação não é privilégio \(Parte 1/5 ... globotv.globo.com/rede...anísio-teixeira/3551662/](#)

9 de ago de 2014

O Aprovado convidou a pesquisadora e professora da Uneb Jaci Menezes para conversar sobre ...

- [Anísio Teixeira: educação não é privilégio \(Parte 2/5 ...](#)

▶ 9:57

www.youtube.com/watch?v=pY27AwcQp54

▶ 9:49

www.youtube.com/watch?v=0afRab9s9AM

11 de dez de 2009 - Vídeo enviado por Vinicius Coelho

Documentário sobre **Anísio Teixeira** da "Série Educadores Brasileiros" produzido pela TV Escola ...

- [educadores brasileiros - anísio teixeira ... - YouTube](#)

▶ 27:53

www.youtube.com/watch?v=GyaFU0cNKig

11 de abr de 2011 - Vídeo enviado por Eddie Silva

A série Educadores Brasileiros apresenta a biografia e a obra de grandes teóricos da educação no Brasil ...

- [Anísio Teixeira, uma vida que mudou uma história. - YouTube](#)

▶ 4:30

www.youtube.com/watch?v=b6-88ibGqq4

10 de jun de 2013 - Vídeo enviado por Laiane Brito

Trabalho realizado por alunos do Centro Universitário Jorge Amado-Salvador/BA. Graduandos em ...

- [Entenda melhor a pedagogia de Anísio Teixeira - Globo TV](#)

▶ 10:12

11 de dez de 2009 - Vídeo enviado por Vinicius Coelho
Documentário sobre **Anísio Teixeira** da "Série Educadores Brasileiros" produzido pela TV Escola ...

● [ANÍSIO TEIXEIRA: EDUCAÇÃO NÃO É PRIVILÉGIO | TAL ...](#)

▶

[tal.tv](#) > Video

Vida e obra de **Anísio Teixeira**, e sua Escola Parque. **ANÍSIO TEIXEIRA: EDUCAÇÃO NÃO É PRIVILÉGIO** ...

● [Anísio Teixeira: educação não é privilégio \(Parte 4/5 ...](#)

▶ 9:15

www.youtube.com/watch?v=qDAtWBFwAIQ

11 de dez de 2009 - Vídeo enviado por Vinicius Coelho
Documentário sobre **Anísio Teixeira** da "Série Educadores Brasileiros" produzido pela TV Escola ...

● [Anísio Teixeira - YouTube](#)

▶ 4:55

www.youtube.com/watch?v=K3FRSBPpoF8

25 de mai de 2009 - Vídeo enviado por kasinha7
Isso é que dá pesquisar em wikipédia. Caitité é Bahia. **Anísio Teixeira** foi o maior educador do Brasil ...

● [Anísio Teixeira e a educação - YouTube](#)

▶ 10:59

www.youtube.com/watch?v=Q3F0hBUY_KU

8 de jun de 2008 - Vídeo enviado por avaunitins
Video editado do dominio publico que descreve a importancia de **anísio teixeira** para a educação ...

CELSO FURTADO

Economista

1. Celso Monteiro Furtado foi um economista brasileiro e um dos mais destacados intelectuais do país ao longo do século XX. [Wikipédia](#)
- 2.
3. **Nascimento:** 26 de julho de 1920, [Pombal, Paraíba](#)
4. **Falecimento:** 20 de novembro de 2004, [Rio de Janeiro, Rio de Janeiro](#)
5. **Educação:** [Universidade de Paris](#)
6. **Cônjuge:** [Rosa Freire d'Aguiar](#) (de 1978 a 2004)
7. **Obras:** [Formação Econômica do Brasil](#), [O Brasil pós-"milagre"](#), [mais](#)
8. **Filhos:** [Mario Tosi Furtado](#), [André Tosi Furtado](#)

- [Celso Furtado O Longo Amanhecer - YouTube](#)

▶ 3:17

www.youtube.com/watch?v=KCtQoithCqU

- 23 de abr de 2013 - Vídeo enviado por viviacirio

Celso Furtado O Longo Amanhecer. ... next; Play now. Furtado: a navegação venturosa para o longo ...

- [O Longo Amanhecer - Cinebiografia de Celso Furtado ...](#)

▶ 72:53

<https://archive.org/details/Longo.Amanhecer.Furtado>

5 de nov de 2013

Uma análise das idéias do economista **Celso Furtado** e de sua participação em diversos projetos ...

- [Mesa-redonda "Celso Furtado: a dimensão cultural do ...](#)

▶ 129:11

www.youtube.com/watch?v=R9ZyapSEtMk

- 22 de dez de 2011 - Vídeo enviado por Centro Celso Furtado

A mesa-redonda **Celso Furtado**: a dimensão cultural do desenvolvimento, ocorreu dia 25 de novembro ...

CESAR LATES

- [César Lattes - YouTube](#)

▶ 19:55

www.youtube.com/watch?v=i6nqu-UEaLU

- 23 de jan de 2011 - Vídeo enviado por Alberto Ricardo Präss

César Lattes (11/07/1924, Curitiba) (08/03/2005, Campinas) Um dos mais famosos cientistas ...

- [Homenagem ao Físico César Lattes - YouTube](#)

▶ 0:50

www.youtube.com/watch?v=oHHeWBTCdEw

- 13 de abr de 2008 - Vídeo enviado por Ronaldo Barbosa Alvim

Homenagem ao maior físico brasileiro de todos os tempos: **César Lattes** Visite o blog do professor ...

- [Cientistas Brasileiros \(César Lattes & José Leite Lopes ...](#)

▶ 14:18

www.youtube.com/watch?v=uVb0tY3aSLs

- 10 de set de 2011 - Vídeo enviado por Lucas Alexandre Mortale

Cientistas Brasileiros (**César Lattes** & José Leite Lopes) - Final ... César Lattes e José Leite Lopes, vocês ...

- [Cientistas Brasileiros - César Lattes & José Leite Lopes ...](#)

▶ 53:10

<https://vimeo.com/117507410>

22 de jan de 2015

César Lattes e José Leite Lopes são dois pilares da Física brasileira. A repercussão internacional e o ...

ALOISIO MAGALHAES

- 1.
2. Aloísio Sérgio Barbosa de Magalhães foi um designer gráfico brasileiro. É considerado pioneiro na introdução do design moderno no Brasil, tendo ajudado a fundar a primeira escola superior de design neste país, a Escola ... [Wikipédia](#)

1. [A história de Aloísio Magalhães - YouTube](#)

▶ 12:07

www.youtube.com/watch?v=X5D5ErKweYw

- 15 de mai de 2012 - Vídeo enviado por Anderson Cortez Gonçalves
História de **Aloísio Magalhães** contada pelo seu próprio fantoche.

2. [Aloisio magalhaes - YouTube](#)

▶ 2:12

www.youtube.com/watch?v=8oyC8luurBM

- 6 de ago de 2014 - Vídeo enviado por Conteúdo Comunicação
Vídeo release Ocupação **Aloísio Magalhães** - Itaú Cultural.

3. [Ocupação Aloisio Magalhães \(2014\) - YouTube](#)

https://www.youtube.com/playlist?list=PLaV4cVMp_odySMss69C...

- 15 de ago de 2014 - **Aloísio Magalhães** é o 19º homenageado do projeto Ocupação. A exposição apresenta ao público suas diversas áreas de atuação: o trabalho ...

4. [Maria Cecília Londres - Ocupação Aloisio Magalhães \(2014 ...](#)

▶ 5:40

www.youtube.com/watch?v=SZI7YinT_SU

- 12 de ago de 2014 - Vídeo enviado por Itaú Cultural
Depoimento gravado para a Ocupação **Aloísio Magalhães**, em julho de 2014, no Rio de Janeiro/RJ ...

5. [Ocupação Aloisio Magalhães \(2014\) - Teaser - YouTube](#)

▶ 1:01

www.youtube.com/watch?v=Vasz5yVNAWI

- 15 de ago de 2014 - Vídeo enviado por Itaú Cultural
Aloísio Magalhães é o 19º homenageado do projeto Ocupação. A exposição apresenta ao público suas ...

6. [João Leite - Ocupação Aloisio Magalhães \(2014\) - Parte 1/6 ...](#)

▶ 3:42

www.youtube.com/watch?v=mxWRJv-Nv94

12 de ago de 2014 - Vídeo enviado por Itaú Cultural

Depoimento gravado para a Ocupação **Aloisio Magalhães**, em julho de 2014, no Itaú Cultural, em São ...

7. [Clarice Magalhães - Ocupação Aloisio Magalhães \(2014 ...](#)

▶ 3:55

www.youtube.com/watch?v=gwhhqaHC1Ec

12 de ago de 2014 - Vídeo enviado por Itaú Cultural

Depoimento gravado para a Ocupação **Aloisio Magalhães**, em julho de 2014, no Rio de Janeiro/RJ ...

8. [Joaquim Falcão - Ocupação Aloisio Magalhães \(2014 ...](#)

▶ 6:56

www.youtube.com/watch?v=wF6l9nUGYVc

12 de ago de 2014 - Vídeo enviado por Itaú Cultural

Depoimento gravado para a Ocupação **Aloisio Magalhães**, em julho de 2014, no Rio de Janeiro/RJ ...

9. [Aloísio Magalhães - YouTube](#)

▶ 2:49

www.youtube.com/watch?v=QYCEi0w7N4U

6 de mai de 2011 - Vídeo enviado por Milene Sanches

Informatica Aplicada - Uniube (Arquitetura e Urbanismo, 2011)

10. [Clarice Magalhães - Ocupação Aloisio Magalhães \(2014 ...](#)

▶ 2:13

www.youtube.com/watch?v=hdrTRs3zRlg

12 de ago de 2014 - Vídeo enviado por Itaú Cultural

Depoimento gravado para a Ocupação **Aloisio Magalhães**, em julho de 2014, no Rio de Janeiro/RJ ...

Milton Santos

1. Milton Almeida dos Santos foi um geógrafo brasileiro. Apesar de ter se graduado em Direito, Milton destacou-se por seus trabalhos em diversas áreas da geografia, em especial nos estudos de urbanização do Terceiro Mundo. [Wikipédia](#)
- 2.
3. **Nascimento:** 3 de maio de 1926, [Brasil](#)
4. **Falecimento:** 24 de junho de 2001, [São Paulo, São Paulo](#)
5. **Educação:** [Universidade de Estrasburgo](#)

- [Roda Viva - Milton Santos - YouTube](#)

▶ 86:12

www.youtube.com/watch?v=G9WoAjHEGBc

- 12 de abr de 2011 - Vídeo enviado por Albatroz Rei

Milton Santos - 2º Bloco ... O professor **Milton Santos** não sos coloca contra a globalização, mas contra a ...

- [Milton Santos - o mais importante geógrafo do Brasil \(TV ...](#)

▶ 25:39

www.youtube.com/watch?v=Y51aSaBC614

- 5 de jun de 2014 - Vídeo enviado por geografia e ensino de geografia

Milton Santos (1926-2001). Em 1994 recebeu o Prêmio Vautrin Lud - equivalente ao Nobel da ...

- [Documentario - Milton Santos por uma outra globalização ...](#)

▶ 56:11

www.youtube.com/watch?v=K6EIIQNsoJU

- 3 de set de 2011 - Vídeo enviado por Navegante Net

Milton Almeida dos **Santos** (Brotas de Macaúbas, 3 de maio de 1926 -- São Paulo, 24 de junho de 2001 ...

- [Milton Santos - Globalização 1/9 - YouTube](#)

▶ 10:00

www.youtube.com/watch?v=yRsRH4Pky18

- 6 de jan de 2010 - Vídeo enviado por Drean021

Encontro com **Milton Santos**: O mundo global visto do lado de cá, documentário do cineasta brasileiro ...

[Canal Curta](#)

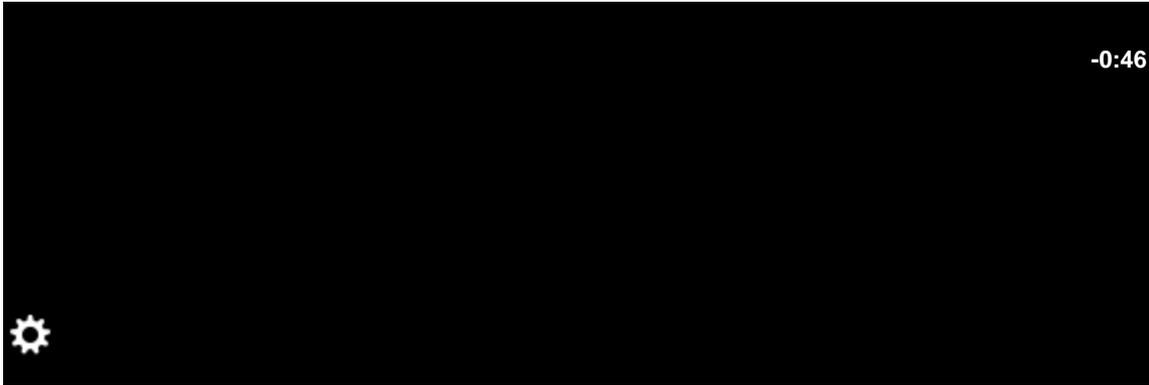
Patrocinado ·

"Encontro com Milton Santos ou O Mundo Global Visto do Lado de Cá"

Dirigido por Silvio Tendler, o documentário discute os problemas da globalização sob a perspectiva das periferias (seja o terceiro mundo, seja comunidades carentes). O filme é conduzido por uma entrevista com o geógrafo e intelectual baiano Milton Santos (1926-2001), gravada quatro meses antes de sua morte.

Não perca:

...[Ver mais](#)



91 comentários 1,3 mil compartilhamentos 36 mil visualizações

Darcy Ribeiro

Escritor

1. Darcy Ribeiro foi um antropólogo, escritor e político brasileiro, conhecido por seu foco em relação aos índios e à educação no país. [Wikipédia](#)
- 2.
3. **Nascimento:** 26 de outubro de 1922, [Montes Claros, Minas Gerais](#)
4. **Falecimento:** 17 de fevereiro de 1997, [Brasília](#)
5. **Obras:** [O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil](#), [mais](#)

● [O Povo Brasileiro, por Darcy Ribeiro - YouTube](#)

▶ 260:25

www.youtube.com/watch?v=eqlcHGj4f7k

- 18 de set de 2013 - Vídeo enviado por Manguebaby

Em "**O Povo Brasileiro**", o antropólogo **Darcy Ribeiro** nos conduz pelos caminhos da nossa formação ...

● [Cap.1/Matriz Tupi/O Povo Brasileiro/Darcy Ribeiro - YouTube](#)

▶ 26:04

www.youtube.com/watch?v=Dmi0Jn_9sPA

- 20 de set de 2013 - Vídeo enviado por Balaio Afro-Indígena

Capítulo 1 - Matriz Tupi O **Povo Brasileiro** é uma obra do antropólogo **Darcy Ribeiro**, lançada em 1995 ...

- [O Povo Brasileiro \(Matriz Tupi\) 1/30 - YouTube](#)

▶ 8:40

www.youtube.com/watch?v=pwQyYRGUS4c

- 28 de jan de 2010 - Vídeo enviado por Drean021

O **Povo Brasileiro** é uma obra do antropólogo **Darcy Ribeiro**, lançada em 1995, que aborda a história ...

- [O Povo Brasileiro - PARTE 2 - Matriz Luso. - YouTube](#)

▶ 26:03

www.youtube.com/watch?v=3kLJ8mmHbKo

11 de fev de 2013 - Vídeo enviado por hallysonmoreira1993

CLIQUE AQUI <<▽▽▽▽▽▽▽ O **Povo Brasileiro** é uma recriação da narrativa de **Darcy Ribeiro**, e discute a ...

- [Matriz Afro, O Povo Brasileiro Darcy Ribeiro Cap3 - YouTube](#)

▶ 26:03

www.youtube.com/watch?v=vwj1GBEYr_s

27 de mai de 2012 - Vídeo enviado por Mem Costa

Documentário do filme **brasileiro** do antropologo **Darcy Ribeiro**.

- [O povo brasileiro \(parte um\) - YouTube](#)

▶ 26:03

www.youtube.com/watch?v=-du4gtlutn8

- 13 de set de 2011 - Vídeo enviado por Denis Meneses

O antropólogo **Darcy Ribeiro** (1913-1997) foi um dos maiores intelectuais brasileiros do século XX. Esse ...

- [5:51 Indios - \(Formação do Povo Brasileiro - Darcy Ribeiro\)](#)

▶ 5:51

www.youtube.com/watch?v=mcP56hhb5TA

29 de mai de 2014 - Vídeo enviado por José Luís Alves da Rocha

Para falar sobre o canto, a dança, a arte e os rituais antropofágicos, utilizei esse outro recorte. **Povo** ...

- [Cap 9 O Brasil Caboclo O Povo Brasileiro Darcy Ribeiro ...](#)

▶ 26:10

www.youtube.com/watch?v=kmVUUxCGp1E

26 de set de 2013 - Vídeo enviado por Balaio Afro-Indígena

Cap 9 O Brasil Caboclo O *Povo Brasileiro* Darcy Ribeiro. Balaio Afro-Indígena ...

- [O Brasil Crioulo O Povo Brasileiro Darcy Ribeiro Cap5 ...](#)

▶ 26:04

www.youtube.com/watch?v=zry343KHftI

27 de mai de 2012 - Vídeo enviado por Mem Costa

Documentário do filme *brasileiro* do antropólogo *Darcy Ribeiro*.

- [Documentario - O povo brasileiro \(Darcy Ribeiro\) - YouTube](#)

<https://www.youtube.com/playlist?list=PL54ABF9351F6BCB6A>

Documentario - O *povo brasileiro (Darcy Ribeiro)*. by Ronnie Ballack; 30 videos; 20,168 views; Last updated on Jun 21, 2014. Play all. Share. Loading... Save ...

SOBRAL PINTO

Anna Maria Monteiro compartilhou a própria **foto**.

14 h · Editado ·

Eis um grande homem: Sobral Pinto! Assistam o filme sobre a vida dele!

Para que os brasileiros saibam que nem só de vermes se constituiu esta nação. Sim, muitos brasileiros foram íntegros. Sim, precisamos olhar para os nossos heróis, porque estamos cheios dos larápios sangue-sugas da nação.

Um advogado que morreu pobre. Em plena ditadura do Getúlio Vargas e depois na ditadura militar defendia os presos políticos(sem pertencer a nenhum partido e sequer era simpatizante da causas políticas, pois era católico fervoroso) Era um dos ÚNICOS advogados que tinha sucesso nestas causas, porque além de inteligente e trabalhador, nunca se deixou atemorizar pelo poder, muito menos se seduziu por ele, pois mesmo ao oferecer-lhe cargos e honrarias, ELE NUNCA ACEITOU! Um cristão de verdade *Emoticon heart*

Heráclito Fontoura Sobral Pinto foi um dos maiores juristas do Brasil. Nasceu em 1893 e morreu em 1991, aos 98 anos. Tornou-se uma figura exemplar ao combater duas ditaduras e colocar seu saber jurídico a serviço dos direitos humanos e das liberdades civis.

Católico fervoroso, defendeu pessoas com visões de mundo completamente diferentes da sua, como presos políticos do Estado Novo e da ditadura militar, incluindo o líder comunista Luis Carlos Prestes. Sobral foi responsável pelo resgate da filha de Prestes e Olga Benário das mãos do nazismo.

Sobral também atuou na defesa de Juscelino Kubitschek, mesmo sendo politicamente alinhado à UDN, partido historicamente rival a Juscelino. Nos

anos 80, já em idade avançada, subiu ao palanque das Diretas Já e discursou a favor da Constituição, que diz que "todo poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido".

Paula Fiuza é neta de Sobral Pinto e dirigiu o documentário sobre sua vida chamado "Sobral - O Homem Que Não Tinha Preço", que estreou na última sexta-feira (1º/11). Ela foi entrevistada pelo Podcast Rio Bravo, e o áudio da entrevista pode ser acessado aqui.

Leia os principais trechos da entrevista: Como seu avô conseguiu ser um homem tão lúcido em momentos tão complexos da vida nacional?

O Sobral Pinto carregava com ele como norte a própria consciência. Ele só obedecia à própria consciência e sempre foi assim. Ele teve uma criação católica muito forte. Ele foi estudante no colégio jesuíta, então já carregava essa coisa desses princípios católicos, a ética etc. Acho que o que complementou foi todo o estudo do Direito e ele viu o Direito como uma missão. Ele achava que carregar adiante aquela missão era o propósito da vida dele. Então ele não se vendia por preço algum porque ele não era movido por dinheiro, ele não se encantava com dinheiro, não tinha nenhuma ligação com bens materiais etc., então para ele era uma coisa mais do que natural seguir a ética pessoal dele, os princípios católicos e tudo que ele acreditava desde criança. E toda a formação jurídica, enfim. Acho que para ele era tudo muito natural. Não tinha crise de consciência. Dois dos episódios mais marcantes da vida do Sobral envolveram Luis Carlos Prestes. Um foi a defesa que ele fez do Prestes e o outro, o resgate de Anita Leocádia das mãos do nazismo...

O Prestes estava sendo colocado como vilão do país, aquele cara que queria fazer uma revolução comunista aqui. O Getúlio o encarcerou junto com o Harry Berger, que era outro revolucionário comunista, alemão, e eles foram muito mal tratados. Harry Berger foi terrivelmente torturado e o Luis Carlos Prestes ainda tinha uma coisa de não aceitar que qualquer pessoa o defendesse, muito menos um católico. O Sobral foi designado seu advogado pela Ordem dos Advogados do Brasil, foi lá para defendê-lo e o Prestes não aceitou. Só que o Sobral insistiu e continuou visitando o Prestes, apesar de não ser oficialmente seu advogado.

Como foi esse diálogo?



Anna Maria Monteiro

Heráclito Fontoura Sobral Pinto foi um dos maiores juristas do Brasil. Nasceu em 1893 e morreu em 1991, aos 98 anos. Tornou-se uma figura exemplar ao combater duas ditaduras e colocar seu saber jurídico a serviço dos direitos humanos e das liberdades civis.

Católico fervoroso, defendeu pessoas com visões de mundo completamente diferentes da sua, como presos políticos do Estado Novo e da ditadura militar, incluindo o líder comunista Luis Carlos Prestes. Sobral foi responsável pelo resgate da filha de Prestes e Olga Benário das mãos do nazismo.

Sobral também atuou na defesa de Juscelino Kubitschek, mesmo sendo politicamente alinhado à UDN, partido historicamente rival a Juscelino. Nos anos 80, já em idade avançada, subiu ao palanque das Diretas Já e discursou a favor da Constituição, que diz que "todo poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido".

Paula Fiuza é neta de Sobral Pinto e dirigiu o documentário sobre sua vida chamado "Sobral - O Homem Que Não Tinha Preço", que estreou na última sexta-feira (1º/11). Ela foi entrevistada pelo Podcast Rio Bravo, e o áudio da entrevista pode ser acessado aqui.

Leia os principais trechos da entrevista:

Como seu avô conseguiu ser um homem tão lúcido em momentos tão complexos da vida nacional? O Sobral Pinto carregava com ele como norte a própria consciência. Ele só obedecia à própria consciência e sempre foi assim. Ele teve uma criação católica muito forte. Ele foi estudante no colégio jesuíta, então já carregava essa coisa desses princípios católicos, a ética etc. Acho que o que complementou foi todo o estudo do Direito e ele viu o Direito como uma missão. Ele achava que carregar adiante aquela missão era o propósito da vida dele. Então ele não se vendia por preço algum porque ele não era movido por dinheiro, ele não se encantava com dinheiro, não tinha nenhuma ligação com bens materiais etc., então para ele era uma coisa mais do que natural seguir a ética pessoal dele, os princípios católicos e tudo que ele acreditava desde criança. E toda a formação jurídica, enfim. Acho que para ele era tudo muito natural. Não tinha crise de consciência.

Dois dos episódios mais marcantes da vida do Sobral envolveram Luis Carlos Prestes. Um foi a defesa que ele fez do Prestes e o outro, o resgate de Anita Leocádia das mãos do nazismo... O Prestes estava sendo colocado como vilão do país, aquele cara que queria fazer uma revolução comunista aqui. O Getúlio o encarcerou junto com o Harry Berger, que era outro revolucionário comunista, alemão, e eles foram muito mal tratados. Harry Berger foi terrivelmente torturado e o Luis Carlos Prestes ainda tinha uma coisa de não aceitar que qualquer pessoa o defendesse, muito menos um católico. O Sobral foi designado seu advogado pela Ordem dos Advogados do Brasil, foi lá para defendê-lo e o Prestes não aceitou. Só que o

Sobral insistiu e continuou visitando o Prestes, apesar de não ser oficialmente seu advogado.

Como foi esse diálogo? Eles começaram a se entender e o Prestes viu que ali ele tinha um interlocutor isento, imparcial. Uma pessoa que estava realmente ali para defender os direitos dele. Então chegou um momento em que aceitou oficialmente a defesa. Foi um bom tempo de insistência nessa relação.

Como Sobral se envolveu na história de Anita Leocádia? Luis Carlos Prestes era companheiro de Olga Benário na época da articulação dessa revolução comunista. Os dois foram presos, juntos, no mesmo dia, e a Olga logo depois descobriu que estava grávida do Luis Carlos Prestes. E eles não eram casados oficialmente. Na verdade, foi um romance. Eles eram marido e mulher como um disfarce, identidades falsas, só que realmente se apaixonaram e passaram a viver um romance. Olga estava grávida, mas era judia alemã. Hitler já estava há um tempo no governo da Alemanha e Getúlio [Vargas] era simpatizante de Hitler naquela época. E Olga foi extraditada para a Alemanha, grávida. Então Anita Leocádia nasceu em uma prisão alemã. Em uma prisão de mulheres em Berlim, na Alemanha. E a política dos nazistas naquela época era que quando o bebê completasse um ano e fosse desmamado, seria entregue para um asilo, perdia o nome, virava um número e ninguém sabia mais o que acontecia com o bebê.

A mãe do Prestes ficou tentando resgatar a Anita ao mesmo tempo em que tentava libertar a Olga também. Teve uma campanha internacional grande, mas não se conseguia libertar a Anita porque o governo nazista não reconhecia o Prestes como pai e, portanto, não reconhecia dona Leocádia como um parente. Então ela não podia reivindicar a guarda da criança e o governo do Getúlio Vargas também não permitia que o Prestes reconhecesse a paternidade. Aí entrou o Sobral na história. Ele já era advogado do Prestes e insistiu, insistiu... Moveu montanhas e conseguiu fazer, no último minuto antes da Anita ser entregue a esse asilo, com que liberassem a entrada dele com o documento em que o Prestes reconhecia a paternidade da Anita. Assinou e enviou isso para a dona Leocádia. E dona Leocádia pôde resgatar a Anita dos nazistas.

Uma vez, o Sobral Pinto usou a Lei de Proteção aos Animais para defender um preso político que estava sendo torturado. Conta um pouco desse episódio. Esse preso político foi o Harry Berger, que era companheiro do Prestes nesse momento. Ele era um alemão e foi barbaramente torturado. Ficava debaixo de um vão de uma escada trancado no escuro em um espaço que ele mal conseguia se mexer, não conseguia ficar em pé, não via luz do dia, não se comunicava com absolutamente ninguém. E começou a enlouquecer. E apanhava... E Sobral Pinto, que defendia tanto Luis Carlos Prestes quanto Harry Berger, entrava com milhares de pedidos para que ele tivesse o mínimo dos seus direitos humanos respeitados e nada acontecia, não tinha efeito. Nenhuma das petições dele era aceita. Chegou um dia em que ele teve a ideia de usar a Lei de Proteção aos Animais. Ele pediu que, pelo menos, fosse respeitada a Lei de Proteção aos Animais, porque esse homem, que era um animal, estava sendo mais maltratado do que os animais protegidos por essas

leis. E isso realmente teve um efeito. Mas, infelizmente, apesar disso, o Harry Berger enlouqueceu. Ele morreu louco de tanto ser torturado.

Nessa época, o Sobral estava defendendo outros comunistas ou só o Prestes e o Berger?

Nessa época, o foco era o Prestes e o Berger, mas, ao longo da vida, ele defendeu várias pessoas com visão política completamente diferente da dele. O Miguel Arraes, o Juscelino Kubitschek. Para ele, o Direito estava acima de tudo.

Seu avô foi preso em 1968 logo depois do AI-5. Mas parece que ele aproveitou a cadeia pra esbravejar contra os militares, não é? É claro. Ele tinha uma estatura, nessa altura da história do Brasil, que acho que lhe dava espaço para isso. E, sinceramente, mesmo que não tivesse, ele falaria, porque ele falava tudo que ele achava que deveria. Ele foi preso justamente no dia seguinte do decreto do AI-5, porque tinham medo que ele falasse contra o AI-5 em uma formatura de alunos de Direito em Goiânia. Ele já tinha falado no dia anterior em outra cerimônia onde ele estava. Então o major foi até o hotel onde ele estava, logo antes da festa de formatura, e deu voz de prisão. E ele disse: "Como assim? Você não pode me dar voz de prisão". O Major disse que ele tinha ordens do presidente que Sobral deveria acompanhá-lo. Aí ele disse "O presidente é general, o senhor é major. Ele pode lhe dar ordens, mas eu sou civil. O presidente não me dá ordem nenhuma, muito menos uma ordem imbecil dessas". Mas aí ele foi arrastado, levado preso, e passou alguns dias na prisão. Não foi maltratado fisicamente nem nada, porque acho que tinham bastante respeito por ele e ele já tinha 75 anos, mas foi preso junto com outros intelectuais da época. Estavam tentando impedir as cabeças pensantes do país de falar contra o AI-5. Teve um momento que um dos militares foi fazer uma exposição para um desses intelectuais presos para justificar a ditadura militar, dizer por que os militares estavam intitulados a governar o país, por que eles eram os melhores para resolver os problemas do Brasil etc., e Sobral foi ficando irritado com aquilo. Chegou um momento em que um militar falou: "Nós estamos aqui tentando implementar uma democracia à brasileira". Aí o Sobral, muito irritado, falou: "Olha, tenha paciência. Democracia brasileira não existe. O que eu conheço é perua brasileira. A democracia é universal". Essa frase foi célebre dele. Isso na prisão. E ele foi solto poucos dias depois, ileso, continuou falando contra a ditadura, defendendo presos políticos até o fim.

Nos anos 50, o Sobral recusou convite do Juscelino de assumir o posto de ministro do Supremo Tribunal Federal. Por quê? Porque quando Juscelino estava para se candidatar, surgiu como uma figura muito forte. A UDN, que era o partido de oposição ao Juscelino, e os militares começaram a articular um golpe para barrar a candidatura do Juscelino.

A candidatura, não a posse. Isso. Não queriam nem que ele fosse candidato. Queriam que o PSD, que era o partido do Juscelino, não pudesse escolhê-lo como candidato. O Sobral ficou sabendo disso pelas conversas de bastidores. O Sobral votava alinhado com a UDN, era opositor político do Juscelino. Mas, nesse momento, se levantou e disse: "Isso é contra a Constituição. Isso é contra a democracia". E aí ele criou

um movimento... Distanciou-se da UDN, porque não queria apoiar esse movimento golpista e criou um movimento chamado Liga pela Defesa da Legalidade. E aí, com esse movimento, conseguiu garantir a candidatura do Juscelino, que foi eleito. No momento que o Juscelino tomou posse, convidou-o para ser ministro do Supremo. E ele respondeu: "Não. Não votei em você, não sou seu partidário. Não fiz isso para ganhar vantagem alguma. Fiz isso para defender a Constituição". Depois ele ficou amigo do Juscelino, defendeu o Juscelino depois na época da ditadura. Ele apenas não queria comprometer as visões dele. Ou seja, ele fazia o que ele achava certo, o que ele achava que deveria fazer para defender as leis, a Constituição e mantinha a sua convicção política separada disso. E também não queria que ninguém o tomasse como uma pessoa que pudesse ter feito algo para receber algum favor em troca.

Quando você estava fazendo o filme, vc descobriu gravações de áudio do seu avô que hoje estão de posse do Superior Tribunal Militar e às quais o público não tem acesso. Como foi essa história? Cheguei a esses áudios através do advogado Fernando Augusto Fernandes, que descobriu esses arquivos quando estava fazendo uma tese de mestrado, baseada na oratória de grandes advogados e, principalmente, dos que defenderam presos políticos. E ele conseguiu, no que eu e ele achamos que foi um descuido do Superior Tribunal Militar, permissão para acessar esses arquivos e pesquisá-los para a sua tese. E quando começou a acessar esses arquivos percebeu que tinha ali um raio-X da ditadura, porque todas as sessões, durante a ditadura, eram gravadas naquelas fitas de rolo antigas. Então tem o julgamento todo. Não só as defesas dos advogados, mas também os votos dos ministros, o porquê de ter sido condenado, de não ter sido condenado, o que aconteceu... Logo depois que ele começou a acessar isso, percebeu que provavelmente aquilo não ia durar muito tempo... Aí ele conseguiu copiar parte desses arquivos. Mas logo depois o Superior Tribunal Militar baixou um decreto lacrando esses arquivos por cem anos. Ele foi ameaçado de prisão. Tentaram recolher todas as fitas que ele tinha para pesquisa, mas ele conseguiu salvar algumas. E nessas fitas que ele conseguiu salvar, das cópias que ele fez, tinha duas sustentações do Sobral Pinto. E eu fiquei sabendo disso através de uma pesquisa que fiz quando soube dessa tese de mestrado que ele estava escrevendo.

O que está sendo feito para que a memória brasileira tenha acesso a um material tão importante? O próprio Fernando Fernandes entrou com uma ação pedindo para continuar tendo acesso aos arquivos.

Você tem alguns arquivos? Tenho. Isso foi em 1999. E aí ele, na época, já entrou com uma ação e essa ação ficou rolando durante séculos, parou no Supremo e lá ficou. E aí agora, recentemente, nesse movimento todo do lançamento do filme, a OAB federal, que está nos apoiando também nesse movimento de divulgação do filme, pediu para ingressar nessa ação, para dar mais peso a ela e tentar ver se consegue abrir esses arquivos. Porque isso é memória do país.

Como a questão do dinheiro na casa dele com a sua avó? Chegava a ser engraçado, porque ele realmente não dava a menor importância

para dinheiro, a ponto de não saber onde ele botava dinheiro. A minha mãe, que é filha dele, conta, no filme, sobre, depois que ele morreu e eles foram desfazer a biblioteca dele, a quantidade de dinheiro que eles encontravam dentro dos livros... Porque ele não sabia lidar com dinheiro, não dava importância para isso. Isso era uma coisa que realmente não passava na cabeça dele. E a minha avó segurava a casa porque ela tinha pensão do pai, do tio, então ela era a pessoa que tinha aquele dinheiro fixo para as compras do mês etc. Ele não cobrava dos clientes. A maioria dos clientes. Não cobrava de amigo, não cobrava de preso político, não cobrava de vizinho, de parente... Sobravam algumas causas para ele cobrar, então às vezes ele ficava sem dinheiro. Mas também o que acontecia é que ele tinha muitas trocas com outras pessoas. As pessoas não cobravam dele também muitas coisas. Então a coisa ia andando em um esquema meio de escambo. Ele realmente não dava importância para isso. O que tinha na cabeça dele era outra coisa.

Na campanha pelas diretas, em 1984, ele participou do comício da Candelária. Qual era o nível de energia dele naquela época? Ele tinha 90 anos ali. Ee foi uma pessoa que me impressionou até o fim da vida com a energia dele. É uma coisa incrível. A verve dele continuou intacta até os 98 anos, quando morreu. Ele trabalhou até um mês antes de morrer. Eu digo que ele morreu por acaso. Ele foi em uma homenagem a ele no Hotel Glória, o ar condicionado estava gelado, ele pegou uma gripe, a gripe virou pneumonia, ele morreu em coisa de um mês. Quando você tem 98 anos, o organismo já não combate tão bem as coisas mais simples, mas ele trabalhou até o último mês de vida. E nesse momento das diretas ele estava muito empenhado. Muito empenhado porque era o momento em que ele sentiu que realmente ia conseguir virar aqueles mais de 20 anos de ditadura. Então ele foi muito ativo nessa época. Naquele comício tinha um milhão de pessoas. Ele foi lá, subiu no palanque, esperou um tempão para falar e quando falou ainda pediu silêncio. E aquela multidão de um milhão pessoas fez silêncio e ele falou a célebre frase. Fez um discurso grande, mas o momento que ficou célebre foi o de lembrar ao povo que estava massacrado por 20 anos de ditadura o artigo primeiro da Constituição, que afirma que "todo poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido". A multidão foi ao delírio. Eu estava lá, eu me lembro e foi muito, muito emocionante.

Como foi sua convivência com ele, como neta? A gente se via... Era uma convivência mais esporádica. Eu o via toda semana quando eu era criança. Tinha aquela coisa de visitas aos domingos, mas era uma convivência mais formal, porque ele era um cara do século XIX. Então tinha aquele jeito mais formal, embora fosse uma pessoa muito doce, muito bem humorada, fazia brincadeiras... Ele era uma pessoa também totalmente absorta no seu ofício. Então se você fosse sentar com ele, levantar algum assunto de política, ele ia se empolgar e se inflamar e ia falar qualquer coisa na mesa do jantar. Eu comecei a me dar conta de quem ele era, quer dizer, eu sabia que ele era uma pessoa importante, respeitada, mas comecei a me dar conta de quem ele era e da atuação dele na adolescência, quando começou a abertura política, quando começou a poder se falar de política novamente, aí eu comecei a me dar conta. Mas saber exatamente quem é o meu avô e tudo que ele fez eu só descobri fazendo esse filme. Eu só conheci o meu avô realmente fazendo esse filme.

Curtir · Comentar · Compartilhar

- [Anna Maria Monteiro](#) Criação da medalha SOBRAL PINTO pela OAB nacional-
<https://www.youtube.com/watch?v=6Zu-2nQ5YSU>



VT DOCUMENTÁRIO SOBRAL PINTO DOCUMENTÁRIO SOBRE A VIDA E...

YOUTUBE.COM

1 h · Curtir



- [Anna Maria Monteiro](#) Filme MILITARES PELA DEMOCRACIA, com trechos alusivos à atuação FUNDAMENTAL de SOBRAL PINTO. Eles lutaram pela Constituição, pela legalidade e contra o golpe de 1964, mas a sociedade brasileira pouco ou nada sabe a respeito dos oficiais que, até hoje, ...[Ver mais](#)

FILMES

entre 1964 e 1985, o papel dos advogados na defesa dos direitos e garantias dos cidadãos foi f...[Ver mais](#)



Filme: Os Advogados contra a Ditadura: Por uma questão de Justiça

Com a instauração da ditadura militar através de um...

YOUTUBE.COM

1 h · Curtir



- [Anna Maria Monteiro](#) MENSAGEM DE SOBRAL PINTO AOS JOVENS-
<https://www.youtube.com/watch?v=EkqhRKWRL0Y>



Mensagem de Sobral Pinto

Tocaram a campanha. Sobral demorou um pouco. Tocaram outra vez. E lá apareceu, com um livro na...

- [Anísio Teixeira - Educação não é privilégio - Série ...](#)

▶ 44:21

www.youtube.com/watch?v=PO1liuYGzww

18 de ago de 2012 - Vídeo enviado por projetoabridor

O segundo programa revela a vida e a obra de **Anísio Teixeira**. O objetivo principal é explorar a mais ...

- [Anísio Teixeira: educação não é privilégio \(Parte 1/5 ... globotv.globo.com/rede...anísio-teixeira/3551662/](#)

9 de ago de 2014

O Aprovado convidou a pesquisadora e professora da Uneb Jaci Menezes para conversar sobre ...

- [Anísio Teixeira: educação não é privilégio \(Parte 2/5 ...](#)

▶ 9:57

www.youtube.com/watch?v=pY27AweQp54

▶ 9:49

www.youtube.com/watch?v=0afRab9s9AM

11 de dez de 2009 - Vídeo enviado por Vinicius Coelho

Documentário sobre **Anísio Teixeira** da "Série Educadores Brasileiros" produzido pela TV Escola ...

- [educadores brasileiros - anísio teixeira ... - YouTube](#)

▶ 27:53

www.youtube.com/watch?v=GyaFU0cNKig

11 de abr de 2011 - Vídeo enviado por Eddie Silva

A série Educadores Brasileiros apresenta a biografia e a obra de grandes teóricos da educação no Brasil ...

- [Anísio Teixeira, uma vida que mudou uma história. - YouTube](#)

▶ 4:30

www.youtube.com/watch?v=b6-88ibGqq4

10 de jun de 2013 - Vídeo enviado por Laiane Brito

Trabalho realizado por alunos do Centro Universitário Jorge Amado-Salvador/BA. Graduandos em ...

- [Entenda melhor a pedagogia de Anísio Teixeira - Globo TV](#)

▶ 10:12

11 de dez de 2009 - Vídeo enviado por Vinicius Coelho

Documentário sobre **Anísio Teixeira** da "Série Educadores Brasileiros" produzido pela TV Escola ...

- [ANÍSIO TEIXEIRA: EDUCAÇÃO NÃO É PRIVILÉGIO | TAL ...](#)

tal.tv > Video

Vida e obra de **Anísio Teixeira**, e sua Escola Parque. **ANÍSIO TEIXEIRA: EDUCAÇÃO NÃO É PRIVILÉGIO ...**

- [Anísio Teixeira: educação não é privilégio \(Parte 4/5 ...](#)

▶ 9:15

www.youtube.com/watch?v=qDAAtWBFwAIQ

11 de dez de 2009 - Vídeo enviado por Vinicius Coelho
Documentário sobre **Anísio Teixeira** da "Série Educadores Brasileiros" produzido pela TV Escola ...

- [Anísio Teixeira - YouTube](#)

▶ 4:55

www.youtube.com/watch?v=K3FRSBPpoF8

25 de mai de 2009 - Vídeo enviado por kashina7
Isso é que dá pesquisar em wikipédia. Caitité é Bahia. **Anísio Teixeira** foi o maior educador do Brasil ...

- [Anísio Teixeira e a educação - YouTube](#)

▶ 10:59

www.youtube.com/watch?v=Q3F0hBUY_KU

8 de jun de 2008 - Vídeo enviado por avauitins
Video editado do dominio publico que descreve a importancia de **anísio teixeira** para a educação ...

ANTONIO CÂNDIDO

Os Caipiras, por Antonio Candido - YouTube

▶ 20:11 ▶ 20:11

www.youtube.com/watch?v=l8UDVGTuivl

01/06/2013 - Vídeo enviado por Daniel Lunardelli

Intérpretes do Brasil, de Isa Grinspum Ferraz, uma série de quinze ... Rio Verde-**Antônio Cândido**-Moda ...

SOCIO-logia: Intérpretes do Brasil - Antônio Cândido (3º Ano)

sociologiaehlegal.blogspot.com/.../interpretes-do-brasil-antonio-candido-...

08/11/2011 - **Intérpretes do Brasil - Antônio Cândido (3º Ano)**. Clique no link para ver o vídeo no youtube. O caipira por **Antônio Cândido** ...

Intérpretes do Brasil - Cinematográfica SuperFilmes

www.superfilmes.com.br/v1/pt/filme.php?c=31

2001 . **Vídeo** . cor . 11x20". **Intérpretes do Brasil**. festivais . ficha técnica e ... **Os Caipiras**, por **Antonio Candido** Portugal, **Brasil**, por Judith Cortesão Viva o Sertão ...

IGNÁCIO RANGEL

Postei aí embaixo a sinopse e os links para os dois volumes da Obra Reunida de Ignácio Rangel, que organizei. Quando resolvi estudar Rangel sistematicamente, ainda na década de 1980, descobri que isso era quase impossível, pois sua obra estava esgotada, perdida e dispersa. Desde então foram muitos anos de trabalho, procurando e arquivando seus textos, verdadeiras preciosidades. Ludmila, filha do mestre, foi generosíssima na cessão de todos os direitos, O resultado dessa busca está em dois grandes volumes, que reúnem oito livros e mais de cem artigos. No link, o texto "Notas sobre a atualidade do pensamento de Ignácio Rangel", que escrevi junto com Márcio Henrique Monteiro de Castro e Ricardo Bielschowsky para marcar o centenário de nascimento desse grande pensador brasileiro.

Abraços,

CesarBenjamin

<http://www.contrapontoeditora.com.br/.../201501191621340.Nota...>

[Diego Tamborin](#) Sobre a participação dele no GOV Vargas ótimo texto da grande [Rosa Freire d'Aguiar](#). <http://www.cartacapital.com.br/.../ideias-na-madrugada...>

"Os Boêmios Cívicos": ideias na madrugada

CARTACAPITAL.COM.BR



Filme | Militares da Democracia: os militares que disseram NÃO

Sinopse: Eles lutaram pela Constituição, pela...

YOUTUBE.COM

1 h · Curtir



• [Anna Maria Monteiro](#) Os Advogados contra a Ditadura: Por uma questão de Justiça
Com a instauração da ditadura militar através de um golpe das Forças Armadas do Brasil, no período

A história da historiografia no Brasil, 1940-1970 - XXVI ...

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300912250_ARQUIVO_ANPUH2011TextoRebecaGontijo.pdf

A história da historiografia no Brasil, 1940-1970: apontamentos sobre sua escrita REBECA GONTIJO* A consolidação da história como discurso autônomo com pretensões científicas no século XIX promoveu, entre outras coisas, o desenvolvimento da história da historiografia. Não por coincidência, essa história assumiu como função principal registrar os progressos da pesquisa histórica ao longo do tempo apresentando-os por meio de uma trajetória evolutiva desde a antiguidade até atingir sua forma moderna, científica (POMIAN, Sur l'histoire; BLANKE, Por uma nova história da historiografia, 2006). Desde então, a história da historiografia confunde-se, ao menos em parte, com o que Jörn Rüsen identificou como uma espécie de manual de teoria da história, mais preocupado em identificar os procedimentos comuns e listar autores e obras, em estilo enciclopédico (RÜSEN, Razão histórica). Cabe observar que esse exercício catalográfico, ao identificar autores e obras referenciais e definir um percurso evolutivo, produziu uma memória e um cânone para a disciplina, contribuindo para garantir certa unidade ao trabalho do historiador, socialmente identificado como o especialista em assuntos do passado. Mas, eis que esse modelo de história da historiografia, marcadamente bibliográfico e erudito, no momento mesmo em que se afirmou começou a mudar. O movimento de crítica às aspirações científicas da história iniciado no fim do século XIX contribuiu para que os escritos dos historiadores fossem incluídos no contexto das lutas políticas e das controvérsias ideológicas de seu próprio tempo. De acordo com Krysztof Pomian, os estudos sobre a história da historiografia, ainda que não abandonado a preocupação enciclopédica e memorialística, passaram a se ocupar, também, da decifração das formas pelas quais os historiadores representam o passado, relacionando essas formas ao contexto em que tiveram origem e procurando demarcar sua transformação ao longo do tempo. E esse

movimento não parou de crescer ao longo do século XX, por vezes fazendo prevalecer a preocupação em conjugar uma reflexão de ordem epistemológica com o estudo da historiografia, de modo a suscitar, * Professora Adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro / UFRRJ. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense / UFF. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 2 principalmente nos aprendizes do ofício, um olhar crítico sobre o que se faz quando se faz história (POMIAN, *Sur l'histoire*). Contudo, é interessante notar, como fez Antoine Prost, que até o fim da década de 1980 a reflexão sobre a história da historiografia foi tida por muitos historiadores como inútil, ao menos na França. Essa reflexão foi quase sempre relegada a filósofos, recusada como campo de estudo do historiador, talvez porque desde o fim do século XVIII tal reflexão fosse tida como uma competência teórica e, na medida em que a história se consolidou como ciência social, tal competência acabou sendo relegada a um segundo plano (PROST, *Doze lições sobre a história*). Apesar disso, foi-se o tempo em que era possível não estranhar a opinião de Lucien Febvre, quando afirmava que o historiador tinha razão ao fazer a história sem meditar sobre seus limites ou sobre as condições da historiografia (FEBVRE, *Combates pela história*, 1953). Como bem lembrou Valdeci Lopes de Araújo, as reflexões de Thomas Kuhn e Michel Foucault na década de 1960 contribuíram para corroer essa perspectiva, pois introduziram a descontinuidade na história dos saberes, reafirmando algo que, de certa forma, já havia sido colocado no fim do século XIX: que o discurso histórico também possui historicidade e está condicionado por um lugar de produção e por um agente produtor (ARAÚJO, *A história da historiografia como disciplina autônoma*). Além disso, a chamada “virada lingüística” desde os anos 1970 não cessou de provocar os historiadores, ao lembrar a dimensão narrativa da historiografia, impondo novos problemas para uma história da escrita da história. Pensando o caso brasileiro, é possível localizar discursos produzidos no século XIX, que podem ser identificados como um tipo de reflexão sobre a historiografia, tais como o necrológico de

Varnhagen, escrito por Capistrano de Abreu em 1878. Mas, os primeiros balanços sistemáticos, que se empenharam em apresentar a história da historiografia como algo distinto da história da literatura, parecem ter sido escritos no início do século XX. Lembro alguns textos esquecidos como: Os historiadores do Brasil no século XIX, de Alcides Bezerra, publicado em 1926; dois artigos franceses, Aperçu de la production historique recent au Brésil, de Émile Coornaert, publicado em 1936; e Notes et réflexions sur le travail historique au Brésil, de Henri Hauser, de 1937; e ainda, O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos, de Sergio Buarque de Holanda, publicado no jornal Correio da Manhã, em 1951. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 3 Não se trata aqui de tentar traçar uma genealogia da escrita da história da historiografia no Brasil, mas buscar exemplos que demonstrem que, embora tal escrita tenha adquirido características e preocupações diferentes em tempos recentes, não se trata de algo absolutamente novo, ainda que os balanços historiográficos sejam um tipo de texto sobre a historiografia menos ocupado em refletir sobre a escrita da história em si do que em apontar os marcos da evolução das pesquisas definindo um cânone. Além disso, o mapeamento desse terreno discursivo pode ser útil, caso queiramos saber, como indagou Valdeci Araújo, acerca do que pode estar em jogo quando fazemos história da historiografia (ARAÚJO, A história da historiografia como disciplina autônoma). *** O objetivo da minha comunicação é colocar em discussão alguns aspectos da história da historiografia brasileira, focalizando dois momentos específicos: os anos 1950, quando as obras de José Honório Rodrigues estabeleceram um modelo de história da historiografia que se tornou referência obrigatória nos cursos de graduação; e os anos 1970, quando outras propostas de escrita dessa história entraram em cena, aparentemente com certo tom de urgência, como a de Carlos Guilherme Mota (1975), José Roberto do Amaral Lapa (1976) e Maria de Lourdes Monaco Janotti (1977). Cabe observar que as décadas posteriores ao período aqui abordado guardam transformações importantes no cenário que aqui será brevemente esboçado. O texto que segue está dividido em função dos autores

selecionados e o objetivo mais específico é apresentar as grandes linhas de suas propostas de história da historiografia, observando possíveis permanências e mudanças ao longo de trinta anos de estudos sobre a historiografia. A primeira parte da comunicação trata de José Honório Rodrigues e foi chamada de “a invenção de uma tradição”. 1) José Honório Rodrigues e a invenção de uma tradição José Honório Rodrigues (1913-1987) destaca-se como o pesquisador que mais se dedicou ao exame da produção historiográfica brasileira. Sua produção vastíssima foi classificada por Francisco Iglésias em cinco grupos: teoria, metodologia e historiografia; história de temas; ensaios historiográficos; obras de referência; e edições de textos (IGLÉSIAS, José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira). Tal Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 4 projeto tinha por objetivo desenvolver uma obra tríplice, composta por teoria, pesquisa e historiografia. Em outras palavras, o plano envolvia a publicação de livros sobre esses três temas, com uma finalidade pedagógica: formar os historiadores nacionais, ensinando-os a pesquisar e a escrever a história, através do exemplo dos “mestres”. No prefácio da primeira edição do livro Teoria da História do Brasil (1949), o autor apresenta seu objetivo: (...) dar aos alunos uma idéia mais exata do que é a história, de seus métodos e de sua crítica, da bibliografia e historiografia brasileiras, de modo a prepará-los para um conhecimento crítico da história do Brasil. (...) Há, assim, um fim pedagógico como objetivo primordial deste trabalho; procurase oferecer aos estudantes de história geral e do Brasil, aos professores secundários, aos estudiosos ocupados com a história concreta, uma visão de conjunto dos principais problemas de metodologia da história. Da história do Brasil, tão somente, já que os exemplos ilustrativos são puramente brasileiros. (...) Uma verdadeira compreensão do ensino superior da história exige o contato do estudante com os grandes e pequenos mestres (...) (RODRIGUES, Teoria da História do Brasil, [1949] 1978, p. 11). A monumentalidade do projeto de José Honório pode ser medida não apenas pelas intenções explícitas de conjugar o exame da teoria, da pesquisa e da historiografia brasileira em um único projeto e atingir um público amplo – composto por estudantes universitários

de história e professores secundários –, mas pela forma de divulgação, através da importante coleção Brasileira, dedicada a publicar estudos nacionais e estrangeiros sobre o Brasil, com destaque para pesquisas históricas. Tal empreendimento teve participação efetiva no movimento de “redescobrimto do Brasil” ocorrido ao longo dos anos 1930 e 1940 (PONTES, Retratos do Brasil: editores, editoras e ‘Coleções Brasileira’ nas décadas de 30, 40 e 50). Através de um amplo projeto, José Honório expôs as linhas gerais para a interpretação da história do e no Brasil, listando nomes e obras, estabelecendo uma cronologia da produção historiográfica, tecendo relações entre essa produção e algumas teorias da história. Mas, além disso, tal projeto possui uma clara função crítica. Seu alvo principal é a historiografia que o autor considera distante dos interesses nacionais, incapaz de dar conta do processo de emancipação do país. Em sua Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 5 opinião, essa historiografia a ser ultrapassada só tem olhos para a história colonial, não sendo capaz de desenvolver seu oposto: a história nacional. A primeira não se referindo unicamente ao período colonial (embora tal período seja privilegiado), mas a uma escrita da história inspirada por valores estrangeiros e compromissada com a difusão de ideologias anti-nacionais. A segunda, que ainda não estaria plenamente desenvolvida, representaria o pensamento genuinamente brasileiro. Segundo o autor: (...) a historiografia brasileira é um espelho de sua própria história. A historiografia, como outros ramos do pensamento e da atividade humanos, está inegavelmente integrada na sociedade de que é parte. Há, assim, uma estreita conexão entre a historiografia de um período e as predileções e características de uma sociedade. O nexu é econômico e ideológico (RODRIGUES, Teoria da história do Brasil, p. 32). Os dois elementos básicos para a compreensão da história brasileira e de sua historiografia seriam a “personalidade básica portuguesa e a sociedade rural”. Ou seja, a historiografia seria a expressão do “Brasil arcaico”, como demonstra o interesse pela fase colonial e o apego à Europa. Fundamentalmente, José Honório procurou desenvolver um exercício crítico que considerava fundamental: o revisionismo. Esse deveria ser aplicado tanto aos

fatos históricos quanto às idéias, ou melhor, às ideologias (RODRIGUES, As tendências da historiografia brasileira; IGLÉSIAS, José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira; MARQUES, Uma sistemática teórico-metodológica a serviço da história do Brasil). É interessante notar que, um dos significados do termo revisar é “ver com atenção, examinar cuidadosamente”, fazendo correções. Outro significado é “trazer à memória, relembrar, recordar”. Esse duplo viés, crítico e memorialístico, ajuda a dimensionar o projeto de José Honório. Nesse sentido, caberia ao historiador da historiografia denunciar a ideologia por trás da escrita da história e, ao mesmo tempo, estabelecer um cânone por meio da catalogação de autores e obras consideradas mais importantes, a partir dos quais seja possível definir a cronologia da disciplina. Mas, além de analisar os referenciais teóricos presentes na historiografia brasileira, apontar seus principais nomes e obras, destrinchar seus métodos e traçar um panorama da pesquisa histórica em nosso país, apresentando seus principais arquivos e Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 6 fontes documentais, o que José Honório parece visar é a construção de uma tradição historiográfica em meio a qual, talvez, ele mesmo pudesse se inserir, não apenas como um entre outros historiadores, mas como aquele que organiza o legado e aponta caminhos para futuras pesquisas. Supostamente, ao construir sua versão da história da história, ele também reservou um lugar para si, pois, nas palavras de sua esposa, Leda Boechat Rodrigues, “tinha consciência do valor de sua obra e esperava, sem modéstia, figurar no futuro entre os grandes da História e da Historiografia brasileiras” (RODRIGUES apud MARQUES). O modelo de história da historiografia proposto por José Honório perdurou por longo tempo, tornando-se referência obrigatória nos cursos de História ao menos até a década de 70, quando outros autores procuraram refletir sobre a história da historiografia introduzindo novos elementos nessa história, mas, aparentemente, sem abandonar totalmente a chave de leitura consolidada por José Honório Rodrigues. 2) Carlos Guilherme Mota, um “exercício de memória” O primeiro autor dessa nova fase a ser considerado aqui é Carlos Guilherme Mota, cujo livro Ideologia da cultura brasileira, 1933-1974

foi publicado pela primeira vez em 1977 e desde então teve mais de 8 edições. Originalmente uma tese de doutorado defendida na USP em 1975, é apresentado pelo autor como um ensaio que, em parte, é fruto de um “exercício de memória”. Recebido por Florestan Fernandes e Antonio Candido como um clássico, teve grande repercussão nos meios intelectuais em meados dos anos 70 e além. Como afirma o autor, não se trata de uma história da cultura brasileira, nem de uma história intelectual tradicional, preocupada com o arrolamento sistemático dos principais pensadores com indicação de suas respectivas influências. A proposta é apresentar uma história da consciência social no Brasil, por meio de uma “história das ideologias” feita a partir da crítica das interpretações a propósito da chamada cultura brasileira. Em outras palavras, seu objetivo é compreender os pressupostos ideológicos que fundamentam as interpretações de cunho histórico sobre a cultura brasileira. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011

7 O autor considera importante conhecer as determinações sociais das formas de pensamento estudadas, não sem antes estabelecer os marcos da historiografia geral do Brasil. Tais marcos estão distribuídos em “momentos decisivos”, a exemplo do que propusera Antonio Candido para a história da literatura. E haveria cinco momentos decisivos na história da historiografia brasileira: 1) o momento do redescobrimto do Brasil entre 1933 e 1937; 2) o momento em que os primeiros frutos da universidade começaram a ser colhidos, entre 1948 e 1951; 3) o momento da ampliação e revisão reformista, entre 1957 e 1964; 4) o momento das revisões radicais, entre 1964 e 1969; e, 5), o momento dos impasses da dependência, entre 1969 e 1974. A segunda proposta a ser apresentada, produzida na mesma época, é a de Maria de Lourdes Mônaco Janotti, que, em termos simples, propõe estudar a historiografia como um sistema. 3) Maria de Lourdes Mônaco Janotti e a historiografia como sistema Partindo da constatação de que a historiografia brasileira vinha sendo abordada por dois tipos de estudo – as histórias da literatura e os estudos isolados sobre historiadores –, Maria de Lourdes Mônaco Janotti afirma, na introdução do livro João Francisco Lisboa: jornalista e historiador, de 1977, que tais trabalhos caracterizam-se por uma

“completa assystematização processual”, dificultando uma compreensão objetiva da historiografia brasileira, que consistiria, a seu ver, em: identificar suas principais linhas evolutivas; localizar os pressupostos metodológicos que orientaram seu estágio atual; conhecer seu público em diferentes épocas, bem como os homens e pensamentos que contribuíram para sua formação, etc. (JANOTTI, Introdução – algumas reflexões a propósito da historiografia brasileira: uma hipótese para a sua análise, in João Francisco Lisboa: jornalista e historiador, 1977). A autora constatava, então, que os estudos historiográficos brasileiros necessitavam de uma metodologia que possibilitasse a compreensão de sua “evolução e significado”. Em sua opinião, “a realidade da cultura nacional exige estudos que concebam Historiografia brasileira como processo de elaboração da mentalidade de um povo”. A “validade” dos estudos de historiografia envolveria um “julgamento” da obra de história não como trabalho individual, mas como “resultado material e intelectual de Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 8 uma determinada sociedade”. Por conta disso, considera que o estudo das “condições ambientais em que viveu o historiador é tão importante quanto às citações bibliográficas contidas em sua obra. E estas bem podem ser o resultado daquelas”. A aspiração é por uma história da historiografia com problemas historiográficos. Além disso, observa-se na proposta de Janotti que a compreensão da historiografia só seria possível recusando o movimento que busca manifestações no Brasil dos movimentos culturais europeus – uma vez que tal movimento conduz à inevitável constatação da inferioridade dessas manifestações. Ao invés disso, a compreensão do significado cultural da Historiografia brasileira (tema que também ocupava as reflexões de Carlos Guilherme Mota) só poderia ser atingida, em suas palavras: “mediante seu enquadramento na evolução histórica do pensamento brasileiro, na ordem social e política que a preside e na estrutura econômica que atua sobre ela”. Desse modo, a autora recusa buscar no Brasil as réplicas caboclas dos expoentes da historiografia européia, optando por investigar o “autêntico significado” das obras de nossos historiadores. Além da referência a Benedetto Croce, que reivindicava o estudo da

historiografia com problemas historiográficos, Janotti também se inspira no trabalho de João Cruz Costa, autor de, entre outros livros, O desenvolvimento da filosofia no Brasil no século XIX e a evolução histórica nacional, publicado em 1950; e Antonio Cândido, com sua Formação da literatura brasileira (1959). O primeiro fornece-lhe a idéia de que há um estilo próprio de cada meio. Estilo condicionado pelas vicissitudes históricas dos povos, capaz de determinar a “transformação dos sistemas que a inteligência constrói para explicar a vida”. O segundo fornecendo a noção de literatura como sistema de obras interligadas por denominadores comuns, tais como a língua, os temas, as imagens etc. A literatura seria um aspecto orgânico da civilização, que envolve: um conjunto de produtores literários, um conjunto de receptores e um mecanismo transmissor. Para Janotti, a historiografia poderia ser abordada com a mesma perspectiva proposta por Cândido para a história da literatura, destacando-se a perfeita sincronia observada entre o desenvolvimento social e a consciência historiográfica. Segundo a autora, a vantagem dessa interpretação da historiografia como sistema seria “libertar a matéria de uma rígida imposição cronológica”. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 9 Por fim, a última proposição a ser apresentada é a de José Roberto do Amaral Lapa, que busca romper com um suposto “pacto consensual” em torno da historiografia brasileira. 4) José Roberto do Amaral Lapa e a ruptura de um “pacto consensual” Lapa analisou a produção historiográfica nacional no livro A história em questão: historiografia brasileira contemporânea, publicado em 1976. Procurou definir a historiografia como um campo de estudos ocupado com a história crítica do processo por meio do qual se dá o “registro da realidade histórica”, incluindo aí a reflexão sobre o próprio registro. Em suas palavras, tal campo compreenderia: “o circuito que vai do historiador – como agente produtor – passando pelo processo de produção do conhecimento histórico para chegar à sua transmissão e consumo, isto é, à formação de uma memória, uma consciência e uma prática ideológica por parte dos agentes que reproduzem, promovem a circulação, assimilam e interagem nesse conhecimento” (LAPA, A história em questão, 1976, p.14-15). Segundo o autor, uma das

limitações da história da historiografia brasileira, cuja “vertente-mor” era a obra de José Honório, é o “caráter repetitivo dos modelos analíticos, em relação aos perfis e às obras mais significantes, e do arrolamento dos impedimentos à maior operacionalidade do historiador”. Em outras palavras, critica o que identifica como um “pacto consensual” em torno de dois pontos: as obras mais importantes e os fatores que criaram obstáculos ao trabalho do historiador. Em seu tempo, considerava haver um movimento de ruptura dessa visão unívoca. Movimento observado num momento em que a historiografia era vista como marcadamente pobre, quantitativa e qualitativamente, havendo poucos estudos sobre a mesma. Lapa localiza 53 estudos sobre o tema, dos quais 16 foram escritos por José Honório Rodrigues. A ampliação dos estudos sobre a história da historiografia seria indicativa de uma tomada de consciência de fundamental importância para a crítica ideológica em sua época. De acordo com o autor, era “necessário desengravidar a Historiografia brasileira de sua carga ideológica e justamente as avaliações ao nível ideológico é que poderão oferecer esse discernimento. A ideologia é aí objeto e não motor do conhecimento histórico” (LAPA, A história em questão, 1976, p. 194). Um exemplo dessa ruptura Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 10 estaria expresso no artigo de Carlos Guilherme Mota, A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica (1975). Para concluir, o breve esforço de apresentar quatro propostas de história da historiografia produzidos entre os anos 40 e 70 permite tecer alguns comentários que podem ser úteis para compreendermos os caminhos desse domínio de estudos entre nós, além de ajudar a responder uma questão proposta por Valdeci Lopes de Araújo, acerca do que pode estar em jogo quando fazemos história da historiografia. • O primeiro comentário diz respeito a presença de José Honório Rodrigues nesse campo de estudos ao longo de ao menos três décadas, ainda que seja difícil medir sua repercussão de fato. Inegavelmente, sua obra permaneceu por longo tempo como um tipo de estudo único não apenas devido à proposta monumental de conjugar teoria, metodologia e historiografia, mas pela divulgação no meio acadêmico através de publicações de

ampla circulação. • O segundo comentário refere-se à permanência, por ao menos três décadas da noção de ideologia a orientar os estudos sobre a historiografia, o que pode ser compreendido levando em conta a experiência vivida por esses intelectuais, pensadores da história, entre as décadas de 50 e 70, quando a temática do nacional retornou à cena sob novo prisma, suscitando interpretações diversas e exigindo novos instrumentos teóricos. A noção de ideologia permitia relacionar texto e contexto, frequentemente subordinando o primeiro ao segundo. Atendia à necessidade de explicitar os pressupostos que orientam as interpretação produzidas pelos intelectuais em diferentes tempos, além de promover um movimento de auto-crítica, expondo suas próprias orientações. • O terceiro comentário relaciona-se à observação da presença de Antonio Cândido como referência para pensar um novo rumo para o estudo da historiografia nos anos 70. Na década anterior, ao pensar a história da literatura como uma história social, com uma proposta de método, Cândido permitia romper com a abordagem norteada pelo materialismo histórico, que opunha estrutura e superestrutura, considerando as manifestações culturais (superestruturais) como reflexos da primeira. O autor deu novas coordenadas para os estudos de história da cultura no Brasil, difundindo e sofisticando noções Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 11 como a de geração, influência e tema, de modo a tratar a literatura como um todo “orgânico”. Afastou-se, assim, da perspectiva tradicional da história das gerações, fundada na cronologia, na sucessão direta de autores e obras. Além disso, considerou o estudo da obra num contexto histórico sem perder de vista a noção da obra literária enquanto realidade própria. • Por fim, um último e breve comentário, a emergência, nos anos 1970, dessa preocupação em desenvolver a história da historiografia parece estar relacionada, ao menos em parte, com uma transformação interna do campo dos estudos históricos no Brasil, que, ao atingirem certa progressão, despertaram maior interesse pela sua própria história, como observou Amaral Lapa em 1977. Cresceu o interesse dos estudiosos a respeito do desenvolvimento do próprio conhecimento que produzem, indicando certo esforço epistemológico. Ao menos

em parte, esse esforço pode ser relacionado às mutações suscitadas pela difusão de obras como as de Thomas Kuhn e Michel Foucault, que nos anos 1960 introduziram a descontinuidade na história dos saberes, afirmando que o discurso histórico também possui historicidade e está condicionado por um lugar de produção e por um agente produtor. Cabe lembrar que, hoje, os estudos sobre a escrita da história se encontram em plena expansão, abrindo outros caminhos de reflexão, distintos daqueles que foram propostos pelos autores aqui focalizados. Os novos estudos produzidos ao longo dos anos 1980 e 1990, supostamente, não buscaram dialogar com as perspectivas de história da historiografia aqui brevemente revistas. Os novos estudos buscaram dialogar muito mais com os trabalhos produzidos por pesquisadores de outros centros, especialmente os franceses, que haviam vivido sua própria transformação, uma vez que a reflexão sobre a história da historiografia entre eles foi considerada por muito tempo como objeto de filósofos e teóricos da história. Mas, desde os anos 70, era possível constatar que passou o tempo em que era possível não estranhar a opinião de Lucien Febvre, quando afirmava que o historiador tinha razão ao fazer a história sem meditar sobre seus limites ou sobre as condições da historiografia (FEBVRE, Combates pela história, 1953).

AS INOVAÇÕES DE ANÍSIO TEIXEIRA

NA ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO ESCOLAR: OS CASOS DA BAHIA E DO RIO DE JANEIRO

João Augusto de Lima Rocha

"A escola, com efeito, compreende inversão econômica do mais alto vulto... Em suas edificações, constitui um dos mais complexos conjuntos, neles incluindo-se os elementos da residência humana, dos serviços de alimentação e saúde, dos esportes e recreação, da biblioteca e museu, do teatro e auditório, oficinas e depósitos, sem falar no que lhes é privativo, ou sejam as salas de aula e os

laboratórios. A arquitetura escolar, por isso mesmo, inclui todos os gêneros de arquitetura. É a escola, em verdade, um lugar para aprender, mas aprender envolve a experiência de viver, e deste modo todas as atividades da vida, desde as do trabalho até as de recreação e, muitas vezes, as da própria casa". (Anísio Teixeira)

A compreensão de Anísio sobre a escola, enquanto espaço destinado à formação integral do indivíduo, vincula-se à concepção professada pelos seguidores do filósofo americano John Dewey, para quem educação é vida, não uma imitação da vida, não simplesmente uma preparação para a vida, mas a própria vida.

Nesse sentido o projeto e a construção escolar deveriam obedecer ao princípio da dignidade, a mesma dignidade da vida, um direito a ser assegurado a todos na democracia. Democracia que ele definia a partir da exigência de que a educação fosse garantida como o primeiro de todos os direitos, em nome da igualdade de oportunidades.

Essa concepção liberal, avançada para a época, que alguns chegavam a chamar de "comunista", deu lugar a que Anísio marcasse sua presença na renovação da educação brasileira, também inovando nos aspectos da concepção e realização de programas de construção escolar.

A rigor, Anísio já começa a inovar nesse campo desde o tempo em que fora Diretor da Instrução, de 1924 a 1929, na Bahia. Para ele era necessário inverter a compreensão de que a nomeação do professor deveria ser a questão central da escola, porque isso jogava para segundo plano o lado pedagógico, a intenção de centrar a educação no aluno. Introduz daí a questão da necessidade de que o prédio da escola seja construído, ao invés de adaptado a partir de imóveis construídos originalmente para outras finalidades.

O conhecimento que Anísio teve, no final da década de 20, da educação norte-americana - educação pública com grande participação das comunidades locais - fez dele um defensor da descentralização aliada à idéia de projetar a sede da escola como um edifício rigorosamente subordinado a um programa arquitetônico em consonância com a cultura local, mas também, com um projeto pedagógico referenciado ao momento mundial de contínuas e cada vez mais rápidas transformações.

A escola teria que ser integral, portanto, a fim de formar quadros aptos, principalmente para a movimentação da indústria crescentemente complexa, e que ao mesmo tempo fossem capazes também de interpretar toda a complexidade engendrada pela velocidade dos novos avanços.

Para Anísio o modelo norte-americano de escola, por exemplo, teria sido o principal responsável pela marcante posição conquistada pelos Estados Unidos no cenário mundial, neste século. Assim o modelo escolar norte-americano deveria ser considerado por qualquer nação que também pretendesse buscar o progresso, pensava ele.

Terminada sua gestão à frente da educação na Bahia, Anísio vai para o Rio de Janeiro, onde em 1931, substitui Fernando de Azevedo na Diretoria da Instrução do então Distrito Federal. De 1931 a 1935 ele implanta um grande programa de construção escolar no qual despontam, entre as inovações, uma que iria se desenvolvendo gradativamente com o tempo, até consagrá-lo, mais tarde, com a criação da Escola-Parque de Salvador, no início da década de 50. Porque, na verdade, a concepção da Escola-Parque da Bahia, e por extensão, de todo o Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro, seria conseqüência do modelo de escola *platoon*, trazido por ele de Detroit para ser implantado no Rio de Janeiro, onde construiu uma série de escolas desse tipo cujo projeto caberia ao arquiteto Eneas Silva.

Segundo Hélio Duarte (*Escola-Classe, Escola-Parque, uma Experiência Educacional*, São Paulo: FAUUSP, 1973), nessa ocasião foram implantadas no Rio de Janeiro, escolas tipo *platoon* com 12, 16 e 25 salas de aula. A cada sala correspondiam 40 alunos no turno da manhã (das oito e meia às onze e meia) e o mesmo número no turno da tarde (das doze e meia às três e meia). Seriam dois "pelotões" que se revezavam, tendo cada qual, no respectivo turno oposto, atividades em salas especiais: auditório, ginásio, música, artes plásticas, literatura, biblioteca, ciência, geografia, artes manuais e recreio.

As Fotos de 01 a 06, retiradas do relatório de Atividades do Secretário de Educação do Distrito Federal (1931-1935), dão uma mostra da dignidade arquitetônica das escolas do tipo *platoon* construídas durante a gestão de Anísio Teixeira, para o ensino primário. São escolas que, hoje, mesmo reformadas e deslocadas de sua primitiva utilização, estão ainda em pleno funcionamento no Rio de Janeiro.

Hélio Duarte, no seu livro já citado, faz uma avaliação positiva das escolas *platoon* no Rio de Janeiro: "Temia-se que uma excessiva especialização dos assuntos fosse nociva à unidade indispensável ao curso primário, que fosse demasiado fatigante para o professor e que, finalmente, houvesse muita confusão e desordem no revezamento de atividades. Nada disso aconteceu".

Forçado a afastar-se da direção da Educação do Distrito Federal em 1935, Anísio só volta a atuar na área em 1946 e, em 1947, ao assumir a Secretaria de Educação e Saúde da Bahia, põe em prática, até o final do mandato, em 1951, um ambicioso plano que se inicia com a construção de escolas para as zonas de população dispersa e prédios escolares no interior do Estado: para a educação primária, para a educação secundária e para a formação de professores, os últimos projetados para as sedes das dez zonas estabelecidas com a finalidade de descentralizar a educação no Estado.

Elabora esses projetos com a colaboração do arquiteto Diógenes Rebouças, pondo-os em prática de forma muito original: escolhia em cada local onde uma escola deveria ser construída, uma comissão de pessoas comprovadamente idôneas, para se responsabilizar pela construção, e fazia o acompanhamento mediante o recurso da fotografia, liberando os recursos para as diversas etapas somente através do relatório fotográfico de equipes que percorriam o Estado realizando a fiscalização mais antiburocrática de que se tem notícia!

Para a zona rural, de população dispersa, planejou a construção de centenas de unidades (quase todas construídas). A unidade constava de uma sala de aula, um recreio coberto e a residência da professora (Foto 7) instalada numa área mínima de 1 hectare, para incentivar as práticas agrícolas.

Para os núcleos urbanos (de 400 até 10.000 habitantes) a proposta começa pela "escola mínima" (Foto 8), com prédio de construção modulada e extensível, que se inicia com uma só sala de aula, constituindo a célula inicial da escola primária, planejada para ser construída em todos os 3000 povoados e arraiais do Estado, dentro da campanha **Um teto para cada escola**.

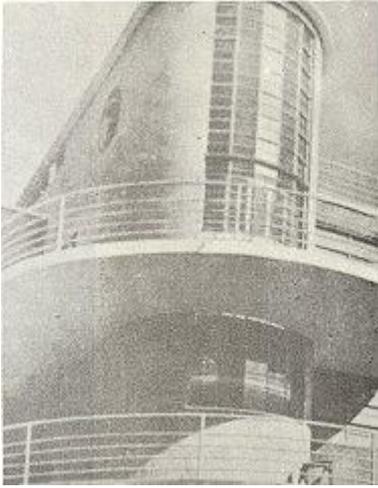
**PROJETOS DO PERÍODO DE 1931 A 1935
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTR. FEDERAL (RJ)
GESTÃO ANÍSIO TEIXEIRA**



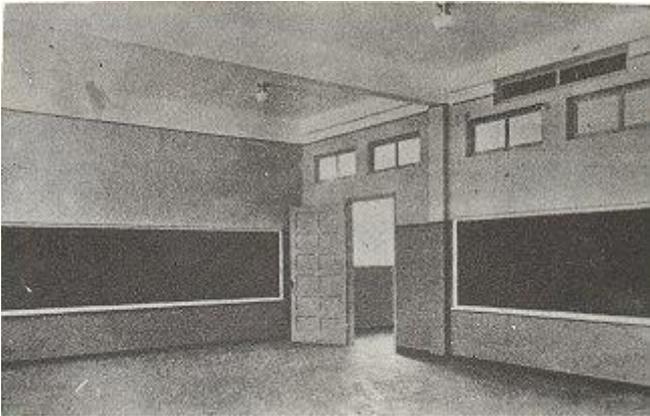
Escola tipo "Platoon"



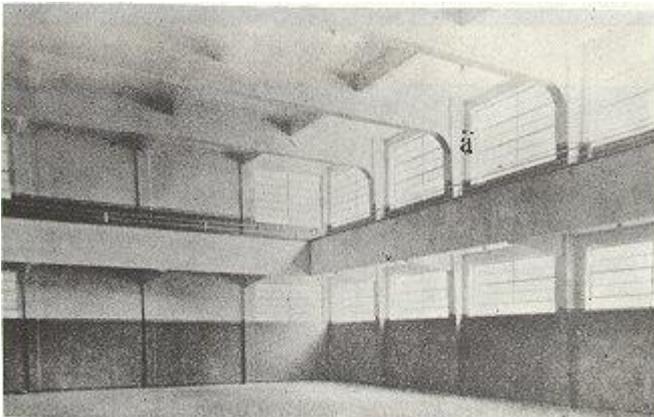
Escola tipo "Platoon"



Pavilhão Central de escola de 25 classes



Sala de Aula



Aspecto do interior



Hall da escola

A expansão imediata da escola mínima é a escola de duas salas de aula, com o prédio já bem mais acabado. Depois vem a escola "nuclear", que já pode ser considerada uma "escola primária". Tem três salas de aula, biblioteca, salas de administração, área coberta de recreio, cantina e depósitos (Fotos 9 e 10).

O "grupo escolar médio", correspondente ao quarto estágio de construção da escola primária, tem seis salas de aula, biblioteca, salas de professores e administração, auditório-ginásio, cantina e área coberta (Foto 11). Finalmente o "grupo escolar completo", última fase da construção da escola primária, com doze salas de aula, inclusive três especiais, salas de professores e de administração, biblioteca, clubes escolares, jardim de infância, ginásio, auditório-teatro e áreas cobertas de recreio (Foto 12).

Esses prédios que, como visto, podiam ser sucessivamente ampliados de uma sala de aula até um grupo escolar completo, tinham uma arquitetura de grande amplitude, podendo neles serem utilizados quaisquer materiais de construção, até mesmo adobes, funcionando as colunas como elementos de sustentação.

As salas de aula tinham uma área de 66m^2 e todo o edifício é construído com módulo de 1,25m, obtido mediante o estudo da conveniência de padronização de áreas, esquadrias, etc.

Para o ensino primário em Salvador a solução é diferente: Aí é proposta a escola de dois turnos, em um grupo integrado pelas "escolas-classe" e pela "escola-parque", com um máximo de 4.000 alunos no conjunto. Previa-se, inicialmente que 5% desses alunos seriam internos, correspondendo às crianças abandonadas, mas o único conjunto que chegou a ser construído não adotou essa proposta. Essa solução corresponde ao ponto culminante do desenvolvimento iniciado com a escola do tipo *platoon* à realidade do Rio de Janeiro, como antes já foi referido.

A idéia desses conjuntos era a de cobrir a totalidade da Capital, sendo a localização de cada um deles estabelecida em consonância com o

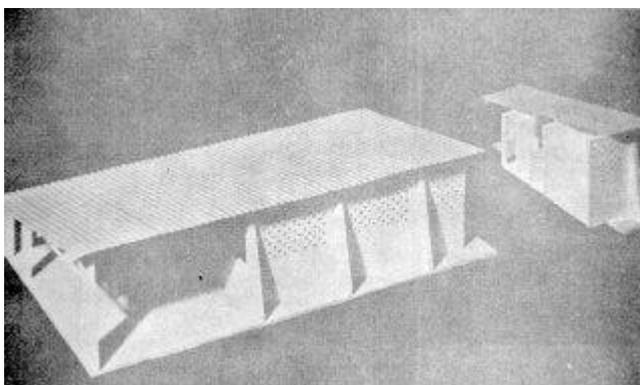
planejamento urbano, através do qual se previa a expansão populacional e geográfica do município de Salvador. O critério de localização desses conjuntos em Salvador (os Centros Populares de Educação) é assunto do depoimento de Diógenes Rebouças, nesta coletânea.

O único desses conjuntos que chegou a ser concluído, demorando-se, porém, quase 20 anos para isso, foi o originalmente chamado Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro, (Fotos 13 a 15), no bairro da Liberdade. Composto por 4 "escolas-classe" e uma "escola-parque", essa obra deu destaque internacional a Anísio Teixeira, não só pela arquitetura e pela construção, mas pelo trabalho pedagógico lá desenvolvido, sob o patrocínio do INEP, dentro da linha de seus Centros Regionais de Pesquisa em Educação, de produzir conhecimentos a respeito de todos os complexos e interligados problemas associados à educação, em cada realidade regional específica. Um desses estudos, por sinal, que avaliou o custo-aluno no Centro Carneiro Ribeiro, revelou que seu valor era mais baixo do que o custo de um aluno de jardim infantil nas escolas particulares de Salvador, naquela época.

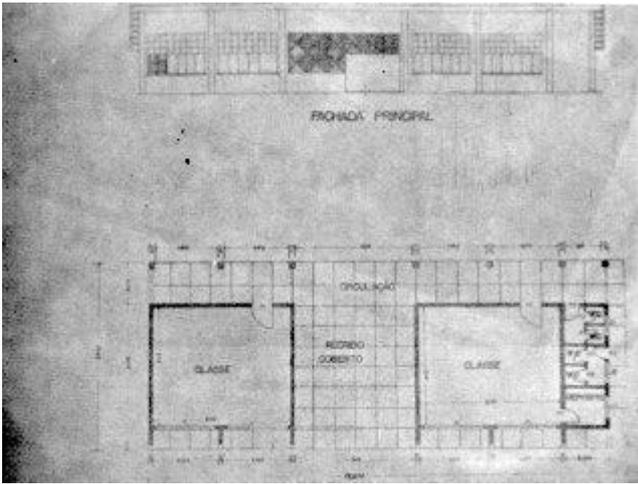
Ressalte-se que a questão da universalização da escola pública não se esgotava, segundo Anísio, na arquitetura e na construção escolar, mas incluía, entre tantas outras coisas, a formação dos professores, tarefa para a qual o Centro Popular de Educação teve importância fundamental, ao servir de modelo para a educação de grande parte dos educadores da Bahia, que o utilizavam como referência para sua formação e reciclagem.

No âmbito do 2º grau e da formação de professores, a ação de Anísio, tanto na Capital quanto no interior, foi também de muita importância. Na Capital ele expandiu o ensino secundário e o ensino normal, abrindo seções do tradicional Colégio da Bahia em vários bairros e incentivando os cursos já existentes de formação de professores (vide o artigo de Hildérico Pinheiro, nesta coletânea).

Projetos do Período de 1947 a 1951
Secretaria de Educação e Saúde do Estado da Bahia
Gestão Anísio Teixeira

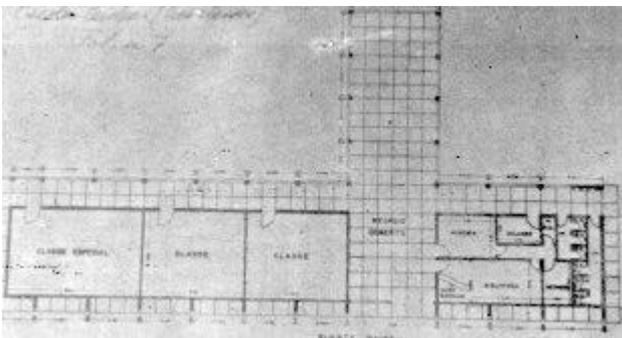


Escola para a Zona Rural



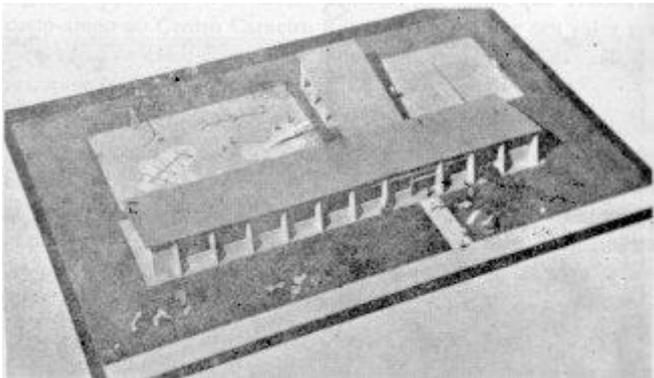
Escola

"mínima"



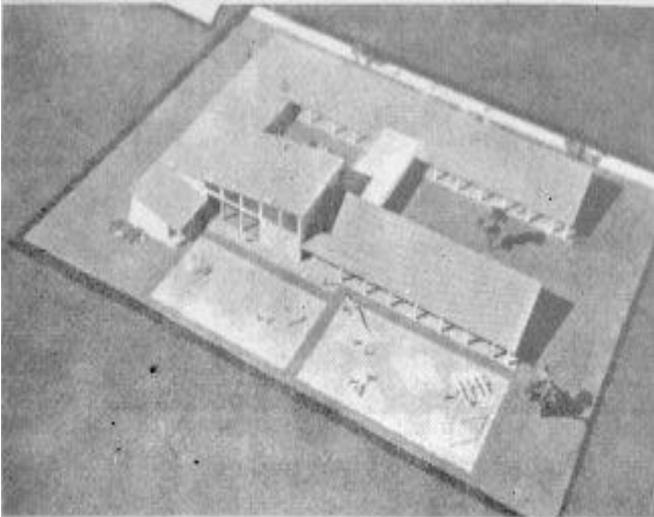
Escola

Nuclear



Escola

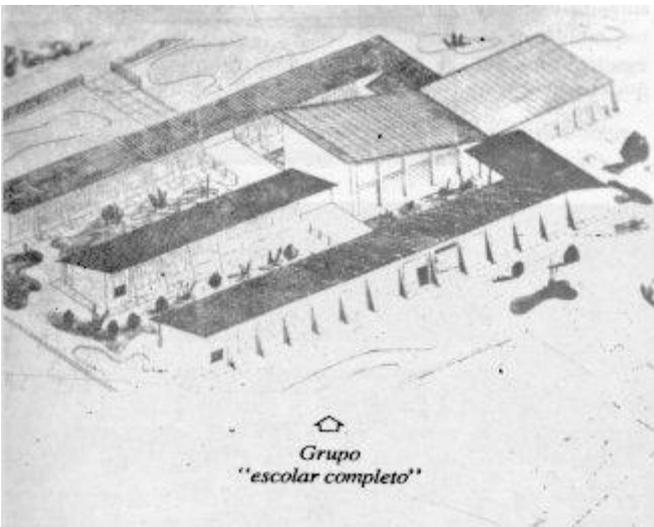
Nuclear



Grupo

"Escolar

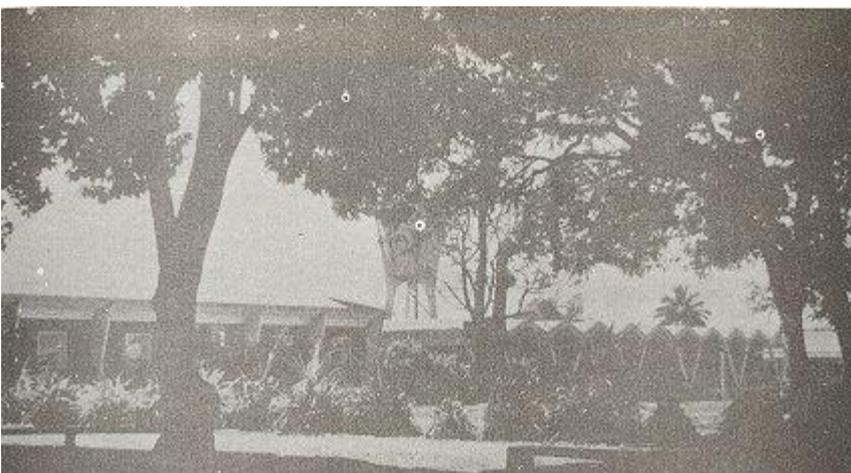
Médio"



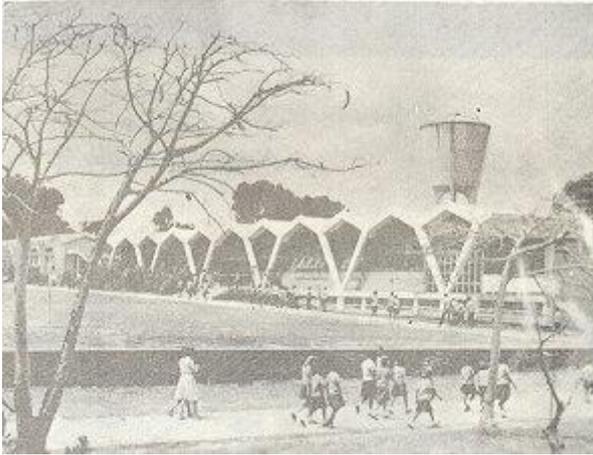
Grupo

"Escolar

completo"



Escola Parque - Salvador-BA onde se destaca a amplitude dos espaços arborizados



Vista do pavilhão principal



exposição anual dos trabalhos realizados pelos alunos

No interior, o Estado foi dividido em dez regiões geo-educacionais, sendo prevista a implantação de um Centro Regional de Educação (CRE) na sede de cada uma delas, alguns tendo implantação iniciada ainda em sua gestão. O projeto dos CREs compreendia os seguintes prédios:

Escola de professores; escola secundária; escola primária, anexa à escola de professores; biblioteca; centro cultural, com teatro; edifício de administração; edifício de serviços gerais, com restaurante; praça de esportes e residências de diretor, professores e funcionários.

Convém observar, por fim, que Anísio continuou a exercer sua influência no campo da construção escolar, durante todo o tempo em que atuou a nível federal, de 1951 a 1964, particularmente em Brasília cujo sistema escolar foi nele inspirado, sem falar nos projetos nacionais de construção escolar, através dos quais se espalharam, por todo o país, as várias contribuições originadas de sua larga compreensão do conjunto dos problemas educacionais brasileiros. É certamente um tema para estudo cuidadoso e mais aprofundado.

http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livro6/inovacoes_at.html

Padre Antonio Vieira

Por Ricardo Timm de Souza – Filósofo, POA

Não obstante toda sua intensidade e pertinácia, é evidente que o modelo corrente de pusilanimidade e servilismo intelectual não conseguiu esterilizar completamente os espíritos. Houveram certamente incontáveis exemplos de inquietude intelectual, a imensa maioria infelizmente submersa no roldão da história e ainda aguardando sua devida valorização, alguns até sua descoberta; outros, porém permanecem, ou são reencontrados contemporaneamente por uma releitura mais lúcida dos fatos históricos, como legítimos representantes de uma inteligência vigorosa que se manifesta em meios extremamente árdus e testemunha ao futuro sua grandeza. No contexto do presente estudo, e com referência à época e âmbito em foco, destacaremos uma figura dessa estirpe: o Padre Antônio Vieira com suas *Cartas* e

O Padre Antônio Vieira, nascido em Lisboa em 1608 e falecido em 1697, homem de “Gênio humaníssimo, urbano e cortês, o engenho quase sem igual” e que “punha-se acima dos poderes constituídos em prol de uma organização social mais justa e humana, apresentava-se como um dos mais brilhantes intelectuais lusófonos de todos os tempos.

Em uma época em que contradições, misérias e privilégios eram compreendidos tão-somente de forma ontológica, isto é, de uma forma que, ao existir, *definía* simultaneamente o único princípio válido de inteligibilidade das realidades em questão, Antônio Vieira ousa transcender as contingências e limitações de uma tal concepção de mundo e traduz as contradições de seu meio e sua época com espantosa lucidez. No Sermão da Quinta Domingo da Quaresma, por exemplo, Vieira simula a entrada, com sua

audiência, em uma casa fidalga portuguesa, repleta de símbolos e alegorias de “fé católica cristinaíssima”, relatando, então o que vê:

*Entremos e vamos examinando o que vimos parte por parte.
Primeiro que tudo vejo cavalos, fieira e coches, vejo criados de diversos calibres...vejo galas, vejo jóias, vejo baixelas ,,da janela vejo jardim e ao longe vejo quintas; enfim vejo todo o palácio e também o oratório; mas não vejo a vejo a fé. E por que não aparece a fé nesta casa? Eu o direi ao dono dela. Se os vossos cavalos comem à custa do lavrador...e as rodas e o coche que arrastam são dos pobres oficiais, que andam arrastados sem cobrar um real; como se há-de ver fé na vossa cavalaria? Se o que vestem os lacaios e os pajens...dependem das mesadas do mercador que vos assiste , e no princípio do ano lhe pagais comm esperanças e no fim com desesperações...como se há-de ver fé na vossa família? Se as galas, jóias e as baixelas, ou no Reino, ou fora dele, foram adquiridas com tanta injustiça e crueldade...como se há-de ver nessa falsa riqueza?... Se a Primavera está rindo nos jardins ...e as fontes estão nos olhos da triste viúva e órfãos ...como se há de ver a fé ...nem a sombra dela na vossa casa.?*

Vieira penetra na teia simbólica e extrai a hipocrisia que a sustenta; vê além dos símbolos e da ordem das grandezas para destacar o *antes* e o *depois*; ressalta as contradições veladas por princípios e fundações ontológicas pretensamente intocáveis e atemporais ao despi-los em sua historicidade , em sua constituição através dos tempos – as galas e baixelas não somente foram *adquiridas* , mas o foram com *injustiça e crueldade*; os oratórios são ociosos, porque o que quer que pretendessem representar, está velado pela realidade maior da iniquidade *efetivamente* exercida. Pretensos símbolos de piedade religiosa nada mais são do que indicação de violência e injustiça, porque seu valor não sobrevive sem algo anterior a eles – no caso, a caridade cristã – que o legitimasse. “O Rei está nu!”.

Como aqui, em muitas passagens pode-se observar a eloquência profética de Vieira. No caso da escravidão , denunciou com intensidade, no século XVII, uma situação que perdurou por mais

duzentos anos e muitos que a justificavam até mesmo em nome de Deus e da fé... “Na construção de Vieira reforçam-se mutuamente o discurso da sensibilidade, que vê e exprime intensamente a dor do escravo, e o discurso do entendimento, capaz de acusar o caráter iníquo de uma sociedade onde homens criados pelo mesmo Deus pai e remidos pelo mesmo Deus filho se repartem em senhores e servos. Em suma traduz a realidade enquanto radical e injustiça:

*esses homens não são filhos do mesmo Adão e da mesma Eva ?
Estas almas não foram resgatadas com o sangue do mesmo
Cristo? Estes corpos não nascem e morrem como os nossos? Não
respiram o mesmo ar? Não os cobre o mesmo céu? Não os
aquece o mesmo sol? Que estrela é logo aquela que os domina,
tão triste, tão inimiga tão cruel?*

Assim, imerso embora nas contradições de seu tempo, não faltou ao Padre Vieira lucidez nem coragem para dizer o que via e sentia; ele transcende a sua época, ao mostrá-la a ela própria, à posteridade que tenta entendê-la e ao Brasil como um todo.

Referências bibliográficas no original – O Brasil Filosófico, de Ricardo Timm de Souza – Ed. Perspectiva – SP – 2003 p.40-42

Dez grandes derrotados da nossa história (ou, como o Brasil poderia ter dado certo, mas não deu)

<http://spotniks.com/dez-grandes-derrotados-da-nossa-historia-ou-como-o-brasil-poderia-ter-dado-certo-mas-nao-deu/> - LISTAS 14 DE FEVEREIRO DE 2016



PAULO ROBERTO DE ALMEIDA



**6 RAZÕES POR QUE FLÁVIO AUGUSTO PODERIA SER ELEITO
PRESIDENTE DO BRASIL**



***Paulo Roberto de Almeida é Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Bruxelas. Foi ministro-conselheiro na Embaixada do Brasil em Washington (1999-2003). Trabalhou entre 2003 e 2007 como Assessor Especial no Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.*

O Brasil, já disse alguém, não é para principiantes. Vamos admitir que a frase expresse a realidade, ainda que ela seja uma mera banalidade conceitual. A verdade é que nenhuma sociedade urbanizada, industrializada, conectada, ou seja, complexa, como são quase todas as nações contemporâneas, é de fácil manejo para amadores da vida política ou para iniciantes no campo da gestão econômica. Não deveria haver nada de surpreendente, portanto, em que o Brasil, de fato, não seja para principiantes, como dito nesse slogan tão folcloricamente simpático quanto sociologicamente inócuo.

Mas atenção: a frase é, sim, relevante pelo lado do seu exato contrário. O mais surpreendente, no caso do Brasil, está em que o país não é de rápida explicação ou de fácil interpretação nem mesmo para pensadores distinguidos e intelectuais de primeira linha (eles o são, de verdade?). Ele tampouco parece ser de simples manejo mesmo para estadistas da velha guarda (nós os temos?), para políticos experientes (parece que ainda existem), sem esquecer os empresários inovadores (quantos são, alguém sabe dizer?) ou para economistas sensatos (seria uma espécie rara?). O Brasil já destruiu mais de uma reputação política, como continua desafiando as melhores vocações de “explicadores sociais” (inclusive brasilianistas), com o seu jeito sui-generis de ser. Existe, por exemplo, alguma explicação sensata para o fato de que “o país do futuro”, o “gigante inzoneiro”, a terra dos recursos infinitos, seja ainda uma sociedade desigual, ricamente dotada pela natureza, mas com muitos pobres, milhões deles, uma nação até materialmente avançada, mas (aparentemente, pelo menos) mentalmente atrasada? O que é que nos retém na rota do desenvolvimento social integrado? Quais são os formidáveis obstáculos, quantas e quais são as barreiras intransponíveis?

Não foram poucos os espíritos corajosos que tentaram vencer essas dificuldades e nos colocar num itinerário de progresso sustentado. A maior parte acabou derrotada por um conjunto variado de circunstâncias cuja identificação exata requereria um batalhão de sociólogos, dos melhores. Vamos repassar, ainda que brevemente, o itinerário de dez grandes personalidades que, em momentos decisivos da história do Brasil, viram seus projetos e propostas de reformas ou de melhorias para o país totalmente frustrados em função das condições ambientes, por força da oposição de outros personagens ou de grupos poderosos, ou pelo fato de que eles mesmos não souberam, ou não puderam, obter apoios suficientes para que suas propostas de políticas públicas fossem, em primeiro lugar, aceitas por outros dirigentes, ou pela opinião pública, depois seguidas pela coalizão dominante a cada momento e, finalmente, implementadas na forma por eles concebida inicialmente. A maior parte desses homens não foi sequer consolada, em vida, por aquele famoso dístico de bandeira estadual: “ainda que tardia”.

1) HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA

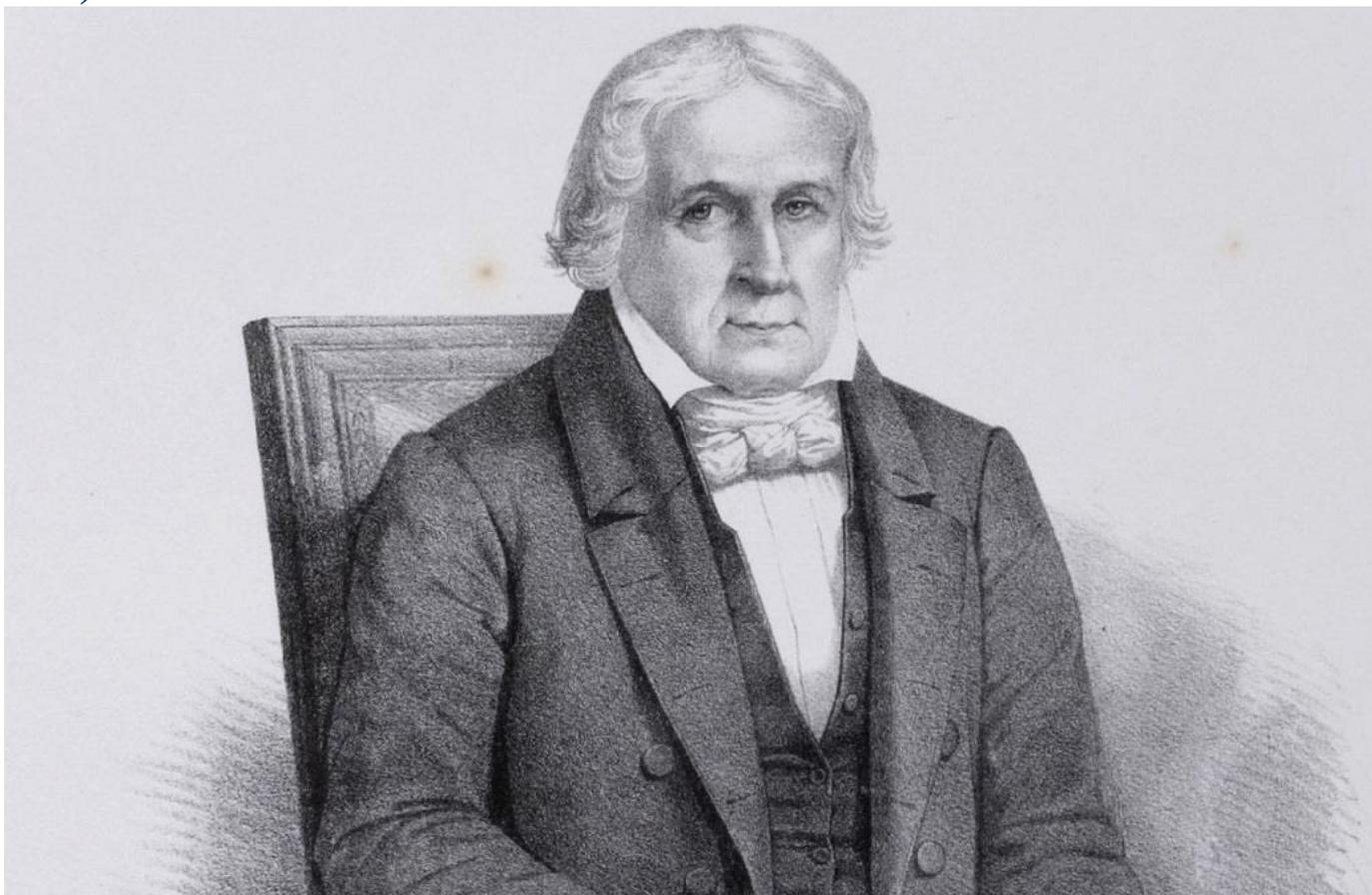


Nascido na Colônia do Sacramento, criado em Rio Grande, espírito iluminista, liberal econômico, assessor, durante algum tempo, do grande estadista português da passagem do século 19, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o conde de Linhares, para quem investigou as inovações econômicas e melhoramentos agrícolas da jovem República americana nos anos finais do século 18, e por quem foi enviado à Inglaterra para adquirir equipamentos gráficos, para modernizar a imprensa do Reino, e onde se tornou maçom, foi preso e torturado pela Inquisição ao retornar a Portugal, tendo conseguido fugir após alguns anos de cárcere. Estabelecido na Inglaterra desde então, Hipólito deu início ao primeiro jornal independente brasileiro, o *Correio Braziliense*, que editou sozinho em Londres desde a transmigração da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, até que fosse confirmada a independência e a separação do, até então, Reino Unido, no final de 1822. Nomeado cônsul do Brasil em Londres, por José Bonifácio, Hipólito ainda teve tempo de enviar-lhe, em fevereiro de 1823, um ofício propondo reformas nos correios, nos transportes e na colonização, mas não para tomar posse do cargo para o qual estava preparado como nenhum outro brasileiro.

Seu *Correio Braziliense* forneceu, durante exatos quatorze anos e sete meses ininterruptos, material de informação, de reflexão e de críticas a todos os dirigentes portugueses (que o liam à sorrelfa) e aos brasileiros ilustrados, constituindo o maior repositório de dados e análises fiáveis sobre o estado do

reino de Portugal, sobre a situação da Europa napoleônica e pós-napoleônica, sobre as Américas em geral e sobre o Brasil em particular. Seu “armazém literário” constitui o mais completo manual de políticas públicas e de economia política – no sentido de estadismo para a prosperidade dos povos, como a definia Adam Smith – cujo grande objetivo era o de ajudar o Brasil e os “brazilienses” a enriquecer rapidamente, como ocorria então na Inglaterra. Muitos ministros do reino, em Portugal e no Brasil, concordavam com ele, mas às escondidas, pois não o podiam revelar, ainda que um ou outro mais ousado tentasse convencer o príncipe regente, depois D. João VI, do acertado daqueles críticas e propostas de políticas, inclusive no que se referia aos tratados desiguais com a própria Inglaterra. Infelizmente seus conselhos foram raramente seguidos e ele veio a morrer antes de poder servir de forma mais efetiva ao país que era o seu, mas que tinha abandonado ainda muito jovem para nunca mais voltar.

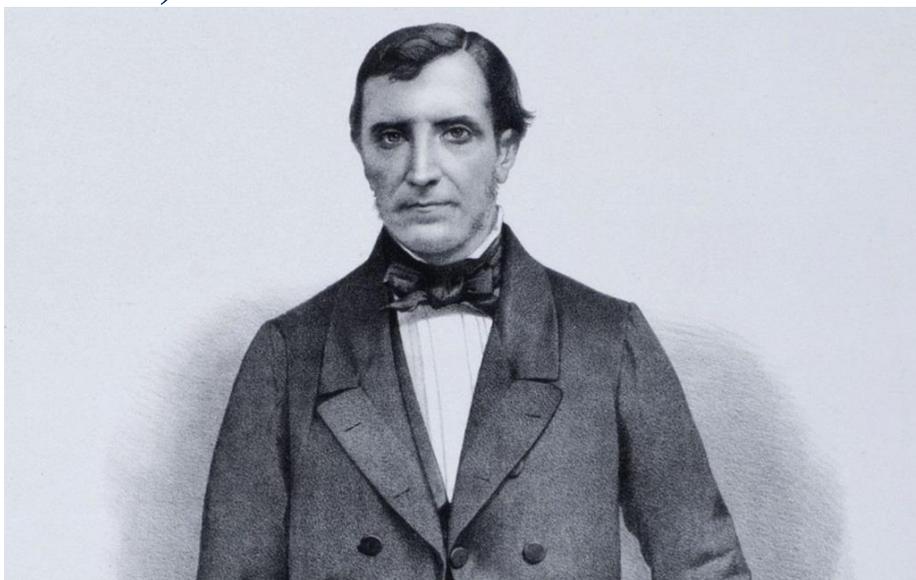
2) JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA



As mesmas ideias defendidas por Hipólito, de monarquia constitucional e de fim da escravidão, foram esposadas por José Bonifácio, grande intelectual

nascido em Santos, SP, homem de ciência e de grandes luzes, membro de diversas academias europeias, combatente contra as tropas napoleônicas em Portugal, antes de retornar ao Brasil para servir ao Reino Unido e se converter no verdadeiro artífice da independência do Brasil. Proclamada esta, ele pretendia, já na Assembleia Constituinte, libertar o Brasil da mácula do tráfico escravo e, assim que possível, da nódoa da escravidão, conseguindo braços para a lavoura e para a formação de uma sólida economia agrícola entre camponeses imigrados europeus. Como Hipólito, e como tantos outros abolicionistas, José Bonifácio foi derrotado pela coalizão de mercadores de escravos e de grandes proprietários de terras, abandonado, aliás, pelo próprio Imperador, que aproveitou-se do recrudescer das turbulências políticas na Assembleia Constituinte e das divisões políticas entre os maçons para decretar o encerramento do breve exercício de ordenamento constitucional, “cassar” os seus membros e exilar ou prender toda a família dos Andradas. Bonifácio foi mais uma vez para a Europa, e só retornou ao Brasil para ser preceptor, por breve tempo, do menino Pedro de Alcântara, mas já sem condições de influenciar a política no período regencial. Foi um dos grandes derrotados de nossa lista de estadistas-idealistas.

3) IRINEU EVANGELISTA DE SOUZA

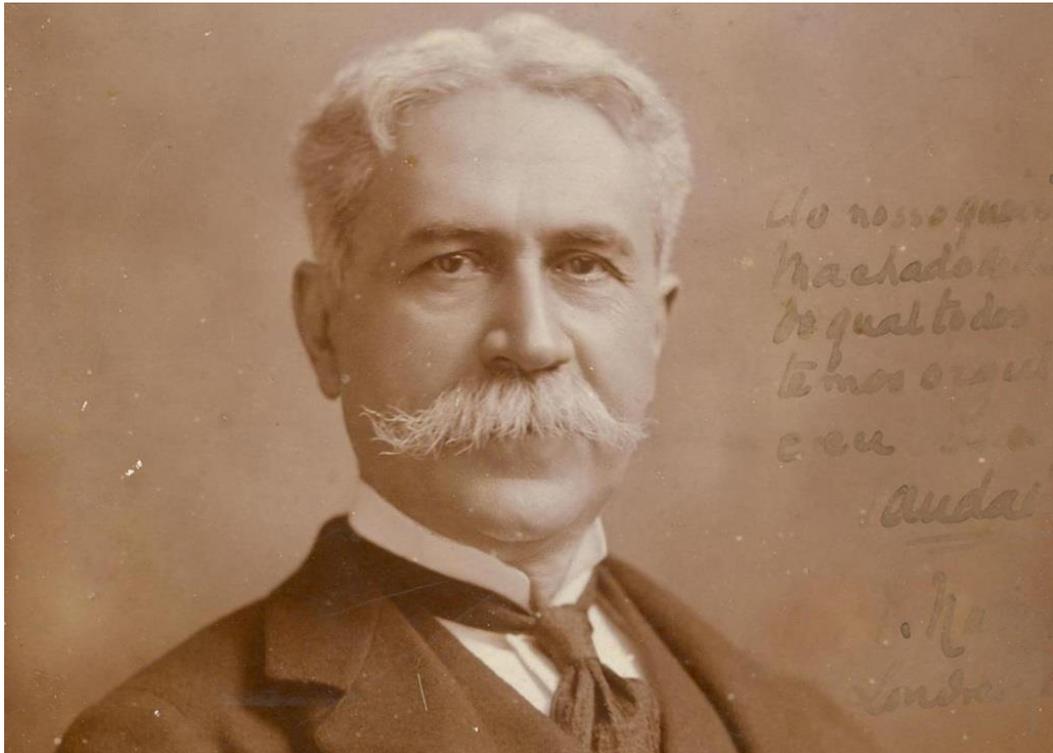


O gaúcho de nascimento e *self-made man* só adquiriu o título nobiliárquico de Barão de Mauá (depois Visconde, em 1875) na data da inauguração, em 1854, do primeiro trecho da ferrovia Rio-Petrópolis, entre o porto de Mauá, na baía da Guanabara, e o pé da serra de Petrópolis. Antes disso ele já tinha amealhado fortuna com seus empreendimentos industriais (sobretudo estaleiros) e

comerciais (em especial seus bancos, no Brasil e em diversas capitais estrangeiras). Homem possuidor do mesmo espírito empreendedor e liberal de seus tutores ingleses (primeiro numa casa de importação no Rio, depois mediante viagem à Inglaterra, em 1840), ele enfrentou inúmeras dificuldades num país escravocrata e caracterizado pela mão pesada do Estado em todo e qualquer setor da economia (o governo tinha de autorizar qualquer novo empreendimento que ele desejasse fazer), e teve vários atritos com ministros de sucessivos gabinetes do Segundo Império; essas desavenças o levaram à ruína comercial e financeira, e obstaram a que suas ideias progressistas pudessem ser reconhecidas como válidas e implementadas num país em que o status de senhor de escravos ainda era sinal de distinção.

O historiador Nathaniel Leff, heterodoxo entre os intérpretes de nossa história econômica, afirma que o atraso do Brasil não se situa tanto na colônia, como afirmam vários historiadores consagrados, mesmo os da vertente marxista, mas precisamente no período do Segundo Império, quando o Brasil perde a oportunidade de implementar as reformas preconizadas por Mauá, seja no terreno da força-de-trabalho, seja na política monetária, ou no ambiente de negócios e no da infraestrutura. Não há nenhuma dúvida que, ao final do Império, o Brasil teria sido um país muito diferente se as ideias (não só econômicas) de Mauá tivessem sido implementadas como políticas públicas. Ele foi, provavelmente, o primeiro empresário derrotado de nossa história.

4) JOAQUIM NABUCO



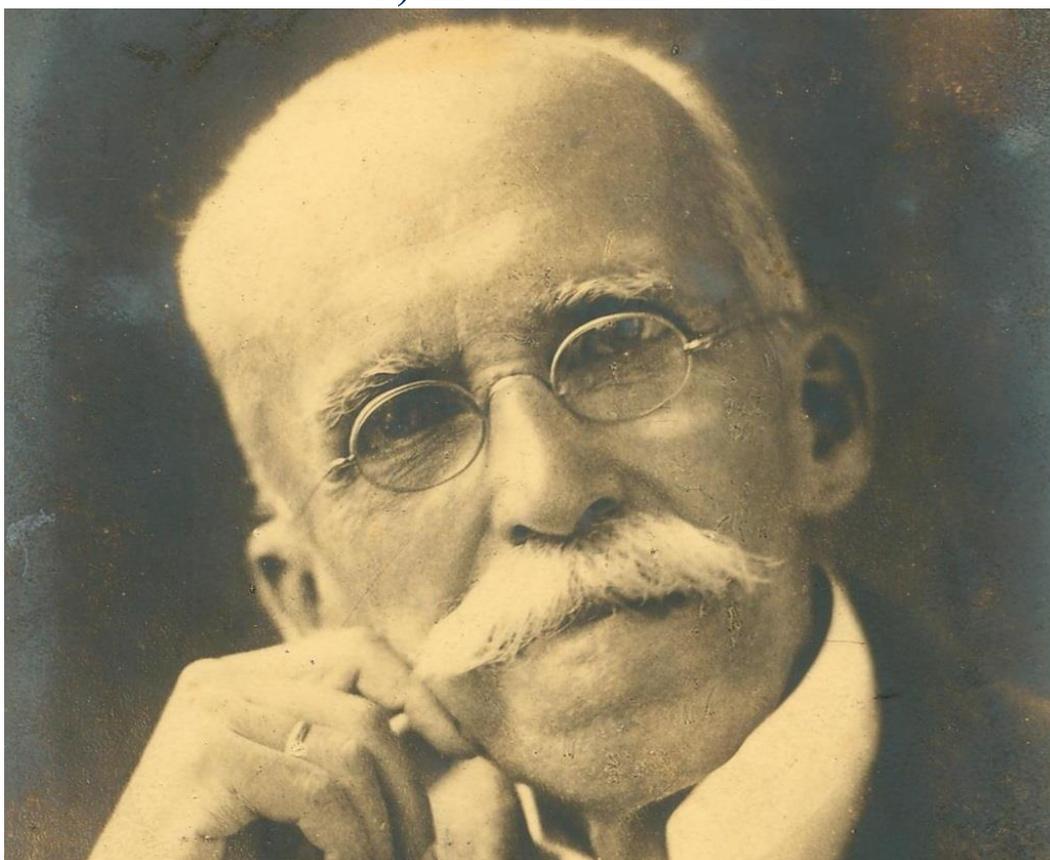
O “aristocrata” da zona da mata de Pernambuco é mais um derrotado de nossa lista, não exatamente enquanto publicista – terreno no qual ele foi brilhante – ou como diplomata do Império e da República, mas enquanto abolicionista, a despeito de suas raízes nos engenhos de açúcar do Nordeste. Intelectual/blasé, ele bateu-se com denodo pela causa da emancipação, e seu livro sobre o abolicionismo (publicado em Londres em 1883) foi decisivo na intensificação da campanha, nessa mesma década. Mas ele já tinha sido derrotado antes, pois que não conseguiu reeleger-se para sua primeira cadeira de deputado, conquistada em 1878, assim como viu frustrada sua campanha pela laicização do Estado Imperial, que tinha a religião católica como oficial. Mesmo quando da abolição, por decreto imperial, suas propostas para que a emancipação dos escravos fosse acompanhada de um grande programa de reforma agrária e da universalização da educação pública, compulsória e gratuita, com vistas à elevação do padrão educacional de milhões de brasileiros pobres, e não apenas dos negros libertos, jamais foram seriamente consideradas pela República oligárquica.

Ele afastou-se da política, como monarquista que era, e dedicou-se aos livros e à história. Só retornou à vida pública para novamente dedicar-se à diplomacia, não para defender o regime, mas para servir ao país. O retorno lhe deu ainda mais desgosto, no caso da arbitragem italiana sobre a questão da Guiana,

fronteira com a colônia britânica: a Grã-Bretanha abocanhou quase 50% a mais do território disputado do que foi concedido ao Brasil, nascendo aí seu acentuado monroísmo, ou americanismo, ao considerar que das potências europeias o Brasil não deveria esperar nada. Do nosso ponto de vista, entretanto, o Nabuco “derrotado” que interessa registrar é o das nunca implementadas propostas de reforma agrária e de educação pública em favor de negros libertos e dos brancos pobres, na verdade para todos.

O Brasil republicano, desde o início, e provavelmente até hoje, continua a pagar muito caro pela ausência de medidas desse tipo, para elevar a capacidade produtiva do seu povo. A reforma agrária, na verdade, na prática se tornou inócua pela modernização capitalista da economia rural, mas no campo da educação continuamos a exhibir atrasos, se não quantitativamente (a taxa de escolarização, no início do primário, alcançou, por fim, a dos países avançados, mas 150 anos depois), certamente em qualidade do ensino.

5) RUI BARBOSA



Conselheiro do Império, primeiro ministro da Fazenda do novo regime, no governo provisório de Deodoro, quando empreendeu algumas boas reformas e outras menos boas, o homem mais inteligente do Brasil (segundo os baianos),

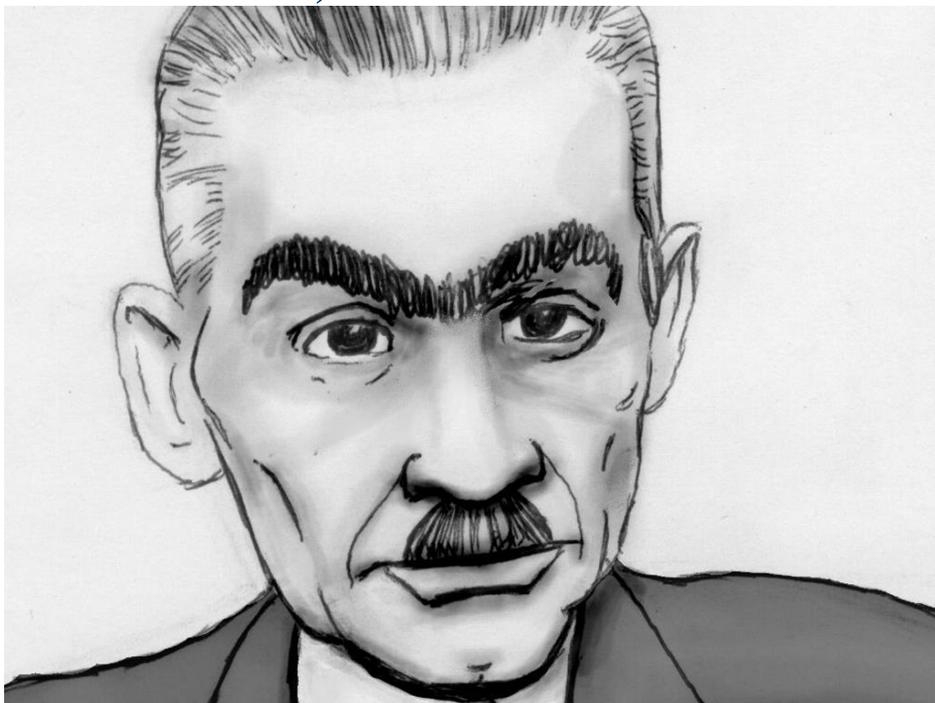
foi, antes de tudo, um pensador, um doutrinário e um publicista (e um dos mais prolíficos do Brasil, que nunca publicou um livro sequer, mas que tem obras completas em dezenas de volumes). Ele é usualmente definido como um polímata, pois suas atividades e escritos abrangiam os mais diversos domínios do conhecimento humano, com especial predileção pelo direito. Logrou sucesso em muitos dos empreendimentos que lhe foram oferecidos ou para os quais ele se voluntariou, em virtude de seus vastos conhecimentos jurídicos; voltou da Segunda Conferência Internacional da Paz da Haia, em 1907, como um herói, o “Águia de Haia”, como exageradamente seus conterrâneos chamaram-no.

Mas também acumulou vários insucessos, entre eles a mal concebida reforma bancária do início da República, que acabou resultando numa violenta especulação, o chamado Encilhamento. Opôs-se a Rio Branco na compra do Acre à Bolívia, e saiu ruidosamente da delegação negociadora. Sua maior derrota, porém, não para ele, mas para o Brasil, foi ter perdido o pleito presidencial de 1910 para o Marechal Hermes da Fonseca, militarista como seria de se esperar, mas sobretudo prepotente, mandando submeter a golpes de canhão os governadores recalcitrantes dos estados que não o obedeciam. Por isso mesmo, o chanceler Rio Branco, angustiado, pensou em se demitir do seu cargo, sucessivamente renovado em quatro governos: coitado, morreu logo após.

A derrota para Hermes da Fonseca foi uma derrota para o Brasil, no sentido em que representou a consolidação do arbítrio como norma de governo, um golpe de Estado permanente contra vários princípios constitucionais, a ofensa aos adversários políticos (considerados inimigos) como coisa corriqueira, o despotismo do Executivo sobre os demais poderes. Rui se exasperava em face do desprezo que o governo exibia contra os mais mezinhos valores da democracia, entre eles as liberdades individuais e o pleno vigor do Estado de direito. Seus artigos, conferências e palestras dos últimos anos revelam justamente sua revolta contra o desrespeito demonstrado pela maior parte dos políticos – e dos militares – às normas mais elementares do sistema democrático. Como seu amigo Nabuco, ele faria um excelente ministro – talvez até primeiro – de um sistema parlamentar ao estilo inglês (se possível de uma monarquia constitucional, pois a despeito do seu republicanismo, Rui, a exemplo de Oliveira Lima, se decepcionou rapidamente com aquela república), ou de um governo congressional ao estilo americano, como preconizado pelo

professor de Princeton Woodrow Wilson, mais tarde presidente. Como os anteriores, Rui também foi um derrotado, não apenas nos seus princípios e convicções, mas também em suas tentativas práticas de democratizar plenamente e de enquadrar o Brasil num Estado de direito efetivo.

6) MONTEIRO LOBATO

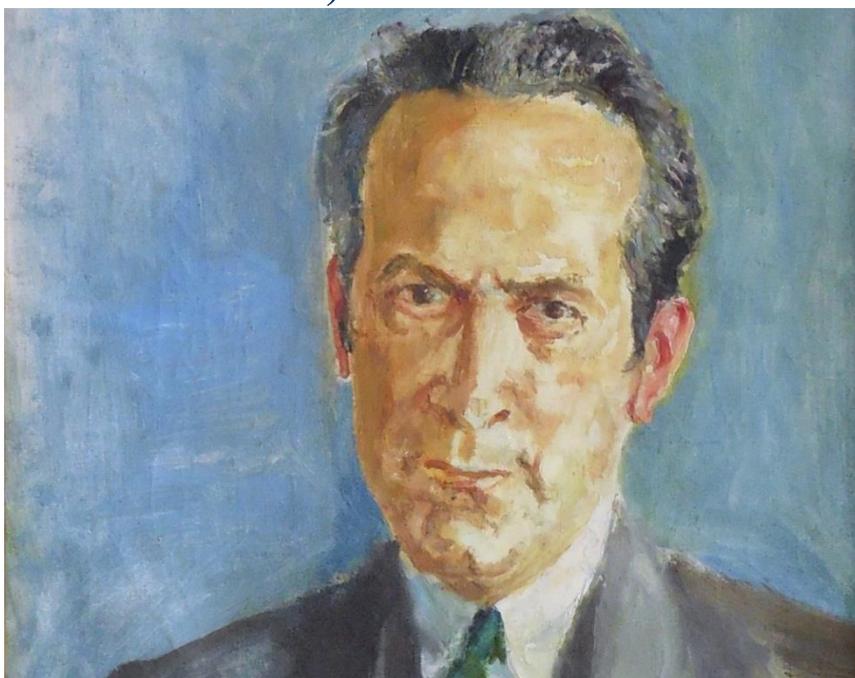


O filho de fazendeiros do Vale do Paraíba se espantou desde cedo com a inacreditável miséria dos caboclos do interior, que ele imortalizou na figura emblemática do Jeca Tatu. Ele constatou as condições sanitárias abomináveis dos matutos do interior e, sobretudo, a ignorância abismal desses homens que sequer tinham consciência de sua condição ou da existência de um país chamado Brasil. Seus muitos artigos de imprensa, sua atividade de editor, seus diálogos imaginários sobre nossos problemas com um inglês da Tijuca –*Mister Slang e o Brasil*–, todos eles batem na mesma tecla: o Brasil é um país profundamente atrasado, tão arcaico a ponto de ser derrotado pelas saúvas e por endemias eternas, e só teria salvação se empreendesse um vigoroso esforço de modernização, de preferência modelado no exemplo americano.

O fordismo lhe parecia a solução ideal para nossa débil industrialização, e o petróleo seria o combustível indispensável à redenção da nação. Lobato está na origem do “petróleo é nosso”, mas ele não era um chauvinista, um patriota rústico que queria afastar o capital estrangeiro do esforço de capacitação industrial e tecnológica. Ele se batia contra os “trustes estrangeiros” não porque

fossem estrangeiros, mas porque via neles uma conspiração contra a prospecção de poços no Brasil, ao preferirem as jazidas mais fáceis do Oriente Médio. Achava que o governo não fazia esforços suficientes nessa direção, e denunciou o “entreguismo” da ditadura Vargas: por isso foi processado e preso. Mas a sua concepção de progresso era indiscutivelmente americana: ele foi mais um derrotado pelo nacionalismo rastaquera e pelo estatismo arraigado nos corações e mentes das elites políticas e industriais. Só o fato de proclamar o valor dos livros na construção da nação já lhe valeria a entrada num panteão da pátria. Pena...

7) OSWALDO ARANHA



Paradoxalmente, só foi derrotado quando finalmente chegou ao momento de maior glória, e pelo próprio homem que ajudou a colocar no poder. A “estrela da revolução liberal” de 1930, foi de fato o homem que “liquidou” a República Velha, ante as hesitações e dúvidas de Getúlio Vargas quanto às chances de vitória do movimento contra Washington Luís e seu presidente eleito do bolso do colete. Não fossem os esforços decididos de Aranha, no sentido de unir gaúchos e mineiros, e de aliciar forças decisivas no Exército e nas tropas estaduais militarizadas, a revolução de 1930 não seria o marco da modernização do Brasil e da construção de um Estado moderno, não mais a “República carcomida” das oligarquias do café-com-leite. Sucessivamente ministro da Justiça, da Fazenda (quando ele encaminha os problemas da dívida externa e dos estoques de café) e embaixador em Washington, Aranha

estava no auge de sua glória quando decide abandonar, por desgosto, seu posto diplomático, na sequência do Estado Novo, em novembro de 1937, que repudiou imediatamente.

Foi apenas sua amizade com Vargas, e a necessidade que este tinha de manter as melhores relações possíveis com os americanos – a despeito de suas notórias simpatias pelos regimes fascistas da Europa – que explicam seu retorno à política, como chanceler do Estado Novo, de março de 1938 a agosto de 1944. Sua ação à frente do Itamaraty foi decisiva para conter a inclinação de muitos dos expoentes do regime por uma aliança com as potências nazifascistas, aparentemente invencíveis no início dos anos 1940, e para ancorar vigorosamente o Brasil no grupo das Nações Aliadas.

Aranha sempre foi um candidato natural das forças democráticas à presidência da República: hipoteticamente em 1934, numa eventual escolha alternativa pela Constituinte (e provavelmente por isso, Vargas decidiu manda-lo para Washington); talvez em 1938, se as eleições previstas não tivessem sido cortadas pelo golpe de Estado; possivelmente ao final do Estado Novo, quando Vargas ainda manobrava para continuar, depois indicando um sucessor de sua escolha; em 1950, quando foi sondado, mas preferiu deixar o terreno livre para o ex-ditador; ou ainda, e finalmente, à morte deste, nas eleições de 1955, disputadas por muitos candidatos bem menos qualificados do que ele. Foi uma pena que sua falta de ambição, e sua fidelidade irrestrita ao “irmão maior” que era Vargas, obstaram que ele galgasse o posto mais alto da República.

Para se ter uma ideia de como o Brasil poderia ter sido diferente, se ele tivesse ascendido ao comando da nação, basta ler a carta que Aranha enviou a Vargas para que este discutisse os assuntos da guerra e da paz no encontro que o ditador teria em Natal com Franklin Roosevelt, em janeiro de 1943. O maquiavélico ditador não só o afastou traiçoeiramente dessas conversações, mas também impediu um encontro especial que se realizaria em Washington com o presidente americano no mesmo mês em que Aranha foi humilhado pela polícia política do regime, no triste episódio da Sociedade das Américas, em agosto de 1944, o que acabou determinando sua saída da chancelaria.

Naquela carta, Aranha delineou não apenas um esquema de aliança com os EUA, para ganhar a guerra, mas também uma estreita cooperação para participar da nova ordem mundial a partir da restauração da paz; ele incluiu, sobretudo, um programa inteiro de modernização industrial e de capacitação do Brasil, com ajuda americana, de molde a realmente impulsionar o grande

deslanche do país à condição de potência regional (num esquema não muito diferente da aliança não escrita defendida por Rio Branco, e mais enfaticamente por Nabuco, no começo do século). O Brasil teria sido um país muito diferente do que foi o caso, e certamente melhor, se Oswaldo Aranha tivesse ascendido à presidência e imprimido um estilo de governança e de políticas econômicas bem mais abertas e propensas à integração na política e na economia mundiais.

8) EUGÊNIO GUDIN



Um personagem nascido no século 19, que quase atravessou todo o século 20, pregando sempre as mesmas ideias liberais em economia e de simples sensatez na gestão pública. Formado em engenharia, mas economista por gosto, Gudin foi um aderente da escola neoclássica, mas de fato um eclético, e o responsável pela institucionalização dos cursos de economia nas faculdades brasileiras de humanidades e de ciências sociais em 1944. No mesmo ano, e no seguinte, foi protagonista do mais importante debate jamais ocorrido na história intelectual do Brasil; este representou, na verdade, um anticlímax, no sentido em que sua importância tanto teórica quanto prática foi deixada de lado pelo “curso natural das coisas”, ou seja, pela continuidade, em nossa governança, das mesmas inclinações e tendências estatizantes e intervencionistas que caracterizam o universo conceitual das lideranças políticas e empresariais do país.

O debate ocorreu quando se discutia abandonar os mecanismos intervencionistas em vigor durante o período bélico para adotar novos instrumentos capazes de guiar a ação do Estado no apoio ao processo de industrialização (sinônimo de desenvolvimento na concepção da época). Gudin, que naturalmente defendia princípios liberais e mecanismos de mercado para guiar a ação do Estado no fomento desse processo, teve como contendor no debate o industrial e intelectual – professor na Escola Paulista de Sociologia e Política – Roberto Simonsen. Em 1930, fez traduzir e publicar pelo CIESP, o Centro da Indústria do Estado de São Paulo, que ele tinha criado em oposição à FIESP, o livro do economista romeno Mihail Manoilescu, *Teoria do Intercâmbio Desigual e do Protecionismo*, uma atualização “científica” das ideias de Friedrich List. Simonsen, obviamente, se bateu pelo planejamento estatal, pelo protecionismo tarifário e pelos subsídios oficiais à “indústria infante”, enfim, todo o contrário do que pensava e preconizava Gudin, que era pela adesão do Brasil aos princípios das vantagens comparativas, que recomendavam incrementar o esforço de modernização agrícola, melhorar a infraestrutura e o capital humano, e manter uma governança econômica em bases sólidas e fiscalmente equilibradas.

O resultado do debate foi mais uma vez paradoxal: Gudin saiu-se como o seu vencedor teórico, ao demonstrar a inconsistência lógica e a escassa solidez prática dos argumentos de Simonsen. Mas este foi, ao fim e ao cabo, o vencedor efetivo do debate, uma vez que, no decurso das décadas seguintes, todos os governos, apoiados pelos industriais e pelos empresários em geral, seguiram as recomendações dos estatizantes, dos nacionalistas primários, dos protecionistas declarados, que sempre foram legião em todas as esferas da administração pública e na vida civil do país. Mais uma vez, o derrotado foi o Brasil, único país no mundo a ter conhecido oito (OITO) moedas sucessivas no espaço de pouco mais de meio século: mil-réis, cruzeiro, cruzeiro novo, cruzado, cruzado novo, cruzeiro, cruzeiro real, real. Não é preciso referir-se aos números astronômicos dos nossos processos inflacionários para constatar os desastres criados pelos êmulos de Roberto Simonsen, que eliminaram na prática as receitas mais equilibradas e ponderadas do longo Gudin. Ele continuou, até o final de sua vida secular, a preconizar as mesmas receitas, sempre para ser derrotado pela realidade.

9) ROBERTO CAMPOS



O ex-seminarista que se fez diplomata às vésperas da Segunda Guerra, teve a chance de servir em Washington quando se realizou a célebre conferência de Bretton Woods, em 1944, na qual ele era um simples assessor, e não um delegado. O mesmo ocorreu na conferência de Havana, sobre comércio e emprego, em 1947-48, quando ele continuou a aperfeiçoar seu conhecimento prático de economia, ao mesmo tempo em que fazia um mestrado nessa área na George Washington University, quando defendeu uma tese sobre os ciclos econômicos, de tinturas tanto neoclássicas quanto precocemente keynesianas. Ele ainda era um partidário do Estado promotor do desenvolvimento econômico, quando exerceu o cargo de diretor no BNDE, nos anos 1950, quando colaborou na arrancada dos “cinquenta anos em cinco” do governo JK, que também elevou a inflação a patamares nunca antes vistos no Brasil, inclusive com a construção de Brasília (que foi feita sem orçamento, à margem do orçamento e contra o orçamento, à razão de 1,5% de déficit fiscal durante quatro anos).

Não surpreende, assim, que o Brasil fosse levado a uma situação de grave desequilíbrio orçamentário e de enormes problemas de balanço de pagamentos no início dos anos 1960, quando ele foi, durante três anos, embaixador em Washington. Ele se demitiu do posto, exasperado com a inépcia de Jango, três meses antes do golpe de 31 de março de 1964, cujos líderes o guindaram à função de ministro do planejamento, em dobradinha com o ministro da Fazenda Octavio Gouvea de Bulhões. Ambos, entre 1964 e 1967, conduziram o mais importante processo de reformas econômicas e administrativas jamais empreendido no Brasil, um conjunto ambicioso de

mudanças constitucionais e de medidas infraconstitucionais que abriram o caminho para o mais vigoroso ciclo de crescimento de nossa história econômica.

Paradoxalmente, porém, os dois, ainda que liberais em espírito e em intenção, foram também os responsáveis pelo início da mais imponente escalada econômica estatal jamais vista nessa mesma história. Não só eles, pois que seus sucessores, em especial os acadêmicos Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen, impulsionaram, com o apoio entusiasta dos militares reformistas, esse engrandecimento inédito do ogro estatal, elevando enormemente a carga fiscal – a pretexto de aumentar o investimento público –, criando dezenas de estatais em todos os setores considerados “estratégicos”, não apenas para a economia, mas também para a “segurança nacional”. De certa forma, o Brasil do regime militar conduziu uma espécie de “stalinismo para os ricos”, uma industrialização “num só país” que respeitava inteiramente o vezo nacionalista rústico dos militares e sua preferência pela mais acabada autarquia produtiva, essa introversão míope que tinha sido a marca dos regimes fascistas da Europa dos anos 1930 (por acaso, um período no qual muitos dos líderes da “revolução de 1964” estavam estudando nas academias militares e aprendendo rudimentos econômicos de “independência e de soberania nacional”).

Roberto Campos detectou desde muito cedo essa deriva do Estado reformista-modernizador dos militares para um “complexo industrial-militar” orientado mais pelos princípios da “segurança nacional” do que pelos saudáveis valores da economia de mercado; passou o resto de sua vida tentando reverter o intervencionismo exacerbado do regime militar e o nacionalismo tosco dos políticos da redemocratização. Sem sucesso, porém: como Raymond Aron, na França, que durante anos lutou contra os instintos socialistas da intelectualidade parisiense, Campos lutou contra a indigência mental de nossos políticos e a ignorância econômica da maior parte da intelligentsia nacional (que Millor Fernandes chamava de “burritsia” acadêmica). Como Aron, igualmente, só foi reconhecido como visionário ao final da vida, e ainda assim, nem um, nem outro, conseguiu recolocar os respectivos países no caminho das reformas liberais e pró-mercado. A despeito de ter acertado em praticamente 90% do que escreveu durante toda a sua vida, Campos foi ironicamente derrotado por uma de suas mais conhecidas ironias: “o Brasil é um país que não perde oportunidade de perder oportunidades”.

10) GUSTAVO FRANCO



Um dos mais jovens expoentes da equipe que idealizou, montou e administrou o lançamento do Plano Real, o mais bem sucedido esforço de estabilização macroeconômica conhecido em nossa história econômica – hoje, infelizmente, ameaçado pela Grande Destrução lulopetista –, que exibe a distinção adicional de ter concebido o regime de transição da antiga e desvalorizada sétima moeda de nossa história monetária para o Real, mediante a indexação monetária via URV, cuja inspiração lhe tinha sido dada ao estudar a experiência alemã de saída da inflação, em 1923. Ele também foi o defensor de uma política de capitais e de câmbio bem mais livre do que o normalmente admitido tradicionalmente, não apenas nas faculdades de economia, mas sobretudo nos escalões governamentais, não obtendo inteiro sucesso nessa área, em razão, como sempre, dos azares da política.

A primeira versão do Plano Real previa um esforço de ajuste fiscal bem mais severo do que o efetivamente realizado, não implementado porque o presidente Itamar Franco queria uma “estabilização sem recessão”. Foi preciso, assim, manter os juros num patamar bem mais elevado do que o adequado, pois que a âncora fiscal, que deveria ter sido implantada, foi substituída por uma âncora cambial, que redundou, contra a vontade de muitos economistas, numa excessiva valorização do Real (daí os desequilíbrios de transações correntes acumulados na segunda metade dos anos 1990). O resultado foi a crise de 1998-99, ainda assim provocada por fatores externos: as crises asiáticas de 1997 e a moratória russa de agosto de 1998, que impactou diretamente o Brasil; a situação foi enfrentada mediante um programa de apoio financeiro das instituições de Bretton Woods e de países credores, com sucesso relativo até a década seguinte, quando a crise argentina, o apagão

elétrico e as eleições de 2002 (e os efeitos econômicos do PT) agravaram o quadro de turbulências no Brasil.

Gustavo Franco, que tinha sido secretário de política econômica na gestão Itamar e depois diretor de assuntos internacionais do Banco Central, ao iniciar-se a gestão FHC, foi elevado à condição de presidente do BC em meio às turbulências financeiras da crise asiática; conduziu um meticuloso programa de ajustes cambiais que, teoricamente pelo menos, permitiriam ao Brasil compensar a valorização por etapas, para evitar uma grave crise e mais inflação. A pressão dos mercados, e do próprio jogo político, foi entretanto mais forte, e Gustavo se viu estrangulado a sair do BC no auge da desvalorização cambial do início de 1999, e antes do estabelecimento dos regimes de metas de inflação e de flutuação cambial, finalmente adotados por Armínio Fraga, levado à presidência do BC pouco depois. Uma história completa desses episódios, do ponto de vista da política cambial, ainda está para ser escrita e o próprio Gustavo é um bom candidato para empreender a tarefa. Mas esse é apenas um detalhe num itinerário de reformas tentativas que Gustavo Franco tentou impulsionar e que aguardam ainda hoje para serem continuadas e completadas.

A importância de Gustavo Franco, como economista e intelectual, está em sua condição de debatedor, de publicista, ao defender em seus muitos artigos, entrevistas e palestras, e em diversos livros, o Plano Real como apenas o início de um processo de reformas e de mudanças estruturais no Estado e na economia do Brasil que o levariam da condição de adepto eterno de um keynesianismo de botequim e de um cepalianismo tosco ao status de “país normal”, ou seja, simplesmente aderente de regras claras, estáveis e transparentes de gestão econômica, como compete a qualquer país dotado de uma economia de mercado digna desse nome. Infelizmente, a gestão econômica companheira fez o Brasil retroceder pelo menos vinte anos economicamente, e muito mais ainda moralmente falando. Gustavo Franco também foi um derrotado, ainda que temporariamente, uma vez que as reformas que ele preconizava não foram, senão minimamente, implementadas nos anos seguintes, e muitas delas revertidas na gestão irresponsável dos lulopetistas. Seus escritos e declarações indicam o que está aberto nessa agenda de “work in progress” (na verdade, evoluindo para trás, atualmente).

OS “DERROTADOS” DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: UM BALANÇO FRUSTRANTE



Todas as personalidades brevemente referidas aqui foram, em primeiro lugar, pensadores, intelectuais com distintas formações acadêmicas – ou na vida prática, como Irineu Evangelista de Souza – e com diferentes situações sociais, de atuação no setor público e de responsabilidade nos governos aos quais serviram ou com os quais trabalharam – ou não, caso de Hipólito e Monteiro Lobato. Vários conceberam planos mais ou menos arrojados para o futuro do Brasil, alguns com projetos ambiciosos de mudanças estruturais, outros – como Gudin – com um cuidado mais prosaico com uma gestão simplesmente responsável da coisa pública. Todos eles preconizaram reformas corajosas para eliminar obstáculos e enfrentar os problemas e desafios que constatavam existir no itinerário do desenvolvimento brasileiro.

De certa forma, muitos deles foram visionários, mas sensatos, no sentido em que nenhum deles concebeu qualquer projeto utópico de reforma integral, revolucionária, da sociedade brasileira. Nenhum deles foi um “engenheiro social”, no sentido várias vezes criticado por um pensador liberal como Isaiah Berlin: todos eles preconizaram atuar nos quadros dos regimes constitucionais em vigor, respeitando as mais amplas liberdades – sobretudo a de empreender – e os princípios e valores dos regimes democráticos. Não por acaso, as propostas por eles formuladas se aproximavam do modelo constitucional e de

governança de corte britânico, de amplo sucesso prático nos Estados Unidos e nos países que institucionalmente e culturalmente pertencem ao mesmo arco civilizatório.

Nenhum deles teve sucesso – no máximo parcial – nas reformas e nas medidas preconizadas para levar o Brasil a um patamar mais alto de desenvolvimento político, econômico e social, num processo de total respeito às regras elementares do jogo democrático, como diria Norberto Bobbio. Aliás, o jurista e filósofo italiano, a despeito de seu imenso sucesso intelectual e do prestígio cívico alcançado, foi outro derrotado em seu próprio país, por acaso caracterizado por uma governança quase tão corrupta quanto a brasileira.

Todos os brasileiros, se tivessem logrado sucesso na implementação das medidas propostas – se tivessem sido por acaso guindados a posições de mais alta responsabilidade governativa, o que ocorreu unicamente com José Bonifácio, mas ele rapidamente “podado” pelo seu soberano – teriam provavelmente mudado o Brasil de uma forma mais profunda, mais intensa, e mais positiva do que efetivamente ocorreu nos dois séculos que levam de Hipólito José da Costa a Gustavo Franco. Este último continua um batalhador incansável pelas reformas necessárias, e o único “sobrevivente” (com perdão pela palavra) nesta nossa seleção: a ele cabe manter a tocha das reformas, em primeiro lugar como publicista, eventualmente, e novamente, como reformador. No momento em que o Brasil enfrenta a mais grave crise de sua história – certamente na esfera econômica, mas também, e sobretudo, no plano moral – é útil refletir sobre todas essas oportunidades perdidas, sobre a ação, em grande medida frustrada, de todos esses “derrotados” na prática. Do meu ponto de vista, eles são vitoriosos morais, gigantes intelectuais da modernização e do progresso brasileiro, que, por um conjunto variado de circunstâncias, não puderam conduzir suas propostas a bom termo, ou que não tiveram a oportunidade, em virtude de um ambiente particularmente negativo para os reformistas de qualquer quilate, de vê-las implementadas pelos tomadores de decisões de cada momento. A “agenda conjunta” de reformas modernizadoras – e corretoras de nossos grandes defeitos sociais –, que todos eles preconizavam, permanece inconclusa: na verdade, ela só existe no papel, num exercício como este de levantamento das nossas lacunas e omissões, uma vez que não pudemos contar, ainda, com estadistas que as implementassem verdadeiramente, com base num consenso necessário e no respeito das liberdades democráticas.

A pergunta final é inevitável: quando vamos contar com personalidades que se apoiem nas propostas desses gigantes intelectuais para arregaçar as mangas e “civilizar o Brasil”, na linguagem dos próceres da independência? Não sabemos ainda. Mas seria útil retomar cada uma das propostas desses pioneiros, para ver o que ainda falta fazer no Brasil. Mãos à obra, pesquisadores e ativistas: a agenda já existe. Cabe agora debater os meios de implementá-la, para passarmos da condição de “derrotados” à de vencedores. Que tal começar pelo levantamento do que falta fazer?

MORRER PELO BRASIL – VIVER PARA O BRASIL – 100 anos do Tenentismo

Geniberto Campos

<http://independenciasulamericana.com.br/2016/02/morrer-pelo-brasil-viver-para-o-brasil-100-anos-do-tenentismo/>



“Não é sem sangue, sem sofrimento e sem sacrifício que se constrói uma grande nação”.

(Da seção de cartas de O Estado de São Paulo, julho de 1924) (1)

“A revolta é o último dos direitos a que deve recorrer um povo livre para

salvaguardar os interesses coletivos, mas é também o mais imperioso dos deveres impostos aos verdadeiros cidadãos”. (Juarez Távora) (1)

1. E assim começou o *Tenentismo*, um dos mais importantes e duradouros ciclos da história política contemporânea brasileira. Heroísmo, coragem, desprendimento, dedicação à Pátria. Disposição para o sacrifício. Se necessário, morrer nobremente pela causa patriótica.

Caracterizado pelo *intervencionismo*, o outro nome para *revolta*. Um recurso sempre disponível ao qual muitas vezes se recorria para *salvar a Nação*.

Durante pelo menos seis décadas, o tenentismo sobreviveu e mostrou, a cada momento, a sua nobre e heroica face aos brasileiros. E esta face assumia as mais diferentes características.

O ciclo tem o seu início de lutas heroicas e marcantes em 1922, com a “*Revolta do Forte de Copacabana*”. Que passou à história como “*Os 18 do Forte*”. Na qual os nomes de jovens e corajosos tenentes – são bem lembrados Siqueira Campos, Juarez Távora e Eduardo Gomes – comprovaram a sua coragem pessoal e seu heroísmo, entrando, definitivamente, para a nossa História.

Em sequência, irrompe em São Paulo, em 1924, agregando vários atores da revolta anterior, o movimento que ficou caracterizado como a “*Coluna Prestes*”. Por aproximadamente 3 anos a Coluna percorreu o Brasil, cobrindo quase todas as suas regiões. Numa marcha de sacrifício que terminou no estado de Mato Grosso, quando os revoltosos sobreviventes se exilaram na Bolívia. Deixando ali alguns companheiros mortos, sepultados no cemitério de “*La Gaiba*”, em território boliviano. (Em saudação aos mortos, tombados na Coluna, o revolucionário Moreira Lima, diante de Luis Carlos Prestes, pronuncia uma espécie de sentença que pretendia profética, definitiva: “*Tiranos! Os vossos dias estão contados na terra brasileira!*” (1)

Finalmente, em 1930 os tenentes assumiram o poder, no movimento que ficou conhecido como a “*Revolução de Trinta*”. Na qual teve início uma tumultuada sequência de intervenções “*salvacionistas*”.

2.A partir daí o ciclo tenentista vai assumindo novas características históricas e políticas. Mas deixando sua marca indelével: a *revolta* como recurso necessário – legitimado pela história – para resolver situações de crise e repor a ordem. Combatendo os “*Carcomidos*” (os corruptos e incompetentes da época). Sempre em busca do progresso, agora com o nome de desenvolvimento.

Resumindo, os períodos especiais inseridos no século vinte, configuram dois ciclos autoritários, regidos pela influência da ideologia tenentista: o início da *Era Vargas* (1930/1945) e a *Revolução/Golpe de 64* (1964/1985). Com o intervalo democrático de dezenove anos (1945/64), quando, mesmo com o registro de algumas turbulências, foram realizadas eleições livres e diretas, vitoriosos nas urnas os governos Eurico Gaspar Dutra,

Getúlio Vargas, JK, Jânio Quadros e João Goulart. Este seguido pelo ciclo autoritário dos generais presidentes: Castelo Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel, João Figueiredo. E, finalmente, o retorno à Democracia e às normas constitucionais, vigentes desde 1985 até os dias atuais. (Eis um breve – e sumaríssimo – resumo da evolução política contemporânea brasileira).

É possível que o heroico ciclo intervencionista dos tenentes tenha chegado ao fim, após quase um século de permanência entranhado na vida política da nação brasileira. Mas caberiam, no entanto, algumas perguntas singelas: o país adentrou em definitivo na vida democrática plena, ou estariam surgindo novos heróis salvadores da pátria? Qual, enfim, o legado do Tenentismo?

Analisando o legado tenentista: neste longo ciclo dos “tenentes”, iniciado na década de 1920, o país e o mundo passaram por inúmeras transformações. E o Brasil chegou ao século 21 com várias das suas estruturas e instituições renovadas. Com inegáveis contribuições dos longos ciclos autoritários e dos relativamente curtos períodos democráticos. Estes, somados, perfazem um total de menos de cinquenta anos de governos democráticos, no período de aproximadamente um século. Livres da tutela salvacionista (e intervencionista e autoritária) dos incansáveis heróis da pátria.

Difícil ou mesmo impossível avaliar aonde poderíamos ter chegado com governos e instituições vivenciando a calma e a plenitude democráticas. Mas seria justo inserir algumas questões (irrespondíveis?) relacionadas a esse peculiar processo histórico: a quebra repetida da ordem democrática era mesmo necessária para garantir um futuro melhor para o país? O nobre sacrifício dos heróis da pátria conseguiu demonstrar, historicamente, que este sacrifício era mesmo essencial ao nosso desenvolvimento e à construção de uma sociedade civilizada?

São questões aparentemente inócuas. Mas ainda que respondidas com natural viés político – ideológico, poderiam servir, pelo menos, para orientar o nosso porvir, com ou sem Democracia.

(Talvez possa ficar, como sugestão, buscar colher respostas futuras através de escrutínios e consultas populares, em plebiscitos e/ou referendos. Para falar em nome do povo, torna-se essencial ouvi-lo).

Mirando, portanto, o futuro imaginamos que para atingir um definitivo e estável processo civilizatório seria indispensável chegar-se a um consenso, precedido de bem articulada e inteligente “*concertacion*”, (*acordo*) onde os fatos pretéritos passariam a constituir verdadeiramente o passado, perene fonte de aprendizado. Dando início à tessitura de um necessário projeto de reconciliação do país, o qual poderia ter sido iniciado há algumas décadas. Seria sonhar muito alto? Nem tanto. Mas onde os estadistas – ou, que seja, políticos e cidadãos com visão histórica e estratégica – dispostos a fazê-lo? Homens e mulheres que saberiam contar o tempo em décadas, não apenas em dias, ou minutos.

E o povo? O povo está aí. Como sempre esteve. Para ser ouvido e consultado, como de obrigação e de direito, em todas as democracias.

1. Millôr Fernandes (1923-2012), um irreverente jornalista e pensador brasileiro, dizia com o seu humor cáustico: “*herói é aquele não conseguiu fugir*”. (2)

Bertolt Brecht (1898- 1956), cultuado dramaturgo alemão, produziu uma das suas frases mais polêmicas e instigantes: “*pobre do país que precisa de heróis*”. (2)

Ao longo do tempo, o Brasil (e a América Latina) tornou-se uma espécie de laboratório de experiências políticas, onde os heróis consagrados e eventuais candidatos ao posto desfilavam seu inconformismo com a situação do país. E arrostando elevados riscos e sacrifícios, empunhavam suas armas e partiam para fazer as revoluções transformadoras, mesmo sem o apoio prévio do povo ou, vá lá, das “*massas oprimidas*”. Derrubando autoridades constituídas e implantando, pela força, um novo projeto de país. No claro e altruísta propósito de criar um novo regime, inventar um novo país.

Curiosamente, este método de mudanças institucionais pelo uso da força e abstraindo o voto, consultas à cidadania e abstraindo as manifestações populares, tornou-se uma espécie de loucura – ou aventura – consentida, e até admirada por muitos. Que sempre imaginaram o Brasil carente de heróis, de luta e de sangue derramado. Pois, na visão deles, não se constrói uma pátria sem tais ingredientes. Vejam-se os exemplos pelo mundo. E entre nós brasileiros, a opinião expressa por um leitor do jornal “O Estado de São Paulo” – citado na epígrafe deste artigo – no ano longínquo de 1924, que falou e disse: “*Não é sem sangue, sem sofrimento e sem sacrifício que se constrói uma grande nação*”.

Seria este, em resumo, o fundamento da ideologia tenentista do século passado. E onde estão os tenentes, heroicos salvadores da pátria brasileira? Gozam do merecido repouso dos guerreiros. E deram lugar aos “*novos tenentes*”. Heróis sem nenhum heroísmo.

Eles agora vestem toga e expressam a sua confusa revolta atropelando a Lei e o Estado de Direito. Tudo em nome da salvação do país. Fazem as suas “*marchas*” pelos novos campos de batalha: os tribunais da alta e média hierarquia jurídica, correndo mínimos (ou nulos) riscos pessoais. Sem necessidade do uso de armas ou montarias. Falam o que bem entendem. (“*Fazem a diferença*”). Condenam sem provas em processos criminais. E as suas armas são agora de outra natureza. Mas igualmente mortais e certeiras. Não fazem jorrar sangue. Mas produzem sofrimentos e sacrifícios incalculáveis. E comprometem gravemente a Democracia. Utilizando, impunemente, às vezes de forma pusilânime, o projétil mortal da Injustiça.

Pobre do país que (ainda) precisa de heróis.

Até quando aceitaremos viver na instabilidade, na insegurança jurídica e na permanente ameaça à Democracia?

Como diz o verso da belíssima canção do Bob Dylan:

“ a resposta está soprando no vento”...

REFERÊNCIAS

1. “As Noites das Grandes Fogueiras” – uma história da Coluna Prestes – Meirelles, Domingos – Ed. Record – 2013.
2. Citações feitas de memória, pelo autor.
3. Bob Dylan – “Blowin’g in the wind” – 1963

Cavaleiro da Esperança na avenida

Segunda-feira, 19 de Novembro de 2001, 15:47 | [Online](#)

Avalie esta **Notícia**

Série reúne intelectuais para discutir o País

[Antonio](#) Candido abre amanhã Intérpretes do Brasil, da TV Cultura e Arte, debatendo as origens e as transformações do mundo caipira

<http://www.estadao.com.br/arquivo/arteelazer/2001/not20011119p8024.htm>

Há algo de admirável na fala de Antonio Candido e Antonio Risério. Não é só a erudição desses estudiosos, a segurança com que eles falam sobre assuntos diversos. É a serenidade com que se expressam. Numa época em que as pessoas tentam impor suas idéias no grito, esses mestres dão uma admirável lição de civilidade na série Intérpretes do [Brasil](#). É uma criação do Ministério da Cultura especialmente formatada para a TV. Vai ao ar a partir de amanhã na TV Cultura e Arte. Os programas de 20 minutos serão exibidos, semanalmente, às terças-feiras, às 22 horas, com reprise nas quartas e quintas, às 18 horas e 12 horas, respectivamente.

A série de 11 programas começa amanhã com a exibição de Os Caipiras. É conduzido pela narrativa de Antonio Candido Mello e Souza, professor de Teoria Literária na Universidade de São Paulo. Logo no começo, quando a imagem de Antonio Candido bate na tela, um leteiro informa data de nascimento e sua qualificação profissional. É só. O programa, não apenas esse, mas a série toda, não aborda a biografia do intelectual, por mais respeitável que ele seja, nem pretende esgotar os assuntos em questão. "O que a série se propõe é a instigar e sugerir", informa Isa Ferraz, idealizadora e diretora da série produzida

Por que os intérpretes do Brasil? Não é uma série sobre cantores, como você pode pensar, mas uma interpretação do Brasil e de sua cultura feita por intelectuais com atuação em diversas áreas de especialidade. Antonio Candido fala amanhã sobre o mundo caipira. Na semana que vem, Judith Cortesão investiga a relação entre Portugal e Brasil, colonizador e colonizado. No dia 4, Antonio Risério fala do sebastianismo medieval que ainda sobrevive entre os sertanejos. O programa se chama, sugestivamente, Viva o Sertão.

Para o secretário José Álvaro Moisés, do Audiovisual, a série de 11 programas quer levar o público "a perguntar-se quem somos nós, os brasileiros, e que País é esse, o Brasil." Moisés não é só secretário do Audiovisual. Também é diretor da TV Cultura e Arte, criada com o objetivo de promover a cultura do País. Atualmente, 68 operadoras ligadas à TVA, à NeoTV e à Net, além de operadoras independentes, distribuem a programação. A TV Cultura e Arte não fica permanentemente no ar. É transmitida de segunda a sexta, das 12 horas às 14 horas, das 18 horas às 20 horas e das 22 horas à meia-noite. Aos sábados e domingos, das 12 horas às 15 horas, das 17 horas às 20 horas e das 21 horas à meia-noite. A programação também está, à noite, na DirecTV, na Sky e na TecSat. E, se você quiser mais informações, pode consultar o endereço eletrônico: tvculturaearte@minc.gov.br.

Zita Carvalhosa esclarece que Intérpretes do Brasil é conseqüência de outra série, O Povo Brasileiro, também idealizada e dirigida por Isa Ferraz. As entrevistas com grandes intelectuais brasileiros, para aquela série, ficaram tão boas (e foram tão pouco usadas) que Isa e ela formataram a nova série para aproveitar as "sobras". Nada melhor que o mergulho no mundo caipira proposto por Antonio Candido para abrir a programação.

Ele começa com uma ressalva: emprega-se, hoje, a definição de "caipira" para qualquer indivíduo sem traquejo social, dotado de cultura tosca ou sem cultura nenhuma. Não é essa conotação do caipirismo que lhe interessa. O caipira em discussão é o habitante do mundo rural, especialmente nas áreas de São Paulo, Minas, Goiás, Mato Grosso e parte do Paraná, com afinidades no Rio e no Espírito Santo. Produto da miscigenação do português

com o índio e com contribuição do elemento africano, o mundo caipira interessa a Antonio Candido por haver sobrevivido às pressões da sociedade de consumo e também por trafegar entre o campo e a cidade.

Antonio Candido analisa o tipo de vida do caipira, a sua cultura, as transformações pelas quais ela passou. As imagens do programa foram feitas em São Paulo e Minas. Ilustram os comentários do especialista. A propósito, cabe uma observação. No recente encontro para discutir o documentário, promovido pelo canal GNT no Rio - o Brasil Documenta -, um dos temas em pauta foi a presença do narrador nos documentários. Cada vez os documentários recorrem menos a essa figura, o narrador, o especialista. Uma exceção foi Casa Grande & Senzala, de Nelson Pereira dos Santos, baseado na obra de Gilberto Freyre. Outra é essa série de documentários. Ainda bem: Antonio Candido é um grande intérprete do Brasil.

Intérpretes do Brasil. Terça, às 22 horas, com reprise nas quartas e quintas, às 12 e às 18 horas. TV Cultura e Arte.



Intérpretes do Brasil (DVD)

Vários ([veja lista completa](#))

Versátil Filmes

[Veja ficha completa](#)

Esgotado

[Avise-me quando estiver disponível](#)

Produto sob encomenda junto aos nossos fornecedores

SINOPSE

DETALHES DO PRODUTO

<http://livraria.folha.com.br/catalogo/1149414/interpretes-do-brasil>

[Veja sua lista de desejos](#)
[Incluir na lista de desejos](#)
[Indique a um amigo](#)

A Versátil, em parceria com a SuperFilmes e a Texto & Imagem, apresenta, neste DVD duplo, Intérpretes do Brasil, de Isa Grinspum Ferraz, uma série de quinze entrevistas com grandes intelectuais brasileiros sobre a cultura, a religião e os diferentes grupos sociais de nosso país. Dos mesmos criadores do premiado O Povo Brasileiro.

DISCO I

Notas sobre o Brasil, por Darcy Ribeiro
Saberes, Manuela Carneiro da Cunha
Pé na Estrada, por Paulo Vanzolini
Portugal-Brasil, por Judith Cortesão
O Sonho Português, por Roberto Pinho
Vontade de Beleza, por Washington Novaes
Mistura e Invenção, Hermano Vianna

DISCO II

Os Vários Brasis, por Aziz Ab'Saber
Os Caipiras, por Antonio Candido
Viva o Sertão, por Antonio Risério
Leituras do Cotidiano, por Roberto Da Matta
O Candomblé do Brasil, por Mãe Stella
Presença Africana, por Carlos Serrano
Mar de Escravos, por Luiz Felipe de Alencastro
Negro de Corpo e Alma, por Emanuel Araújo
Ano de produção: 2001, 2002

ASSUNTOS RELACIONADOS

- [DVDs - Filmes](#)

Clóvis Moura: marxismo e questão racial

Publicado em 9 de Abril de 2016 por [marxismo21](#)

<http://marxismo21.org/clovis-moura-marxismo-e-questao-racial/>



Nesta página, marxismo21 publica um dossiê sobre Clóvis Moura (1925-2003), escritor e ativo intelectual-militante comunista que se destacou pelos estudos sobre a questão racial e a luta e a resistência do negro no Brasil. Neste dossiê, divulgamos vários artigos e livros de Clóvis Moura e trabalhos sobre sua obra, assim como vídeos e áudios que procuram revelar suas contribuições para a história e para o pensamento social brasileiros.

Somos gratos a Érika Mesquita (IFAC) pela elaboração do texto de apresentação e a outros valiosos colaboradores que se envolveram na construção deste extenso dossiê: Augusto Buonicore, José Carlos Ruy, Mário Augusto Medeiros da Silva, Mário Maestri, Renata Gonçalves e Soraya Moura.

Editoria

Clóvis Moura: por uma sociologia da *práxis* negra

Érika Mesquita

Revisitar a obra de Clóvis Moura é repensar a história social do Brasil. É com um sentimento saudoso e de enorme gratidão que inicio uma sucinta apresentação de sua obra, construída ao longo de sua trajetória, quer sobre estudos sobre o negro da qual trata esse dossiê ou como exímio poeta. Clóvis Moura, em nossas conversas, sempre ressaltava a importância de se transformar

o conhecimento livresco em arma para revolução, e essa acepção perpassa sua obra na categoria de análise basilar que é a *práxis negra*.

Como outros intérpretes contemporâneos do Brasil, Clóvis Moura lançou mão da análise marxista, mas ao contrário de outros autores, ele buscou se aprofundar sobre um assunto repleto de subterfúgios, que era a luta dos escravos contra o cativo. Moura estabeleceu, através da análise dos quilombos e das numerosas insurreições escravas, uma nova interpretação da formação da sociedade brasileira.

Observou ele que a sociedade brasileira se formou através de uma contradição fundamental, senhores *versus* escravos, e em sendo as demais contradições decorrentes dessa, pautadas por extrema violência, aspecto central do sistema escravista. Clóvis Moura remete ao pensamento marxista quando relaciona o negro como o sujeito histórico da sua própria transformação e quando observa que as relações de produção têm como base o racismo como elemento estrutural e estruturante no Brasil. Portanto, da mesma forma que Marx entendia a classe operária como sujeito da revolução, e esta descoberta foi feita a partir da experiência com os movimentos sociais mais avançados de sua época, Clóvis coloca no negro o sujeito revolucionário e protagonista de sua auto-emancipação dentro de uma *práxis* histórica negra.

Dessa forma, Clóvis conclui que todos os movimentos que desejam mudança social são movimentos políticos apesar do fato dos seus agentes coletivos não terem total consciência disso. Logo, esse fenômeno se apresenta pelo nível de consciência social de cada um e as propostas subsequentes para a mudança projetada, mas todos se enquadram (com maior ou menor nível de consciência social) na proposta da transformação revolucionária (ou não) da sociedade.

Como já mencionado, a noção de *práxis* é a categoria-chave para pensar uma tradução do marxismo europeu para um, pode-se dizer, marxismo *enegrecido*. É a *práxis* – considerada como ação de rebeldia e resistência ao escravismo – que confere ao negro o papel de sujeito de sua própria história. Para Moura, o exemplo desse fenômeno máximo do negro como sujeito é Palmares que se colocou, simultaneamente, como uma síntese entre república e monarquia: República, pois cada quilombo que integrava Palmares tinha seu representante, e este decidia de forma autônoma, ou seja, conjuntamente com o seu povo, como solucionar problemas incidentes em seu reduto, e monarquia, porque possuíam um rei com toda distinção hierárquica-social, muitas vezes não só social como também religiosa e que em tempos de guerra exercia poderes absolutos. Era dessa forma *um modelo singular de governar o povo*. [ler mais](#)

Fundo DEOPS/SP:

[Ficha Clóvis Moura 1](#)

[Ficha Clóvis Moura 2](#)

Livros:

[A encruzilhada dos orixás: problemas e dilemas do negro brasileiro](#)

[A imprensa negra](#)

[A sociologia posta em questão](#)

[As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira](#)

[Brasil, raízes do protesto negro](#)

[Dialética racial do Brasil negro](#)

[Dicionário da escravidão negra no Brasil](#)

[História do negro brasileiro](#)

[Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha](#)

[O preconceito de cor na literatura de cordel: tentativa de análise sociológica](#)

[Os quilombos e a rebelião negra](#)

[Os quilombos na dinâmica social do Brasil](#)

[Quilombos: resistência ao escravismo](#)

[Rebeliões da senzala](#)

[Sociologia do negro brasileiro](#)

[Sociologia política da guerra camponesa de Canudos](#)

Artigos:

[As atrocidades da burguesia](#)

[Atritos entre a história, o conhecimento e o poder](#)

[Cem anos da abolição do escravismo no Brasil](#)

[Devoremos a esfinge antes que ela nos decifre](#)

[Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo](#)

[Estratégia do imobilismo social contra o negro no mercado de trabalho](#)

[Florestan Fernandes e o negro – uma interpretação política](#)

[Graciliano Ramos e o Partido Comunista](#)

[Lila Ripoll \(co-autoria com José Carlos Ruy\)](#)

[Lima Barreto e a militância literária](#)

[Nascimento, paixão e ressurreição de “Casa Grande & Senzala”](#)

[O racismo como arma ideológica de dominação](#)

[O significado político da guerra de Canudos](#)

[Organizações negras](#)

[Os quilombos e a luta de classes no Brasil](#)

[Particularidades do racismo brasileiro](#)

[População e miscigenação no Brasil](#)

[Reflexão sobre o racismo](#)

[Sacco e Vanzetti – um crime que gerou protestos no Brasil](#)

[Trajatória da abolição em São Paulo: do quilombismo racial à conciliação](#)

Resenhas:

[A escravidão na ótica do escravo](#)

[A generosa luta da guerrilha do Araguaia](#)

[Uma luz no fim do túnel](#)

Prefácio:

[Prefácio do livro A imprensa negra paulista \(1915-1963\), de Miriam Nicolau](#)

[Ferrara](#)

Entrevistas:

[A história do trabalho no Brasil ainda não foi escrita \(com José Carlos Ruy\)](#)

[Memória – entrevista com Clóvis Moura \(1981\) – Revista Movimento \(UNE\)](#)

[Sociólogo critica “cinismo étnico” no país \(com ANotícia\)](#)

Poemas:

[Rio Seco](#)

[O Rio Parnaíba](#)

Trabalhos sobre Clóvis Moura:

Alessandro Moura de Amorim. [MNU representa Zumbi \(1970-2005\): cultura histórica, movimento negro e ensino de história](#)

Ana Boff de Godoy. [Os dilemas da negritude](#)

Augusto Buonicore. [O pensamento radical de Clóvis Moura](#)

Célia Regina Tokarski, Domingos Leite Lima Filho, Ivo Pereira de Queiroz, Mariana Prohmann. [O sujeito negro e a educação tecnológica: potencialidades a partir de aproximações conceituais de Clóvis Moura e Andrew Feenberg](#)

Christian Carlos Rodrigues Ribeiro. [Considerações iniciais sobre a produção histórico-sociológica de Clóvis Moura](#)

Danilo Ramos Silva. [Clóvis Moura e a sua rebelião \(Resenha de Rebeliões da Senzala\)](#)

Dennis de Oliveira. [Uma análise marxista das relações raciais](#)

Diego Ricardo Pacheco. [Clóvis Moura e Florestan Fernandes: O protesto escravo na derrocada do sistema escravista nas obras Rebeliões da senzala e brancos e negros em São Paulo](#)

Diorge Alceno Konrad. [Clóvis Moura: 5 anos sem o “pensador quilombola”](#)

Diorge Alceno Konrad. [Na senzala a resistência, no quilombo a liberdade: a obra de Clóvis Moura](#)

Encarte especial da Revista Princípios ([textos de Augusto Buonicore, Clóvis Moura, Martiniano J. Silva, José Carlos Ruy, Soraya Moura e Edson França](#))

Érika Mesquita. [Clóvis Moura \(1925-2003\)](#)

Érika Mesquita. [Clóvis Moura e a sociologia da práxis](#)

Érika Mesquita. [Clóvis Moura: uma visão crítica da história social brasileira](#)

Fábio Nogueira de Oliveira. [Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra](#)

Fábio Nogueira de Oliveira. [Modernidade, política e práxis negra no pensamento de Clóvis Moura](#)

GT Clóvis Moura. [Quem foi Clóvis Moura?](#)

Gustavo Orsolon de Souza. [Clóvis Moura e o livro Rebeliões da Senzala: um breve panorama sobre o debate da resistência escrava](#)

Gustavo Orsolon de Souza. [“Rebeliões da senzala”: diálogos, memória e legado de um intelectual brasileiro.](#)

João Baptista Jorge Pereira. [O último legado de Clóvis Moura](#)

José Carlos Ruy. [Clóvis Moura investigava o passado histórico para melhor compreender as lutas do presente](#)

José Carlos Ruy. [Um intelectual marxista engajado e generoso](#)

José Carlos Ruy. [Um clássico sobre a luta de classes no Brasil](#)

José Maria Vieira de Andrade. [Cidadania e questões raciais na produção intelectual de Clóvis Moura, na segunda metade do século XX](#)

José Maria Vieira de Andrade. [Clovis Moura, engajamento, escrita e crítica literária](#)

Karin Sant’Anna Kössling. [As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP \(1964-1983\)](#)

Márcio Farias. [Pensamento social e relações raciais no Brasil: convergências e divergências nas obras de Clóvis Moura e Octavio Ianni](#)

Márcio Farias. [Classe e raça no pensamento de Clóvis Moura](#)

Mário Maestri. [Brasil: A visão germinal de Clóvis Moura](#)

Mário Maestri. [Dez anos sem Clóvis Moura](#)

Mário Maestri. [Silêncio, Marginalização, Superação e Restauração. O Cativo Negro na Historiografia Brasileira](#)

Talita dos Santos Molina. [Clóvis Moura. Vida intelectual e arquivo pessoal \(1925-2003\)](#)

Walber Monteiro. [Clóvis Moura e sua visão sobre o negro na dinâmica da luta de classes no Brasil](#)

Weber Lopes Góes e Renato Pereira Correia. [Clóvis Moura: delineamentos gerais para a superação do racismo à brasileira](#)

Vídeos:

[Dialética radical do negro brasileiro](#) – debate

[O pensamento radical de Clóvis Moura](#) – debate

[Vida e obra de Clóvis Moura \(parte 1\)](#)

[Vida e obra de Clóvis Moura \(parte 2\)](#)

Áudio:

[Clóvis Moura: um pensador das raízes da opressão no Brasil \(por Soraya Moura\)](#)

O Satânico Dr. Go:

Golbery e um Projeto de Desenvolvimento e Dependência para o Brasil

<http://www.espacoacademico.com.br/070/70assuncao.htm>

por VÂNIA NOELI FERREIRA DE ASSUNÇÃO

Resumo: Este artigo aborda aspectos da biografia e do pensamento do general Golbery do Couto e Silva (1927-1911), personagem-chave em eventos da história do País desde os anos 1950. Mostramos como sua atuação prática é coerente com seu pensamento, exposto principalmente em Planejamento estratégico, de 1955, e Geopolítica do Brasil, de 1981. Suas idéias baseiam-se, de um lado, numa concepção instrumental da liberdade (a manutenção de um nível mínimo de liberdade é importante para a ordem) e de negociações com a oposição; e, de outro, numa articulação subordinada com os Estados Unidos para levar o Brasil à condição de grande potência. Segurança e desenvolvimento, ou ordem e progresso, não por coincidência também eram o lema da ditadura militar. Entender o pensamento de Golbery é fundamental para compreender as características e conseqüências desta.

Golbery do Couto e Silva Interlocutor respeitado por líderes como D. Paulo Arns, Júlio de Mesquita Neto e Ulysses Guimarães. Odiado pela linha-dura e radicalmente anticomunista e antidemocrático. Nacionalista e defensor da industrialização subordinada ao estrangeiro. Pensador autodidata, eclético, de estilo rocambolésco e árido, que não dispensava consultas a pais-de-santo. Em uma palavra: controvertido. Este é o perfil de Golbery do Couto e Silva, homem do poder, mas que preferia os subterrâneos aos holofotes.

Nascido em agosto de 1911, sua participação ativa na história se iniciou em 1952, quando ingressou na ESG, dando início a uma relação estreita e profícua. Em 1954 redigiu o Memorial dos Coronéis, estímulo à demissão do ministro do Trabalho, Jango, e o Manifesto dos Generais, contra o próprio presidente Vargas. Em 1955, foi um dos articuladores da “novembrada”, movimento que visava a impedir a posse do presidente eleito JK e seu vice, Jango, o que o levou à prisão.

Nomeado para o Conselho de Segurança Nacional do governo Jânio Quadros, foi surpreendido pela renúncia do presidente e movimentou-se amplamente pelo impedimento da posse do vice Jango. Foi dele a idéia de oferecer a Goulart a Presidência sob regime parlamentarista, solução de compromisso finalmente aceita. Já na reserva, passou a liderar o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), e ligou-se ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e ao Movimento Anticomunista na intensa conspiração contra o governo.

Com o sucesso do golpe de 1964, foi nomeado por Castelo Branco chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), com status de ministro. Juntamente com Geisel, tinha grande influência sobre o presidente, mas caiu no ostracismo durante o predomínio da linha-dura, que chegou ao poder com Costa e Silva, e foi trabalhar na filial brasileira da multinacional Dow Chemical em 1969.

Retornou ao poder em 1974, na Chefia do Gabinete Civil de Geisel. Na condução da transição transada, cujo ritmo queria aumentar, realizou muitos contatos com membros da Igreja Católica e outras lideranças. Para ele, a “distensão política” deveria ter ocorrido ainda no momento de auge do

autoproclamado “milagre brasileiro”, diminuindo as resistências da direita e agradando controladamente à esquerda.

Mesmo com as promessas de distensão, o governo Geisel foi palco de graves violações aos direitos humanos, censura e arbitrariedades. Era, em parte, obra da linha-dura, que resistia a qualquer proposta de abertura e criava artificialmente um clima de conspirações comunistas. Mas o grupo no poder não tinha muita convicção na democracia: em 1977, diante da rejeição do anteprojeto do governo, de reforma do Poder Judiciário, o Congresso foi fechado por 14 dias e baixado o célebre Pacote de Abril, mudando no meio do jogo as regras eleitorais e buscando garantir o controle do processo de auto-reforma.

Golbery aconselhava a “distribuir pauladas à esquerda e à direita”, mas também a demonstrar boa vontade para com ambos, como em 1978, quando ocorreu a revogação do AI-5, o restabelecimento do habeas-corpus para crimes políticos, a anistia aos cassados 10 anos antes. Acreditava que inimigos deveriam ser enfraquecidos e monitorados, nunca aniquilados, para não fortalecer demais um outro lado nem criar mártires. Guiou-se por essa visão ao conduzir a distensão.

Em 1979, foi reconfirmado no Gabinete Civil pelo novo presidente, João Figueiredo. Sua permanência seria curta: em 1981, divergindo da atuação em relação ao recrudescimento do terrorismo de direita, saiu do governo e ingressou na diretoria do Banco Cidade. Até sua morte, em 1987, aos 76 anos, manteve-se afastado da vida pública. Se bem que “pública” não é o melhor termo para definir sua atuação prática e sua ideologia. Estava a serviço da burguesia brasileira, devotado à busca de uma ideologia voltada a responder conservadoramente aos problemas da realidade nacional.

A quase integralidade da sua teoria baseava-se na questão primária do medo advindo da insegurança da vida humana. Preso a uma angústia existencial, não surpreende que o homem que retrava buscasse a todo custo a segurança que o mundo não lhe oferecia. Assim, explicação hobbesiana, acabou por engendrar uma entidade à qual, em troca de proteção, alienou parte de sua autonomia e de sua liberdade individuais, o Estado.

Para Golbery, nas esferas interna e externa, os intérpretes e paladinos dos interesses nacionais eram os Estados. Este seria um árbitro imparcial, capacitado a decidir com sabedoria salomônica as perigosas divergências que ocorressem no interior do grupo. Também no nível internacional, acreditava, cada um dos Estados criados pelo “raciocínio lógico e escoreito” dos homens busca atingir determinadas aspirações, por vezes contrapostas ou idênticas às de outros povos, o que os leva à luta para fazer valer seus próprios interesses.

Naquela conjuntura de guerra total – a sufocante guerra fria volta e meia se materializava –, os perigos haviam crescido exponencialmente. Falhara a busca de segurança pela criação do Estado e o responsável por isso era o liberalismo, ultrapassado e nocivo, que pregava o Estado abúlico e indefeso. Por isso, para Golbery, tendia a se repetir o escambo liberdade/segurança, agora em condições muito mais perigosas, em face do “antagonismo vital” entre comunismo e capitalismo. Nascia o superleviatã, o organismo político multinacional exigido pelo panorama de guerra total.

Note-se que Golbery buscava transferir a guerra hobbesiana de todos contra todos do âmbito individual para o do Estado – criado justamente para trazer a harmonia. Ao mesmo tempo, apontar essa origem queria transmitir a idéia de que o Estado eliminara os conflitos e diferenças sociais mais graves e representava os interesses de toda uma sociedade – em vez de classes antagônicas, o povo ou, como ele preferia, a nação. O general estava ideologicamente impedido de trabalhar com a idéia de nação dividida, elidindo as divisões sociais em função de uma visão homogeneizante. Por isso o Estado aparecia em seus escritos como um ente abstrato, a-histórico, a quem toda a sociedade serviria.

O nacionalismo também era conceito-base no seu pensamento. Muitas vezes confundida com o Estado, a nação só podia existir em segurança, integrada e em função de aspirações comuns. A segurança nacional estaria garantida quando se berrassem os antagonismos a estes objetivos nacionais. Fortemente influenciado pelo organicismo, Golbery percebia a sociedade como um organismo regido por leis análogas às da natureza, do que decorria que tudo que a fortalecesse era visto como positivo e natural, enquanto perturbações à ordem seriam patológicas. Aperfeiçoar, não transformar, tinha como corolário a radical desconsideração de qualquer forma alternativa de organização social e a abertura para tachar de inimigos internos todos os que abraçassem causas diferenciadas.

Odiava o comunismo materialista, oriental e internacionalista, que se valia traiçoeiramente do nacionalismo das massas para promover os interesses soviéticos. Ao nacionalismo da esquerda ele contrapunha o nacionalismo verdadeiro, maduro, realista e crítico, distanciado da “corruptora histeria demagógica” e cujo campo promissor era a América Latina.

Por outro lado, mesmo repudiando o liberalismo Golbery não defendia o “totalitarismo” de tipo soviético, que teria avançado para além do recomendável na condução da vida de cada indivíduo. A oposição entre liberalismo e “totalitarismo” (ou seja, o comunismo) não se dava, pois, em termos de amplitude da ação estatal, mas de método de controle social.

Para ele, rejeitar o liberalismo não significava abdicar também da essencial liberdade humana, valor inestimável para o Ocidente. No fundamental, contudo, a liberdade não podia ser anulada porque é essencial para a manutenção da ordem e do progresso. Segundo a lei dos rendimentos decrescentes, segurança, liberdade e desenvolvimento mantêm entre si relações estreitas e interdependentes. Os três têm de ser minimamente garantidos, do que depende o equilíbrio do todo e o desenvolvimento de cada um. Por isso o sistema totalitário soviético estaria fadado ao fracasso: o sacrifício da liberdade em nome da segurança, abaixo de certo nível mínimo, tornava-se contraproducente.

Ainda nos anos 50, pondo-se entre o liberalismo inativo e o totalitarismo opressor, propunha como “terceira via” a democracia participativa e o planejamento democrático, instrumentos para transformar o potencial nacional em poder efetivo. Comparava um possível processo de industrialização autônomo à história do Barão de Münchhausen, que teria alçado da areia movediça a si mesmo e ao cavalo que montava puxando-se por um fio de cabelo. A saída: industrialização pelo empuxo externo.

Reputava inevitável o recurso à poupança externa para levar adiante o processo de desenvolvimento nacional num prazo razoável e com maior probabilidade de sucesso. Sua ilusão necessária era empregar capitais externos para tornar o Brasil uma grande potência.

Entendia que o nacionalismo sadio existente em toda a América Latina abolira antigos receios quanto aos Estados Unidos, gerando ressentimentos contrários: o reclamo por ajuda. Entristecia-o pelo fato de os EUA não lerem nas imutáveis massas continentais o destino grandioso do Brasil, que deveriam ajudar a construir. Afinal, o País tinha toda uma série de trunfos, dos quais ressaltava o promontório nordestino, de valor estratégico inestimável para a defesa continental. Além do mais, a soberania brasileira seria ameaçada por ambições colonizadoras, mas pela sua importância geopolítica para o mundo comunista, que pretendia daqui armar um ataque fulminante contra os EUA, o que mais nos aproximava deles.

O general reiterava a disposição do País de utilizar essa vantagem em prol dos interesses americanos e da defesa do ocidente contra o imperialismo comunista. Desta forma, a soberania nacional poderia ser objeto de escambo, desde que fosse uma barganha leal: por exemplo, em troca de um subimperialismo regional.

Convocava as nações centrais do mundo capitalista: subtrair os países subdesenvolvidos do âmbito de influência do comunismo insidioso seria oferecer-lhes uma alternativa à estagnação, de um lado, e ao totalitarismo, de outro. Era preciso, dizia, mostrar a vitalidade e a criatividade da democracia na resolução do drama da miséria.

Uma experiência deste tipo só poderia alcançar a devida repercussão se realizada na América Latina – e como a profundidade da intervenção deveria ser proporcional às responsabilidades e compromissos assumidos, no Brasil, representante desta América Latina e dos subdesenvolvidos. Forte, poderoso, estratégico, o País teria importância ímpar para as “imperiosas necessidades de defesa do Ocidente” e poderia se tornar locus de uma sorte de Plano Marshall latino-americano, em cujo espelho as nações subdesenvolvidas de todo o mundo pudessem se mirar e que redundasse em um aumento do desenvolvimento continental.

Não deixa de ser ingênua a pregação pelo controle político do capital e a crença no desenvolvimento subordinado como o caminho para o Brasil-potência. Mas estas foram, grosso modo, as bases sobre as quais se assentou a política econômica da ditadura, não obstante as diferenças específicas com o pensamento de Golbery. As conseqüências desta opção marcaram definitivamente a história brasileira.

Referências bibliográficas:

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. O satânico Dr. Go: a ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva. (1999) Dissertação (mestrado) apresentada à PUC-SP. Disponível em: < http://www.verinotio.org/dissertacoes_cienciassociais.htm >.

COUTO E SILVA, Golbery. Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.

GASPARI, Elio. A ditadura derrotada. O Sacerdote e o Feiticeiro. São Paulo, Cia das Letras, 2003.

MELLO, Leonel I. A. "Golbery revisitado: da democracia tutelada à abertura controlada". In: MOISÉS; ALBUQUERQUE. Dilemas da consolidação da democracia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

SCHILLING, Paulo. O expansionismo brasileiro: a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamaraty. São Paulo, Global, 1981.

<http://www.espacoacademico.com.br> - Copyright ©

2001-2007 - Todos os direitos reservados

O Declínio do Brasil-Nação

por Octavio Ianni 

Esta é a ironia da história: o Brasil nasce no século XVI como província do colonialismo e ingressa no século XXI como província do globalismo. Depois de uma longa e errática história, através do mercantilismo, colonialismo e imperialismo, ingressa no globalismo como modesto subsistema da economia global. Apesar dos surtos de nacionalismo e das realizações propriamente nacionais, como ocorre principalmente na época do populismo, isto é, do projeto e realizações do capitalismo nacional, ingressa no século XXI como simples província do capitalismo global; revelando-se um caso de dependência perfeita.



Mas vamos por partes. O assunto tem grande importância prática e teórica. Vale a pena refletir criticamente sobre o que está ocorrendo no Brasil, quando se verifica um novo surto de globalização do capitalismo.

O que caracteriza a encruzilhada em que se encontra o Brasil na transição do século XX ao XXI é o *abandono e o desmonte do projeto nacional*, com as suas implicações político-econômicas e sócio-culturais, e a *implantação de um projeto de capitalismo transnacional*, com as suas implicações político-econômicas e sócio-culturais. Está em curso a *transição de uma nação em província*, com a transformação do aparelho estatal em aparelho administrativo de uma província do capitalismo global. Mais uma vez, verifica-se que o Estado pode transformar-se em aparelho administrativo das classes

dominantes; neste caso classes dominantes em escala mundial, para as quais os governantes nacionais se revelam simples funcionários.

A encruzilhada aparece como conjuntura crítica, coleção de impasses, eleição de perspectivas. Também aparece como uma conjuntura de inquietações e interrogações, antes do que perspectivas e convicções, no que se refere às condições e aos horizontes dos diferentes setores sociais. Aí, indivíduos e coletividades, classes e grupos sociais, partidos políticos e movimentos sociais, sindicatos e correntes de opinião pública, situam-se, movem-se, desesperam-se ou formulam perspectivas. É como se houvesse uma estranha coincidência: a encruzilhada em que se encontra o Brasil parece ser a mesma em que se encontram outros países, todos inseridos na crise que assinala a transição do século XX ao século XXI. Na verdade, essa é uma ruptura histórica de amplas proporções, práticas e teóricas, na qual se encontram os povos e as nações, em escala mundial; todos metidos em um novo surto de globalização do capitalismo.

É possível demonstrar que o *modelo de capitalismo transnacional* instalou-se por etapas. Nos anos 1964-85 a ditadura militar, consciente ou inconscientemente, destruiu lideranças e organizações políticas comprometidas com o modelo de capitalismo nacional. Nos anos 1985-94 os diversos governos adotaram medidas econômico-financeiras de cunho neoliberal. E desde 1994 o governo empenha-se totalmente na concretização das instituições e diretrizes econômico-financeiras destinadas a completar a instalação do projeto de capitalismo transnacionalizado, segundo as diretrizes teóricas, práticas e ideológicas do neoliberalismo.

Esta é a questão central, se queremos esclarecer quais são os nexos que constituem a encruzilhada na qual o Brasil se encontra na transição do século XX ao XXI: desmonta-se o projeto de capitalismo nacional e instala-se o projeto de capitalismo transnacional. Esse o significado principal da “Reforma do Estado”, compreendendo a criação do “Estado mínimo”, isto é, desregulação, privatização, abertura de mercados, favorecimento de fusões e aquisições de empresas nacionais por transnacionais. Muito simbolicamente o BNDES, que se havia criado de forma a servir à política de industrialização substitutiva de importações, nos moldes do projeto de

capitalismo nacional, é reorientado de forma a favorecer a transnacionalização, ou seja, ao desmonte do projeto de capitalismo nacional. Simultaneamente, intensifica-se a privatização dos sistemas de ensino e de saúde, ao mesmo tempo em que se redefinem as relações de trabalho e as condições de funcionamento da previdência, de maneira a favorecer a transformação dessas esferas da “questão social” em espaços de aplicação lucrativa do capital privado, no qual predominam as empresas, corporações e conglomerados transnacionais.

Vale a pena examinar alguns aspectos práticos e teóricos do modelo de capitalismo transnacionalizado, também denominado eufemisticamente de “mercado emergente” ou de “industrialização orientada para a exportação”. Esse modelo tem sido apresentado em termos de “Reforma do Estado”, destinada a reinserir ou inserir mais amplamente o Brasil na economia globalizada.

A reforma do Estado, nos termos em que está sendo realizada, seguindo fielmente as diretrizes do Consenso de Washington, isto é, do neo-liberalismo, implica uma redefinição drástica das relações entre o Estado e a Sociedade, e não apenas com a Economia; mesmo porque ambas se constituem simultânea e reciprocamente com os seus ingredientes políticos e culturais. Este é o processo que se acha em curso: o Estado está sendo dissociado da Sociedade; suas relações estão sendo redefinidas; altera-se e rompe-se o metabolismo que se havia desenvolvido entre a Sociedade e o Estado na vigência do projeto de capitalismo nacional.

Desde que se intensificam e generalizam as implicações institucionais, econômicas, sociais, políticas e culturais da Reforma do Estado, ou seja, do desmonte do projeto de capitalismo nacional, com a crescente abertura da economia à transnacionalização, logo se acentuam processos tais como os seguintes.

Primeiro, dissociação crescente entre as linhas principais de atuação do Estado e as tendências predominantes na Sociedade, reconhecendo-se que esta pode ser vista como um complexo de classes e grupos sociais dominantes e subalternos; lembrando-se que os subalternos são a grande maioria do povo.

Cria-se, desenvolve-se e aprofunda-se uma singular dissociação entre o Estado e a Sociedade. Em outras palavras, as diretrizes econômico-financeiras, políticas e culturais prevalecentes no âmbito do Estado são cada vez mais evidentemente alheias às necessidades econômico-financeiras, políticas e culturais da maior parte da Sociedade civil. O povo, enquanto um conjunto de classes e grupos sociais subalternos, é esquecido pelos dirigentes, já que estes estão empenhados em “modernizar”, “racionalizar” ou “dinamizar” as instituições nacionais de forma a intensificar a “inserção” da “emergente” economia na dinâmica do capitalismo mundial. Os governantes, em conformidade com as diretrizes e injunções das estruturas mundiais de poder, isto é, corporações transnacionais, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD) e Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outras, empenham-se em “reformular” o Estado e o conjunto das instituições nacionais, com o objetivo de acentuar a acomodação do “mercado emergente” com o mercado mundial.

Uma das conseqüências mais imediatas, evidentes e generalizadas do desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo global é o *crescente enfraquecimento ou mesmo evidente dissolução do tecido social*. Formas de sociabilidade que pareciam estabelecidas, entram em crise, perdem vigência, tornam-se anacrônicas ou mesmo dissolvem-se. Em lugar do partido político, do sindicato, do movimento social e da corrente de opinião pública, coloca-se a mídia como um insólito, mas presente, eficaz e ubíquo “príncipe eletrônico”. Muito do que os indivíduos e as coletividades pensam, sentem, imaginam ou fazem relaciona-se direta e indiretamente com a poderosa e ubíqua indústria cultural desenvolvida em âmbito local, nacional, regional e mundial, indústria essa organizada em poderosas empresas, corporações e conglomerados eletrônicos. Em lugar do espaço público, enquanto lugar privilegiado da política, colocam-se os programas de auditório, os eventos da cultura mundial de massa, as competições, os *shows*, tudo isso crescentemente transnacional.

Em muitos casos, os *shopping centers* expressam, simbolizam e revelam-se sucedâneos de espaços públicos. Nesses casos, os indivíduos e as coletividades são induzidos a comportar-se de tal

modo que o *consumismo aparece como uma figuração de cidadania*. São muitas as evidências de que as formas de sociabilidade que se conheciam estão sendo drástica e generalizadamente modificadas. Está em curso a expansão das formas de sociabilidade determinadas pelo mercado, o consumismo, a organização sistêmica das estruturas mundiais de poder, a dinâmica empresarial, a lógica do capital, a razão instrumental.

Segundo, a Sociedade civil transforma-se em uma nebulosa em busca de redefinição, já que os partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, correntes de opinião pública, mídia e igrejas que articulam a Sociedade civil são desafiados a dialogar com um governo e aparelho estatal comprometidos apenas ou principalmente com matéria econômico-financeira; sem esquecer o monopólio da violência, por suas organizações policiais, militares e de informação, em geral alheias e adversas aos sentimentos e aos interesses das classes e grupos sociais subalternos. Isto significa que a Sociedade civil está desafiada a rearticular-se sob outras e novas formas, criando o recriando instituições, organizações e reivindicações em condições de expressar diferentes possibilidades de entendimento e emancipação.

É óbvio que amplos setores da Sociedade civil, precisamente os subalternos, ou seja, os que não têm acesso às estruturas “nacionais” e transnacionais de poder, esses setores são levados a um verdadeiro choque: desnorteiam-se e desagregam-se. É como se a Sociedade civil em pouco tempo se tornasse acéfala. Em lugar do metabolismo mais ou menos efetivo que se desenvolvia com o projeto nacional, agora instala-se a dissociação, ou desencontro, devido às diretrizes assumidas pelos governantes, diretrizes essas alheias ou mesmo em contraposição às inquietações e reivindicações da Sociedade civil.

Esse é o clima em que se cria uma situação particularmente problemática para os setores sociais subalternos: precisam reestruturar-se em novos moldes, desenvolver uma nova consciência das suas condições e perspectivas, recriar meios e modos de atuar politicamente; sem saber se ainda lhes restam possibilidades de construir hegemonias alternativas. Desde que o Estado se torna principalmente um aparelho administrativo das classes e grupos, ou blocos de poder, dominantes em escala mundial; desde que as

instituições nacionais são reformadas em conformidade com as estruturas mundiais de poder; desde que classes e grupos sociais dominantes já não revelam quaisquer compromissos com a nação, a Sociedade civil, o povo; desde tudo isso, quais poderiam ser as condições de construção de hegemonias alternativas?

Terceiro, dadas as prioridades estabelecidas com as diretrizes neoliberais, ditadas principalmente por FMI, BIRD, OMC e as corporações transnacionais, o Estado transforma-se em um aparelho administrativo alheio à Sociedade, alheio às tendências predominantes no âmbito das classes e grupos sociais que compõem a maioria do povo. Essa é a realidade: o Estado transforma-se em mero aparelho administrativo dos blocos de poder transnacionais. Esse o contexto em que as “elites” governantes aparecem como estranhas e simplesmente administrativas, impondo-se à grande maioria do povo; uma coleção de conquistadores e colonizadores, em geral servidos por intelectuais, cientistas sociais e outros profissionais com todas as características de “brazilianistas nativos”.

Quarto, esta é uma consequência mais ou menos evidente: *a economia brasileira transforma-se em mera província do capitalismo mundial*. Todas as principais decisões que se adotam em âmbito governamental, com sérias implicações em âmbito da vida cotidiana de indivíduos e coletividades, são ditadas principalmente pelas exigências da transnacionalização. Subsistem a sociedade nacional e o Estado, a cultura e a língua, a história e as tradições, os santos e os heróis, os monumentos e as ruínas, mas modificados, deslocados, muitas vezes folclorizados ou emblemas de nostalgias. A parte principal do solo do Estado-nação transnacionaliza-se, torna-se pasto das corporações transnacionais.

Quinto, ainda, este é um fato novo e fundamental, com diversas e profundas implicações nas relações Estado e Sociedade civil: o novo ciclo de globalização do capitalismo solapa as bases econômicas e políticas da soberania e atinge inclusive as suas bases sociais e culturais. A soberania, como instituto jurídico-político nuclear do Estado-nação perde vigência, ou transforma-se em uma ficção da retórica política e dos ordenamentos jurídicos, mas sem condições de vigência efetiva na definição de algum projeto nacional, na formulação

de diretrizes político-econômicas e sócio-culturais relativas ao nacional; no estabelecimento das condições e possibilidades de tradução das inquietações e reivindicações de setores sociais subalternos em compromissos e diretrizes de governo, das políticas que se adotam no âmbito do poder estatal. É tal a envergadura da transformação qualitativa do Estado-nação, devido às injunções do globalismo, que os governantes já não conseguem mais se apresentar como estadistas; parecem muito mais funcionários dóceis traduzindo para a língua “nativa” o que se dita no idioma das corporações transnacionais e das organizações multilaterais; sendo que alguns parecem figurações de um teatro mundial de títeres.

Diante dessa nova e profunda crise de hegemonia, com suas implicações em diferentes setores da sociedade nacional e comprometendo pela base o Estado-nação, criam-se vários problemas fundamentais, por suas implicações práticas e teóricas.

A sociedade nacional se vê impossibilitada de por em prática qualquer projeto nacional que dependa da vigência efetiva do princípio jurídico-político da soberania nacional. Ao adotar o projeto de capitalismo transnacional, desenvolve-se não só a transnacionalização mas também a alienação de centros decisórios. A despeito da vigência dos aparelhos estatais, dos partidos políticos e sindicatos, bem como da preservação de signos, símbolos e emblemas nacionais, o Estado-nação se torna uma entidade de outro tipo, sem algumas das suas bases econômicas e jurídico-políticas, o que contamina toda a sociedade, ainda que em diferentes gradações; torna-se um aparelho administrativo obrigado a acomodar as condições e exigências da transnacionalização crescente da economia, compreendendo a ampla “liberação” das forças produtivas, esquecendo as exigências de setores sociais subalternos.

Esta é uma lição importante, quando se trata de entender como se realiza a transição do projeto de capitalismo nacional para o projeto de província do capitalismo global: As “elites” dominantes, compreendendo empresariais, militares, intelectuais e do alto clero revelam-se com escasso ou nulo compromisso com a nação, o povo, a sociedade. Organizam-se e movem-se como “elites” enraizadas no poder político-econômico conferido pelos monopólios, trustes, cartéis,

corporações e conglomerados transnacionais; algo que vem do imperialismo e impregna amplamente o globalismo. Em sua maioria, os membros dessas “elites”, isto é, classes e grupos sociais dominantes, ou blocos de poder, organizam-se e comportam-se como conquistadores, colonizadores, desfrutadores. Estão inclinados a associar-se com os monopólios, trustes, cartéis, corporações, conglomerados; e inclinados a considerar o país, a sociedade nacional e o povo como território de negócios, pastagem de lucro, ganhos.

Tanto é assim, que definem as fusões e as aquisições de empresas nacionais promovidas pelas transnacionais como “modernização”, “inserção no mercado mundial”, “entrada no primeiro mundo”. Esquecem o agravamento das desigualdades sociais, o desemprego estrutural, a pauperização, a lumpenização. *Esquecem a evidente e acentuada dissolução do tecido social*, a perda de perspectivas por parte de grandes setores do povo. *Parecem utilizar a generalização da violência e do medo como técnicas de criminalização da Sociedade civil*, o que ajuda a manter e fortalecer os aparelhos de repressão e de intimidação generalizada de amplos setores sociais; precisamente dos setores empenhados em construir formas alternativas de hegemonia.

Daí o *difícil e problemático retorno da questão nacional*, o desafio de recriar a Sociedade civil e o Estado, ou levar a Sociedade civil a “educar duramente o Estado”. Trata-se de reavaliar ampla e radicalmente as condições sob as quais se realiza a transição do modelo de capitalismo nacional para o de capitalismo transnacionalizado, reconhecendo-se que o “ciclo” de globalização do capitalismo em curso nesta época cria outras, novas e difíceis condições para a organização e dinâmica do Estado-nação, compreendendo o contraponto nacionalismo e regionalismo, no âmbito do globalismo; compreendendo alianças e ações de setores, grupos e classes subalternos em âmbito transnacional.

Em se tratando de encruzilhada, tendo-se em conta o nacional e o mundial, ou nacionalismo e globalismo, cabe reconhecer que os dilemas com os quais se defronta a sociedade brasileira são semelhantes aos que enfrentam, já enfrentaram ou irão enfrentar outros países. Sob vários aspectos, pode-se afirmar que o que está

ocorrendo no Brasil é não só semelhante ao que ocorre em outros, mas exemplar; uma espécie de experimento dos dilemas que se criam com o novo ciclo de globalização do capitalismo em curso na transição do século XX ao XXI; um experimento exemplar de dependência perfeita.

Acontece que os processos e as estruturas político-econômicos mundiais, compreendendo as corporações transnacionais e o FMI, o BIRD e a OMC, entre outras organizações e estruturas de poder, com frequência atropelam a capacidade decisória de governos e setores sociais nacionais; atropelam soberanias nacionais; criam sérios obstáculos à construção de hegemonias alternativas; satanizam movimentos sociais e correntes de opinião pública com os quais se propõem alternativas destinadas a reduzir e eliminar os efeitos perversos da globalização do capitalismo.

Diante dessa situação, realmente nova e difícil, cabe aos amplos setores sociais nacionais mais prejudicados pela *globalização pelo alto* reconhecer que precisam mobilizar-se também em escala global, desde baixo, compreendendo as classes e os grupos sociais, ou seja, os setores sociais subalternos. Além das reivindicações locais, nacionais e regionais, cabe reconhecer que há reivindicações que são comuns a amplos setores sociais das diferentes sociedades nacionais, da *Sociedade civil mundial* em formação. Nesse novo mapa da história, nesse novo palco de lutas sociais denominado “mundialização”, “transnacionalização”, “globalização”, ou mesmo “planetarização”, abrem-se espaços para um novo e difícil “internacionalismo” ou, mais propriamente, uma globalização desde baixo, na qual estão engajados indivíduos e coletividades, classes sociais e grupos sociais, partidos políticos e sindicatos, movimentos sociais e correntes de opinião pública, expressando outras e novas formas de hegemonia.

Este é o dilema: trata-se de globalizar as organizações, reivindicações e formas de lutas dos setores sociais subalternos. Diante da crescente globalização das organizações e decisões dos setores sociais dominantes, dos blocos de poder político-econômico predominantes em escala mundial, não resta aos setores subalternos senão se organizarem, desenvolvendo novas formas de inteligência do que são

as relações, os processos e as estruturas que se criam com a globalização; podendo assim formular outras e novas formas de reivindicação e luta em escala mundial. Todas as reivindicações locais, nacionais e regionais, que continuam fundamentais para indivíduos e coletividades, têm sempre alguma ou muita implicação global. As fábricas, os escritórios, os meios de comunicação, os centros decisórios, tudo o que diz respeito ao globalismo está disperso em diferentes países, continentes, ilhas e arquipélagos dispersos no novo mapa do mundo; disperso, mas altamente organizado, em geral altamente organizado e centralizado em cidades globais. Sendo assim, o adequado conhecimento dos processos e das estruturas que constituem e movem o capitalismo global pode ser um primeiro momento da consciência crítica sobre o que e como fazer para bloquear e eventualmente desmontar o tipo de globalização que sataniza a maior parte da humanidade.

[*] Sociólogo e professor emérito da Universidade de São Paulo, professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Autor, entre outras obras, de *A idéia de Brasil moderno* (Brasiliense), *O labirinto latinoamericano* (Vozes), *Teorias da globalização* (Civilização Brasileira) e *Enigmas da modernidade-mundo* (Civilização Brasileira). Texto publicado na revista *Estudos Avançados*, 14(40):51-58, set/dez. 2000.

Este artigo encontra-se em <http://resistir.info>

Em "[Imagens do Estado Novo: 1937-1945](#)", o mais recente documentário de [Eduardo Scorel](#), vemos quase quatro horas de imagens impressionantes, e na maior parte oficiais, criadas como propaganda do regime totalitário de Getúlio Vargas.

Resumo PÁGINAS DE HISTÓRIA DO BRASIL: UM ESTUDO DOS LIVROS ESCOLARES DE MANOEL BOMFIM E OLAVO BILAC E AFRÂNIO PEIXOTO

Gisele dos Santos Oliveira Universidade do Estado do Rio de Janeiro
giselefloquinho@yahoo.com.br

<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/PAGINAS%20DE%20HISTORIA%20DO%20BRASIL-UM%20ESTUDO%20DOS%20LIVROS.pdf>

Este trabalho analisa dois livros de História do Brasil destinado às escolas, sendo um de Manoel Bomfim e Olavo Bilac (Através do Brasil, 1910) e, outro, de Afrânio Peixoto (Minha Terra e minha Gente, 1916). Consideramos esses livros como arquivos, nos termos da proposta metodológica de Foucault que postula que arquivos são todas as sobrevivências material e simbólica constituídas pelas sociedades em determinada época que restaram como existência daquele passado, passível de serem examinadas por pesquisadores em outros presentes. O livro de Manoel Bomfim e Olavo Bilac impresso pela primeira vez em 1910 narra uma aventura vivida por personagens e a ser revivida pelos leitores. O foco de interesse nesse estudo não se incide sobre a aventura, mas a utilidade que os autores prescrevem para o livro. Entre tais prescrições, apontam críticas contundentes à prática do ensino escolar por meio de livros, deixando claro que se filiam a “certa” pedagogia moderna, que propõe encontrar-se na criança algumas peculiaridades que precisam ser desenvolvidas, respeitando o seu tempo e sua maneira de aprender. Ao criticar um dado modelo de ensino que chamam “enciclopedista”, afirmam que a enciclopédia para o aluno é o professor, pois este detém o conhecimento e o método que possibilitaria a aprendizagem infantil. O trabalho de Afrânio Peixoto tem sua primeira publicação em 1916, parecendo ter como perspectiva apresentar algumas figuras revestidas de cunho histórico e heroico na formação do Brasil. O investimento narrativo foi tomar o uso de personagens históricos como exemplo em diferentes épocas da história nacional, pouco importando o regime político em vigor. O autor deixa ver em sua escrita não ser partidário de posição nacionalista extremada, procurando articular o modelo americano de educação à prática pedagógica brasileira, se afastando da tradição francesa utilizada por Manoel Bomfim e Olavo Bilac. Considera a pedagogia americana ponto central para o desenvolvimento intelectual e prático da nação. Em Bomfim e Bilac pertencer ao Brasil passa pela experiência de conhecer o sertão e sua potencialidade, os heróis da aventura são as próprias crianças, personagens e seus leitores. Nesse sentido, ser brasileiro consiste em estar articulado aos interesses de progresso industrial e ao que deveria ser considerado nacional, como é o caso do Rio São Francisco. Em Afrânio, por sua vez, o que adquire relevo é a dimensão continental, pois a preocupação se desloca do Brasil para a América. Para ele, os povos americanos, em suas diferenças, precisavam conhecer a experiência americana, sobretudo a norte-americana, exemplo de desenvolvimento, civilização e de educação. Afinal, que história pátria ensinar? Nesse arquivo plural o que aparece são narrativas concorrentes, uma apontando para o próprio do Brasil e outra apontando para aquilo em que o Brasil poderia se tornar.

Palavras chave: Modernidade, Historiografia da Educação, Livro Didático

Introdução Este artigo faz parte da pesquisa de mestrado em História da Educação no Brasil, está sendo desenvolvido na Universidade do Estado do

Rio de Janeiro. Seu recorte temporal se encontra entre 1896 e 1920, porém em virtude da tentativa de entender certos movimentos referentes à História da Educação Brasileira poderemos proceder a deslocamentos que possibilitem alargar esta demarcação temporal, tanto para anos anteriores quanto para períodos posteriores aos informados acima, tendo em vista que a discussão acerca da produção de livros no Brasil não se encontra datada dentro do limite temporal estabelecido por esta pesquisa. Nosso foco de interesse são os livros de leitura produzidos para a educação infantil por Manoel Bomfim¹ e Olavo Bilac² (*Através do Brasil*, 1910) e Afrânio Peixoto³ (*Minha Terra e Minha Gente*, 1916). Estes materiais impressos representam para nós arquivos, segundo a proposta metodológica de Foucault, que entende arquivo como toda sobrevivência material e simbólica de tempos pretéritos, carregados de informações que nos fazem apesar da distância entre o passado e o presente, compreender a discursos através de práticas de investigações históricas que nos permitem entender e encaminhar os interesses diversos, porém conviventes, existentes em todas as sociedades, possíveis de serem analisados em outros presentes. Aproximar-nos-emos do trabalho de Lajolo e Zilberman⁴, em que tratam da produção de livros didáticos no Brasil, algo possível somente após a chegada da corte em 1808, já que até então era vetado à colônia produzir qualquer tipo de material impresso, bem como a circulação de outras obras consideradas perniciosas a segurança e controle exercidos pela metrópole portuguesa nas terras de além mar situadas na América, fosse esses escritos provenientes de Portugal ou fora de suas fronteiras. Utilizar-nos-emos de alguns memorialistas e suas participações em disputas pela produção de livros didáticos e por seus métodos de aprendizagem de leitura e escrita comentados pelas autoras que, muito nos elucidaram sobre a temática que aqui tratamos. Lajolo e Zilberman, também discutem os aspectos econômicos presentes em sociedades capitalistas, entendendo-os como o principal foco de interesse das elites letradas em criar gráficas e matérias impressos para obter grandes lucros no mercado destinado a materiais escolares. Porém não desacreditando dessa possibilidade, preferimos pensar na existência da experiência e a insatisfação dos autores de livros com o lugar que ocuparam, enquanto alunos e, naquele momento com o lugar que ocupavam no interior da instrução pública expressa por eles de forma negativa. Lajolo e Zilberman apresentam as produções didáticas trazidas do reino como sendo colocadas em posição superior às produzidas no Brasil, bem como os seus escritores com seus métodos e certezas de que eram capazes de alfabetizar rapidamente e com sucesso as crianças do Brasil, algo que posteriormente não era verificado pelos relatórios referentes ao ensino na época. Essa nossa observação não significa que discordamos que a produção e comércio de material impresso escolar, não tenha sido um grande alvo de um mercado em expansão, formado após a autorização de estabelecimento de matérias gráficas no tempo histórico por nós recortado. Mas apontar para outros interesses que emergiam a partir da nova configuração que a modernidade didática impressa produzia no interior das relações sociais. Já que formar público leitor era também contribuir para o desenvolvimento de mercados consumidores ávidos por leitura a nova modalidade cultural nas diferentes províncias. Mas também possibilitava destaque e reconhecimento qualitativo para os intelectuais nacionais, ou seja, status social. Manoel Bomfim e Olavo Bilac, Afrânio Peixoto, bem como outros autores participaram

ativamente desse ambiente da “Belle Époque” do Distrito Federal, como discute Mallmann em sua dissertação defendida em 2011⁵, participam, cada um a sua maneira da transformação do ambiente cultural pela via escolar na capital da República, o instrumento de transformação utilizado é a escrita de livros, o trabalho como professores, a proximidade do governo, principalmente quando ocupam cargo de Diretor da Instrução Pública e tem a possibilidade de materializar suas ideias referentes aos métodos de aprendizagem a serem utilizados pelos professores na tarefa de alfabetizar o maior número possível de crianças, um trabalho difícil agravado pelo longo período de poucos investimentos na instrução pública da época. Faremos, então, um estudo comparativo entre as diferentes preocupações dos autores dos dois livros destinados à infância escolar (Através do Brasil 1910) e (Minha terra e Minha Gente 1916), e sua importância para a introdução do Brasil no campo das nações civilizadas, mesmo que esta nação ainda fosse vista com preconceito de inferioridade pelos intelectuais europeus, e muitas vezes brasileiros. Bomfim e Bilac não se preocupam em contar uma História do Brasil, mas em fazer que os estud

se preocupam não em contar uma História do Brasil, mas em fazer que os estudantes através de uma história de aventura se identifiquem como brasileiros a partir do sertão que não se destaca da cidade, mas juntos formam uma única nação. Afrânio Peixoto, também nacionalista prefere perceber o Brasil como participante da América, portanto possuidor de algumas singularidades com seus vizinhos, mesmo com os americanos do norte, pois estes funcionam como um exemplo a ser seguido. O livro de Peixoto é um livro de narrativa histórica e heroica que, diferente dos dois primeiros autores, este busca a origem histórica de um Brasil que possa ser glorioso. Manoel Bomfim e Olavo Bilac: a reedição do livro de leitura para crianças Trabalhamos neste artigo com a produção de Manoel Bomfim e Olavo Bilac que foi reeditada e, organizado pela professora Marisa Lajolo, professora titular de teoria e literatura da Unicamp, contou com o apoio do CNPq e da FAPESP junto ao projeto intitulado Memória da Leitura. Ao final do livro encontramos a descrição de como foi possibilitado a confecção da obra no século passado. Esta obra foi composta pelo estúdio O.L.M. em Agaramond, teve seus filmes gerados no bureau 34 e foi impressa pela geográfica em off-set sobre papel pólen soft da Companhia Suzano para a editora Schwarcz em abril de 2000. Este relato nos remete a dificuldade encontrada na atualidade de reproduzir um trabalho do início do século passado que precisa ser preservado em sua primeira materialidade, como documento referente a História da Educação Brasileira. Essas práticas deixam a ver uma rede de pertencimentos, de esforços e a dedicação de alguns intelectuais ao criar uma memória para o Brasil como um país de leitores, mesmo que em pequena escala e esses estiveram preocupados, em ver transformada a realidade de um povo que durante pelo menos 300 anos ficou a margem de políticas públicas de educação, e que em praticamente cem anos esteve buscando instruir com a leitura e a escrita um quantitativo maior de pessoas que se reconhecesse como alfabetizadas.

Ao final do livro temos uma bibliografia atualizada, até a época da reimpressão do trabalho de Bilac e Bomfim que pode nos levar a ver parte dos trabalhos que foram feitos sobre os autores e sua articulação ao campo educacional. O livro

faz parte de uma Coleção intitulada Retratos do Brasil, sendo a décima sétima e última reimpressa até aquele presente. Fizeram parte do conselho editorial Antonio Candido, João Moreira Sales, Lilia Moritz Schuarcz e Maria Emília Bender. Na folha de rosto, no alto da página vem impresso o nome dos autores Olavo Bilac e Manoel Bomfim, ordenação dos escritores diferente da escolhida por nós, que temos sempre nos referido a Bomfim como primeiro autor, seguido por Bilac. Logo abaixo aparece em letras pequenas a destinação do trabalho “Prática da Língua Portuguesa”, em itálico em letras maiores o nome do livro *Através do Brasil*, logo abaixo vem escrito: narrativa. Percebemos com isso o campo disciplinar ao qual a reimpressão do livro está articulada. O que nos deixa ver que um mesmo trabalho pode ser visto e revisto por diferentes leituras servindo a diferentes campos do saber, algo que provavelmente foi impensado por seus autores à época de sua publicação. Isso, como dissemos em nosso trabalho anterior, apresentado no VI CBHE, o torna um Documento Monumento, e um indicativo da importância que lhe tem sido conferida pela atualidade, no sentido de preservação de sua Memória e de sua História dentro dos limites de uma disciplina. Na parte destinada a catalogação da obra encontramos descrito o projeto gráfico da capa do livro e, em tom verde esfumado temos a imagem da Cachoeira de Paulo Afonso, óleo sobre tela de E.F. Schute, 1850, Pernambuco. Essa ilustração difere bastante da que foi utilizada na 2ª e 4ª edição, que tinha na capa ilustrado uma imagem do espaço urbano em que pessoas se encontravam. São oitenta e dois capítulos de aventura, compostos de três a quatro páginas; Antes temos a introdução, a cronologia de Olavo Bilac e a cronologia de Manoel Bomfim. Compondo parte da história temos algumas páginas dedicadas a Advertência e explicação. Finalizando há o vocabulário e a bibliografia dos dois autores, totalizando quatrocentas e vinte e quatro páginas impressas somadas a estas, temos também as duas orelhas do livro que trazem alguns dados sobre a obra e a organizadora. Afrânio Peixoto: Minha Terra e Minha Gente 6 O livro traz à capa no alto o nome do autor destacados po

O livro traz à capa no alto o nome do autor destacados por dois traços sublinhados, as palavras que compõe o título do livro tem as primeiras letras em maiúsculas. Logo abaixo existe um mapa da América, tendo nomeadas as nações que fazem parte do continente americano do sul, onde ocorreram as diferentes colonizações Ibéricas, dando destaque ao mapa do Brasil que se encontra pintado, se constituído, enquanto representação da Bandeira Nacional Brasileira, à direita abaixo do Brasil simbólico está escrito “Esta é a ditosa pátria minha amada”, depois desta frase, em letras maiores, vem o nome Camões. Essa escolha deixa clara a sua filiação a origem portuguesa da pátria e a sua formação literária. Autor e livro estão ligados a Livraria Francisco Alves – Rio de Janeiro – S. Paulo – Belo Horizonte, o nome das cidades aparecem em letras menores. Existe também a identificação de outras duas livrarias: Aillaud e Bertrand, ao final a localização dessas ultimas aparecem citadas as cidades de Paris – Lisboa – 1916 (ano de publicação). Após a capa, vem a informação Typ. Aillaud, Alves & C.^a – Lisboa. Na segunda página vem novamente o nome do autor e obra, como referido anteriormente, logo após o do título do livro uma nova frase: “Eu desta Gloria só fico contente que minha terra amei e a minha gente”. Abaixo desta vem o nome – Ferreira. Antecipando o que pretende com esse trabalho Afrânio Peixoto deixa um destaque, que

poderíamos chamar de introdução, mas de tão curto nos causa dúvidas: Os brasileiros oscilam, ordinariamente, entre um desenganado pessimismo e um otimismo ridículo... ..Pareceu, pois ao autor, a novidade útil, escrever para as crianças de sua terra um livro sincero, sem reservas nem veemências, no qual procurasse sobre os problemas essenciais da nossa nacionalidade dizer-lhes verdades necessárias. A educação cívica há de ser feita com o conhecimento da causa, as razões do patriotismo, buscadas nas origens e nas tradições, continuadas na história da formação nacional... O índice apresenta três capítulos: o primeiro As Origens, assim como todos os outros três capítulos se subdivide em cinco pontos, que possuem entre dez e quinze páginas impressas. O segundo capítulo: A Formação Nacional; o terceiro capítulo: Da emancipação política para a economia. O livro chega ao final com duzentas e trinta páginas impressas..

Manoel Bomfim e Olavo Bilac, Afrânio Peixoto: estória e história para a formação de crianças leitoras na Capital da República Ao nos aproximarmos de Lajolo e Zilberman vimos responder a pergunta que muito nos intrigava a respeito da forma como foi escrito (Através do Brasil 1910), em que os autores além de trazerem a proposta de um livro de leitura para crianças tinham também a preocupação de instruir os mestres para essa tarefa. Muitas respostas fizeram parte de nossas possibilidades, mas sempre ficava alguma lacuna. Até que ao estudar, os depoimentos escritos, produzidos por alguns escritores brasileiros no final do século XIX e princípio do século XX e reescritos pelas autoras no século passado, levou-nos a perceber semelhanças entre esses intelectuais e os três que ora trabalhamos. Arriscamos dizer que eles foram os primeiros alunos das escolas instaladas nos momentos políticos da colônia que envolve a chegada da família real portuguesa ao Brasil e posteriormente nos governos dos dois impérios. Esses autores tecem críticas ácidas a esses lugares de instrução e alguns objetos da cultura material escolar que fizeram parte de suas experiências históricas, como, a presença, sempre ameaçadora da palmatória. Também se referem da língua portuguesa às leituras difíceis de serem compreendidas em virtude de a gramática ser a mesma que era praticada em Portugal, que pouco tinha a ver com o português utilizado no Brasil. A partir disso, traçam comparações entre o prazer da leitura encontrado em algumas obras e o enfado causado pela leitura dos clássicos, entendidos pelas autoridades escolares como necessário ao bom aprender da leitura, porém estes livros eram repugnados pela maioria dos alunos. Os estudantes apesar dessas experiências negativas aprendiam a ler, e exerciam essa prática, através de livros proibidos que liam dentro dos muros da escola ou fora dela, de forma clandestina, que segundo os mesmos foram importantes para sua formação de gosto pela leitura e por aquele mundo de aventura distante dos deles. A partir desses relatos entendemos que esses alunos quando adultos foram tomados pelo desejo de reformar a escola, a leitura e os materiais didáticos envolvidos com a atividade de ensinar a aprender a ler e escrever. Vejamos o que nos trás Graciliano Ramos: Foi por esse tempo que me infligiram Camões no manuscrito. Sim senhor: Camões em medonhos caracteres borrados – e manuscritos. Aos sete

anos no interior do Nordeste, ignorante da minha língua, fui compelido a adivinhar em língua estranha, as filhas do Mondego, a linda Inês, as armas e

os barões assinalados. (LAJOLO. ZILBERMAN. 1999, p. 204) 7 A presença de Camões e dos clássicos portugueses marca a aprendizagem dos escritores, que relembram ora positiva, ora negativamente a influência sofrida. Assim, as restrições que escritores portugueses inspiravam a alguns autores brasileiros em virtude de suas manobras pela conquista da gorda fatia do ralo mercado disponível para o livro didático, somam-se as carrancudas e não poucas vezes literalmente dolorosas lembranças dos primeiros contatos com as armas e os barões assinalados... Mas talvez a literatura portuguesa pagasse as contas de uma monotonia que não era dela e sim da escola brasileira do século XIX... sua maciça presença na sala de aula como que ocupa (Indevidamente?) o lugar que os primeiros historiadores de nossa literatura tinham sonhado reservar para as letras nacionais. (LAJOLO. ZILBERMAN. 1999, p. 206) Com relação à citação acima podemos dizer com certeza que os autores Bomfim e Bilac, e Peixoto têm reconhecimento positivo sobre a aprendizagem que receberam na escola, através dos estudos de formação de leitores a partir da leitura de Camões e outros Clássicos da literatura portuguesa. Bomfim deixa isso bem claro em *A América Latina Males de Origem* (1903): O progresso geral continua; agora, é a ciência, a filosofia, o estudo direto da natureza, e, enquanto outros povos mantêm participando do progresso científico e artístico do século, a península declina. No correr do século XVII e do XVIII, a Ibéria que havia dado ao mundo Cervantes, Camões, Murílo, Lopes de Veja, Ribera... desaparece... degenera; não se vê um só nome espanhol ou português entre os homens que fundam a cultura moderna e dominam a natureza, ou aqueles que refazem a filosofia racionalista, que iluminara as gentes na conquista da justiça e da liberdade... (BOMFIM, 2005, p. 61) E em Peixoto sua filiação aos literários portugueses fica clara nas epígrafes que introduzem seu livro, *Minha terra e Minha Gente* (1916), uma frase retirada de Camões “Esta é a ditosa pátria minha amada” e outra de Ferreira “Eu desta Gloria só fico

contente que minha terra ame e a minha gente”. É perceptível também em sua escrita sua filiação histórica a história como mestra da vida e o que espera que seu trabalho venha acrescentar na educação dos pequenos brasileiros: O que nos cumpre hoje é preparar, hoje, o Brasil de amanhã. Educar o brasileiro de agora para lhe dar uma consciência de si e, portanto, dar a todos uma consciência nacional. Mostrar-lhes suas origens de espírito e civilização para que as preze as saiba honrar; as suas origens mesológicas e etnográficas para que saiba conhecer e aperfeiçoar. Contar-lhe a sua história, ou a moralidade da sua história, para que do passado algum bem possa colher e aplicar, com proveito no presente e prevenção no futuro. Modelar-lhes a ênfase, desiludir-lhes as utopias, corrigirem os desdém das realidades práticas, para que não sejam discursadores vãos, poetas e escrivinhadores visionários, parasitas das classes improdutivas que vivem do orçamento e tornam difícil a vida dos que trabalham. (PEIXOTO, 1916, p. 228-229) Em Bomfim e Bilac o foco de interesse se coloca em contar uma estória de aventura que crie nas crianças o desejo da leitura, de viver cada momento, com os personagens, como se fizessem parte daquela história, aprendendo assim uma “história” do Brasil sob os passos do livro de leitura e, do auxílio do professor, pelas diretrizes que traça para o livro com certeza não era um trabalho de literatura, porque tinha objetivos bastante definidos e de acordo com a autoridade pedagógica 8 da escola e do professor: ...Quando a pedagogia recomenda que as classes

primárias elementares não tenham outro livro além do de leitura, não quer dizer com isso que nesse livro único se incluam todas as noções e conhecimentos que a criança deve adquirir. (BOMFIM. BILAC. 2000, p. 44) ...Além de servir de oportunidade para que o professor possa realizar suas lições, o livro de leitura deve conter em si mesmo uma grande lição... Estamos certos de que a criança, com a sua simples leitura, já lucrará alguma coisa: aprenderá a conhecer um pouco o Brasil; terá uma visão, a um tempo geral e concreta, da vida brasileira. (BOMFIM. BILAC. 2000, p. 46)

Com a instalação do regime republicano os intelectuais envolvidos com as propostas de instrução e de criação de material didático pensam estar diante de um grande momento histórico capaz de em curto prazo resolver a situação crítica da educação no Distrito Federal e também no país como um todo. “O novo regime adota medidas educacionais auspiciosas, criando em 1890 a Secretaria de Estado dos negócios da Instrução pública”, (Lajolo. Zilberman, 1999, p. 154), porém essa medida pouco auxilia na veiculação dos projetos educacionais da intelectualidade que agia nas escolas como professores de crianças ou como professores de professores. A rede de docentes, não só no Rio de Janeiro estava insatisfeita com o mal desenvolvimento de seu trabalho. Eles acreditavam plenamente que o desenvolvimento da leitura e escrita era o “carro chefe” na atividade de ensino e aprendizagem, mas esta estaria prejudicada, pela falta de investimentos esperados, o que fazia com que se continuasse em uso as antigas cartilhas e materiais didáticos desatualizados, geralmente vindos de Portugal que aquele momento era o maior concorrente na produção e veiculação de livros destinados a escola no Brasil. O discurso nacionalista se pautou na maioria das vezes nas representações de diferenças nem sempre tão claras com relação ao uso de livros de leitura que viessem a instruir as crianças, de forma que realmente suprisse a carência da aprendizagem almejada, já que esta se fazia mais pela falta de material didático para todos do que de alguma deformidade séria quanto ao material usado. *Caricatura e Educação na modernidade do Rio de Janeiro* Depois de apresentar os dois livros em sua forma e discursos de seus autores para o uso adequado do material que produziam, nos cabe proceder a leitura dos aspectos nacionalistas presentes nos dois trabalhos, o primeiro, (*Através do Brasil 1910*) situa os limites de um programa de educação para o conhecimento do nacional, enquanto algo particular que, toca toda nação em seu vasto território. E o segundo (*Minha Terra e Minha Gente 1916*), se propõe alargar essa nacionalidade para as diferentes nações que compõe o Continente Americano, já iniciando tal tarefa quando apresenta na capa do livro um mapa da América Ibérica. Nenhuma menção a cidade do

Rio de Janeiro, ou a Distrito federal como lugar de produção cultural característico de sua modernidade em particular, já que buscam criar e conservar para o Brasil a sua unidade. Os Impressos produzidos são modelos de pedagogias modernas, buscam ser material de formação social e cultural da infância. Em Bomfim e Bilac, a estória da aventura se concentra no sertão e não na vivência cotidiana das crianças no ambiente citadino. E em Peixoto se dá a construção histórica e heroica da nação Brasil partindo de uma origem e indo ao encontro do progresso econômico liberal. E neste caso tanto Bomfim e Bilac, como Peixoto parecem usar de estratégias parecidas para se protegerem

dos discursos e das críticas que nascem na rua, nos becos, nos cafés da sociabilidade carioca. Qual o perigo existente no Rio de Janeiro que os levava a buscar em outras histórias as diferentes maneiras de instruir as crianças da modernidade da capital da República? Que lugar ocupava a modernidade carioca na produção do conhecimento sobre a sociedade? Esses impressos não importando muito quem eram seus autores criavam opinião e podiam entre a comunidade letrada criar verdades contrárias ao discurso de ordem buscado pelo Estado ao mesmo tempo no plano econômico concorriam ainda mais com os outros materiais colocados a venda no mercado editorial. Ao ler o trabalho de Veloso (1996), pude enriquecer o questionamento sobre a vontade instrução dos autores de livros referente ao público infantil e a formação de professores e as dificuldades para lidar com o novo alunado moderno e com os impressos caricaturistas daquela época que sempre apareciam como um incômodo. Os intelectuais da modernidade carioca estavam, em sua maioria, envolvidos com produção artísticas e literárias que criticavam a República. Seus lugares de sociabilidade eram os cafés, a rua espaço aberto em que criavam e recriavam a imagem da cidade, da ciência das autoridades de forma divertida e caricatural. Ocupavam um lugar de reconhecimento cultural marginalizado, embora suas críticas pudessem ser vistas e refletidas pela população que acompanhava a imprensa da época. “É patente nesses autores a ideia de pensar a cidade e, por extensão, o próprio país através de suas ruas”. Essas se apresentam como espaço pleno de significado, gerador de formas culturais inéditas, revelando uma população que se mantinha desconhecida aos olhos da república modernizadora. O Submundo, a marginalidade, a boemia e as ruas constituem espaços expressivos para se

pensar a modernidade brasileira, notadamente a do Rio, onde a exclusão social seria vivenciada de forma mais aguda. (VELLOSO,1996, 29) Os intelectuais ligados a instrução pública, partidários da pedagogia moderna buscam exatamente a saída desse cenário desregrado para um lugar de normas, de apresentação da representação de uma sociedade civilizada. O livro escolar vem contar outra história que não está nas ruas, mais partem dos laboratórios científicos, em que criações e pensamentos construídos nos séculos XVII e XVIII, são relidos reelaborados para compor o progresso anunciado no século XIX. Nesse sentido tanto Bomfim e Bilac, como também Peixoto se aproximam da máquina governamental para por em prática seus projetos de instrução pública que só podem se tornar reais se financiados pelos governos que se sentem também incomodados com a instrução e aprendizagem que partem dessa intelectualidade de rua, lugar de desordem que precisa ser reformado. Não por acaso é no momento da reforma da cidade que os intelectuais médicos, se aproximam do campo da educação aparecem como grandes colaboradores do estado nessa tarefa de higienizar a cidade. A caricatura criada para esse momento é bastante elucidativa da guerra aberta nos discursos intelectuais. As obras públicas de remodelação e saneamento do Rio de Janeiro são acompanhadas com desconfiança, ironia e tiradas de humor. Na época, são inúmeras as caricaturas em que se criticam as medidas de higiene decretadas por Oswaldo Cruz. Ironizando o caráter autoritário da medida que determinava a vacinação obrigatória, Kalixto veste Oswaldo Cruz com roupagem absolutista de Luis XIV. Substituindo o cetro real pela vassoura e a espada pela seringa, o caricaturista põe na boca do personagem a seguinte

fala “Le Tas c’est moi!” (O Malho, 19-3-1904) Era preciso que medidas de segurança fossem tomadas para reverter esse gosto pela caricatura da vida nacional, principalmente quando se trata de ridicularizar a ciência em sua vertente mais importante a época para o aquele país: a questão da higiene e do controle de doenças graves que muito vitimizavam sociedade. Parece sugestivo que os envolvidos com as questões de produção didáticas para a escola e para a infância foram homens que pertenciam as ciências médicas ou tiveram vínculo próximo com ela, como é o caso de Manoel Bomfim e Afrânio Peixoto, que eram médicos e Olavo Bilac que era filho de médico, cursou algum tempo Medicina,

desistindo desta, forma-se em Direito e investe na produção de impressos escolares, na literatura e na imprensa popular, através de atividades jornalísticas da época, atuando também na política da Instrução Pública o que certamente favoreceu a nossos autores a publicação e uso de seus livros impressos, nas escolas do Distrito Federal. Considerações Este trabalho apresentou uma pequena reflexão sobre a confecção e impressão de livros didáticos no Brasil a partir da leitura de dois trabalhos destinados a educação escolar da infância no distrito federal entre os anos de 1910 e 1916, embora nosso recorte temporal seja desde 1896 até 1920. Isso se deu porque os autores envolvidos Manoel Bomfim e Olavo Bilac, bem como Afrânio Peixoto tiveram participação no ambiente letrado vinculado a Instrução Pública no Distrito Federal dentro desse limite temporal por nós recortado. Importância deste material para a História da Educação no Brasil e em particular no Rio de Janeiro, demonstrar sua inserção no campo da produção de cultura Material escolar, tendo o livro didático como um importante arquivo dos interesses particulares e de Estado para a confecção desse material que todos nós conhecemos, durante longos anos de escolarização e que sabemos não tem sido sempre o mesmo. Para nossa formação seu destaque se dá na medida em que nos permitiu uma aproximação mais detida, ainda que apresente falhas, do que seja um livro em sua formatação diagramação e interesses envolvidos através dos discursos que carregam. Foi bastante útil perceber como dois livros, aparentemente tão distante tiveram pontos de encontro e sucesso muito próximos em virtude da complementação que um pareceu fornecer ao outro. Através de suas filiações que sem o estudo e a pesquisa não seria possível perceber. Esses investimentos nos faz muito crescer e desejar que venham as novas etapas da vida e da pesquisa e da aprendizagem objeto sempre almejado em direção do desconhecido que esses arquivos podem nos possibilitar enxergar. Algumas questões continuaram em suspenso por falta de tempo e espaço para fomentar a discussão. Não foi discutido como previsto a questão da importância da

filiação de Afrânio Peixoto a America do Norte, em particular os Estados Unidos, que pareceu fazer parte de seu texto. Isso parece a primeira vista um ponto fraco do trabalho, mas olhando com outros olhos, é possível que possamos em outro momento apresentar alguma reflexão que preencha esse vazio deixado neste artigo.

Referencias AGUIAR, Ronaldo Conde. **O Rebelde Esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema do ensino.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. LAJOLO, Marisa. (org) **Através do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000. _____. ZILBERMAN, Regina. **Livros didáticos, escolas, leituras.** In: **A formação da leitura no Brasil.** São Paulo: Ática, 1999. MALLMANN, Marcela Cockell. **Manoel Bomfim: um intelectual polêmico e engajado na Belle Époque tropical (1898-1914).** 2011. 130 f. **Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.** VELLOSO, Monica Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CRISTOVAM BUARQUE

[Luciano Pires](#) Curtir Página

18 h

Aqui as duas partes da entrevista de Roberto D'Ávilla com Cristovam Buarque. Tem coisas excelentes aqui, especialmente quando ele conta como nasceu o Bolsa Família ou fala da educação: "Falta capacidade de escandalizar o Brasil com a falta da educação."

Parte 1: <https://www.youtube.com/watch?v=YorDNjtG4T4>

Parte 2: <https://www.youtube.com/watch?v=wTOxFiTik5M>



[GN Roberto D'ávila 2016-04-20 Cristovam Buarque - Parte 1](#)

[GN Roberto Davila 2016-04-20 Cristovam Buarque - Parte 1](#)

YOUTUBE.COM

Você está aqui: [Página Inicial](#) / [Sociedade](#) / A realidade política brasileira

A realidade política brasileira

O Brasil foi constituído a partir de uma fraca noção de identidade pública e sob a batuta de interesses privados muito fortes. É um estado forte demais para conceder favores e fraco demais para estabelecer os limites entre o público e o privado.

por Forum de Interesse Publico — publicado 01/06/2011 10h11, última modificação 01/06/2011 11h10

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-realidade-politica-brasileira>

Por Leonardo Avritzer

O Centro de Referência do Interesse Público (CRIP) reúne um conjunto de professores da Universidade Federal de Minas Gerais das áreas de ciência política, filosofia e história que partilham um diagnóstico sobre a realidade política brasileira. Na nossa opinião, o Brasil foi constituído a partir de uma fraca noção de identidade pública e sob a batuta de interesses privados muito fortes. O nosso estado é um estado forte demais para conceder favores e fraco demais para estabelecer com clareza os limites entre o público e o privado, especialmente para os poderosos. Fenômenos como o que assistimos na semana passada, de um ministro da Casa Civil afirmar que fez aquilo que todos fazem, isso é, negociou informações e acesso privilegiado ao estado com grandes grupos econômicos, são parte do dia a dia da política brasileira. É verdade que a opinião pública se indigna com razão a cada um destes episódios, mas a verdade é que a sua raiz reside em aspectos quase estruturais da cultura brasileira. Uma incapacidade de construir uma noção forte daquilo que é público na política.

O CRIP pretende tratar acadêmica e politicamente dos fenômenos da corrupção e da organização da Justiça no Brasil. No que diz respeito à corrupção, temos aplicado anualmente, desde 2008, pesquisas de opinião sobre o problema, tentando produzir medidas de longo prazo e comparativas sobre o fenômeno, algo que inexiste hoje no país. Ao longo destas pesquisas, três resultados importantes foram revelados: o primeiro deles é que a

população brasileira na sua esmagadora maioria (73%) acha a corrupção um fenômeno grave ou muito grave; o segundo é que a população não acredita que a corrupção aumentou durante os últimos anos – que ocorreu foi que ela passou a ser mais investigada, especialmente pelas operações da Polícia Federal; e em terceiro lugar, a população identifica corretamente que a instituição que mais abriga a corrupção é o Poder Legislativo, com os Legislativos municipais capitaneando o processo.

Vale a pena comentar alguns destes resultados. De fato, a população brasileira aumentou a sua atenção e a sua rejeição à questão da corrupção nos últimos anos. No entanto, têm faltado à população os meios para melhorar a qualidade do sistema político brasileiro. Estes podem vir ou através de iniciativas da sociedade civil ou através de mudanças na legislação e aprimoramentos institucionais que impliquem em melhorias no controle da corrupção. Dentre as diferentes iniciativas que são possíveis, uma se destaca devido à sua origem na sociedade civil: a proposta da lei da ficha limpa. É sabido que o Brasil tem uma das concepções mais estapafúrdias do mundo acerca da presunção da inocência pela via do assim chamado “transitado e julgado”. Até recentemente, a condenação de um político em três instâncias do Poder Judiciário não tinha absolutamente nenhuma consequência em relação às suas ações, ou seja, ele continuava livre e podia ser candidato. A Justiça não produzia praticamente nenhum efeito em relação às ações dos políticos, especialmente em relação àqueles que se habilitam ao foro especial. A ficha limpa veio com a intenção de modificar este estado de coisas. Ela propôs a impossibilidade de concorrer a um mandato depois de uma primeira condenação em segunda instância.

A importância desta lei não pode ser subestimada quando cruzamos com a percepção da população sobre a corrupção. A percepção da população, corretamente, é que a corrupção tem maior incidência no Poder Legislativo. Os problemas tratados pela ficha limpa restringem as candidaturas principalmente a este Poder. Esse pode ser um bom início para uma agenda que interessa aos membros do Centro do Interesse Público e que estaremos discutindo neste Fórum que é: quais modificações podem fazer com o sistema político brasileiro se torne menos corrupto? Sabemos que algumas mudanças podem ajudar

como é o caso da mudança nas regras de financiamento de campanha. Mas não temos ilusões. É preciso mudar a maneira como o Judiciário brasileiro funciona para que a corrupção no país diminua. Esse é o segundo tema que pretendemos tratar neste fórum.

A questão do papel do Judiciário na sociedade brasileira é bastante complexa. Até 1988, era o mais fraco dos três Poderes e o que menos se afirmava frente ao Executivo. Depois de 1988, o judiciário recuperou fortemente suas prerrogativas, ao mesmo tempo que o Congresso Nacional continuou a perder as suas. Hoje há um forte processo de judicialização no país firmemente calcado no artigo 102 da Constituição e sua regulamentação posterior, que ampliou fortemente os atores que podem arguir a inconstitucionalidade, incluindo desde a OAB, aos partidos e associações de classe. Assim, ocorreu um forte aumento do conjunto de questões que chegam ao STF para o exercício do controle concentrado de constitucionalidade. Ao mesmo tempo, a Constituição não alterou fortemente a estrutura de privilégios e recursos que, como sabemos, entrava o Judiciário brasileiro. Pelo contrário, o uso recorrente do Judiciário por certo atores, especialmente pelo próprio Estado e grandes atores econômicos torna a Justiça brasileira muito lenta e permite a impunidade, que é hoje uma das grandes preocupações da sociedade brasileira. Sabemos que em janeiro de 2011 o estoque de ações no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo alcançava a marca de 18 milhões de processos, entre os quais 10 milhões ligados à execuções fiscais municipais, uma grande parte delas de baixo valor. A incapacidade do Poder Judiciário de responder aos reclamos da sociedade contra a impunidade, em particular, contra a impunidade daqueles que cometem crimes contra o erário público, é hoje uma das maiores ameaças à legitimidade das instituições políticas no país.

Vale a pena analisar algumas iniciativas que podem ter um impacto positivo, tanto no combate à corrupção quanto na impunidade geral que graça em relação aos membros do sistema político. Trata-se da lei da ficha limpa e da assim chamada “emenda Peluso”. Em ambos os casos, trata-se de revisar fortemente a ideia do transitado em julgado brasileiro de maneira que

condenações de segunda instância tenham de fato efeito e penas comecem a ser cumpridas. No caso da ficha limpa, vale a pena perceber que ela expressa uma tentativa da sociedade civil brasileira, através do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral de intervir no processo político de modo. Neste caso, trata-se não apenas de romper com uma tradição de impunidade que, no caso do sistema político é mais ampla, devido à lentidão adicional causada pelos foros especiais, como também de qualificar uma dimensão mais republicana do Estado. O critério para alguém ser candidato e servir ao poder público deve estar além da simples dúvida processual a qual cabe um recurso. Há no “ser candidato” ou no “ser membro do sistema político” uma dimensão de responsabilidade com o dever público que a lei precisa contemplar. No caso da emenda Peluso, a questão mais importante é fazer com que um padrão mínimo de igualdade penetre no funcionamento do sistema de justiça no Brasil impedindo que aqueles que têm acesso a bons advogados possam se manter indefinidamente em liberdade, independente da culpa. O caso Pimenta Neves, finalmente resolvido recentemente, é o melhor exemplo da utilização do sistema de Justiça com o objetivo da impunidade.

O membros do CRIP, Centro de Referência do Interesse Público, irão no fórum, que ora instalamos em parceria com a Carta Capital, tratar destas questões a partir de perspectivas plurais, envolvendo a ciência política, a filosofia, a história e os estudos sobre cultura. A cada semana um dos membros do CRIP e ou parceiros que têm trabalhado conosco nas nossas principais publicações – Reforma Política no Brasil e Corrupção: Ensaios e Crítica – irão ocupar o fórum para tratar de um destes problemas levantados acima na perspectiva do Interesse Público. Acreditamos que o fórum constitui um excelente momento para o estabelecimento desta parceria que pretende aprofundar temas que frequentemente são abordados pela imprensa, mas não são aprofundados. Estes artigos terão como objetivo aprofundar o debate público sobre os temas do controle da corrupção e do acesso ao Judiciário. Sendo assim eles pretendem reforçar uma tradição de jornalismo independente e bem informado que tem sido a marca da revista “Carta Capital”.

Editora Unesp

Patrocinado -

"Emília Viotti da Costa foi uma pioneira na compreensão da história colonial brasileira, principalmente na compreensão da república e do pensamento autoritário do Brasil."
Confira a homenagem de Marilena Chaui à historiadora.
<http://ow.ly/9RvQ300qvhI>

Marilena Chaui presta homenagem à Emília Viotti da Costa

YOUTUBE.COM



Mário de Andrade visita Adorno

Por Henry Burnett

Dossiê **CULTURA BRASILEIRA**

[HTTP://WWW.REVISTATROPICO.COM.BR/TROPICO/HTML/TEXTOS/2919,1](http://www.revistatropico.com.br/tropico/html/textos/2919,1)
[.SHL](#)

Convergências e divergências entre o poeta e o filósofo a respeito da indústria cultural e da música popular

O título desse texto joga com um dado pouco mencionado quando estudamos a música popular brasileira sob o foco da *filosofia da música* de Theodor Adorno: a posição contemporânea ocupada por ele e Mário de Andrade.

Causa estranhamento que ainda não se tenha escrito um estudo de fôlego sobre eles, já que refletiram sobre música a partir de uma mesma preocupação, mais exposta em Adorno e um pouco mais nuançada em Mário: a hegemonia do capitalismo. Basta pensar que suas análises musicais partem justamente da música popular veiculada através dos discos e das rádios comerciais¹. Apesar disso, eles permanecem isolados e desconectados. Embora existam muitos pontos de contato, gostaria de tomar apenas um em especial aqui, e ainda assim apenas como o resumo de um estudo mais aprofundado que está em curso: o olhar que ambos lançaram sobre a música popular.

Para que se possa pensar sobre os caminhos atuais da música popular no Brasil, os ensaios de Adorno ainda permanecem incontornáveis e fundamentais, ainda que, de um certo ponto de vista, se possa considerá-los limitados para dar conta do sentido mais

profundo que a canção popular atingiu no seio da cultura nacional – o estilo adquiriu entre nós um nível lítero-musical jamais presenciado ou imaginado pelo alemão. Mas Adorno dedicou especial atenção à música em muitos de seus textos, livros e conferências, pois sempre acreditou que ela deveria ser discutida dentro dos círculos da filosofia e da sociologia acadêmica; por isso ele nos é imprescindível.

Mário de Andrade, por sua vez, desenvolveu importantes análises a respeito da música brasileira num momento paralelo à própria formação de uma musicalidade nacional. Suas análises, ainda hoje, são de extrema importância para quem se debruça sobre a história e a teoria da arte musical popular e erudita, ainda que sua visão a respeito da então nascente música comercial possa ser criticada em muitos pontos, como pelo nacionalismo por vezes exacerbado com que lidou com os domínios do folclore, imaginando ser possível quase domesticá-lo para fazer dele a fonte das criações eruditas. Ao aproximá-los, tentaremos mostrar que, de modos diversos, ambos estiveram preocupados com os destinos da música popular, ainda que tenham chegado a lugares completamente diferentes.

A música popular para Adorno

Quando Adorno escreve o prefácio ao livro *Filosofia da nova música*, de 1948, ele mesmo destaca o ensaio “O Fetichismo na música e a regressão da audição”, de 1938, como um momento determinante de seus estudos sobre a música². Sua intenção no texto de 38 era apontar as modificações que a percepção musical sofria no interior da indústria cultural, alterações que teriam atingido não só o gosto como a própria faculdade de audição dos ouvintes modernos.

Esse texto, junto com outro do mesmo período, “Sobre música popular” (escrito com a colaboração de George Simpson, com quem Adorno trabalhou no The Princeton Radio Research Project, uma pesquisa sobre os fenômenos musicais das emissões radiofônicas nos Estados Unidos, na qual tomou parte convidado pelo pesquisador Paul Lazarsfeld³) serve de base para este comentário.

Sempre que Adorno escreve mais diretamente sobre música e indústria cultural, faz questão de marcar uma diferença entre a música popular e a chamada música clássica, que ele chama de “séria” (“serious music”). Tal posição, não significa uma parcialidade sua em proveito de uma música erudita que seria hierarquicamente superior à popular, antes parece ter sido gerada pela uniformização dos estilos veiculados nas rádios comerciais, que ele conhecia desde antes do exílio, ainda na Alemanha. E mais do que isso: o conceito de *popular* utilizado por Adorno, parece vinculado de forma muito estreita ao funcionamento e à especificidade do mercado norte-americano.

A bem da verdade, o que Adorno chama de popular não tem um correspondente similar no Brasil, como afirma Rodrigo Duarte: “Registra-se aqui uma confusão, que não é normalmente feita por Adorno nos textos em alemão, entre ‘música de massa’ e ‘música popular’. Para um norte-americano parece quase impossível fazer essa distinção, já que a autocompreensão dos EUA como uma cultura própria, independente da europeia, se dá às vésperas da consolidação dos monopólios culturais. No Brasil, ainda podemos, felizmente, diferenciar -pelo menos em termos parciais- a cultura popular mais enraizada, daquela totalmente fabricada para o consumo, ainda que tenha raízes supostamente populares”⁴.

A representação mais clara desse processo de decadência da música popular para Adorno era o jazz. Num pequeno texto chamado “A indústria cultural” ele tenciona um pouco mais essa distinção: “A indústria cultural é a integração deliberada, a partir do alto, de seus consumidores. Ela força a união dos domínios, separados há milênios, da arte superior e da arte inferior. Com prejuízo para ambos. A arte superior se vê frustrada de sua seriedade pela especulação sobre o efeito; a inferior perde, através de sua domesticação civilizadora, o elemento de natureza resistente e rude, que lhe era inerente enquanto o controle social não era total”⁵.

Esses primeiros movimentos servem para indicar alguns pontos de contato entre a abordagem de Adorno do contexto norte-americano e a ligação disso com a canção popular do Brasil. O que aproxima, às vezes estreitamente, a perspectiva de Adorno da nossa é a abrangência global e, quase sempre, atual de suas observações. Vejamos: “Se perguntarmos a alguém se ‘gosta’ de uma música de sucesso lançada no mercado, não conseguiremos furtar-nos à suspeita de que o gostar e o não gostar já não correspondem ao estado real, ainda que a pessoa interrogada se exprima em termos de gostar e não gostar. Ao invés do valor da própria coisa, o critério de julgamento é o fato de a canção de sucesso ser conhecida de todos; gostar de um disco de sucesso é quase exatamente o mesmo que reconhecê-lo”⁶.

No artigo já citado de Iray Carone, encontramos o seguinte: “O negócio da música envolvia, como uma complexa indústria, os editores dos ‘sheets’ ou partituras com arranjos instrumentais e letras do sistema Tin Pan Alley, os donos de orquestras e arranjadores, as gravadoras de discos, os cantores famosos e suas editoras privadas, os ‘pluggers’ (promotores comerciais de músicas), os ‘disc jockeys’ e a prática da ‘payola’ (suborno usado pelas gravadoras para a divulgação intensiva de músicas na programação radiofônica) das emissoras, os interesses da máquina de produção de filmes sonoros de Hollywood etc.”⁷.

O cenário norte-americano que Adorno tinha diante de si não parece servir como parâmetro para um entendimento adequado do que se

passou por aqui na mesma época. O resultado dos processos culturais específicos do Brasil não pode se posto à luz das análises de Adorno desconsiderando questões pontuais; uma entre tantas delas, o fato de que aqui não se produz música séria na mesma proporção que a popular por carências musicais, mas que o cancionero popular é hegemônico por conta de um imperativo histórico.

O que está aqui, digamos, para além de Adorno, é o papel diferenciado que as canções populares ocupam no Brasil, seu poder de emancipação, enquanto agente político que foi em momentos chave da história recente do Brasil, já distanciam nosso cenário daquele vislumbrado por ele. Mas isso Adorno não podia saber.

Quando ele reflete sobre o jazz, parece vê-lo apenas como fruto daquele processo de padronização, o que parece restritivo, mesmo que pensemos apenas no contexto americano. Ele não atribui, ou não pôde atribuir, quase nenhuma importância ao cancionero popular e nem ao jazz produzidos na América. Em alguns momentos, é muito difícil dialogar com Adorno nesse quesito, como diante de uma afirmação dessa natureza: “Seria igualmente cômodo ocultar a separação e a ruptura entre as duas esferas e supor uma continuidade, que permitiria à formação progressiva passar sem perigo do jazz e das canções de sucesso aos genuínos valores da cultura”⁸.

Creio que nós, que invocamos Adorno buscando nele um antídoto contra a opressão atual exercida pela indústria sobre o cancionero popular do Brasil, nos sentimos órfãos.

Mario de Andrade e um projeto de Brasil

*Abancado à escrivaninha em São Paulo
Na minha casa da rua Lopes Chaves
De sopetão senti um friúme por dentro.
Fiquei trêmulo, muito comovido
Com o livro palerma olhando pra mim.*

*Não vê que me lembrei lá no norte, meu Deus!
/muito longe de mim,
Na escuridão ativa da noite que caiu,
Um homem pálido, magro de cabelo escorrendo nos olhos
Depois de fazer uma pele com a borracha do dia,
Faz pouco se deitou, está dormindo.*

Esse homem é brasileiro que nem eu...
(Mário de Andrade, “Descobrimento”, de “Dois Poemas Acreanos”)

O poema, de certa forma, mostra que Mário caminhou na contramão

de Adorno quando estudou e tentou caracterizar a música popular em geral. Ele já sugere no poema que o Brasil é muito maior que a cidade de São Paulo -e, portanto, maior que o louvor da sofisticação trazida com o capital e os ideais de progresso sem freios- e que o essencial para qualquer projeto de país, já naquele momento, passava pelo entendimento de nosso não-lugar, isto é, de nossa condição multicultural: “Cabe lembrar mais uma vez aquilo do que é feita a música brasileira. Embora chegada no povo a uma expressão original e étnica, ela provém de fontes estranhas: a ameríndia em porcentagem pequena; a africana em porcentagem bem maior; a portuguesa em porcentagem vasta (...). Além dessas influências já digeridas temos que contar as atuais. Principalmente as americanas do jazz e do tango argentino. Os processos do jazz estão se infiltrando no maxixe. Em recorte infelizmente não sei de que jornal guardo um ‘samba macumbeiro, Aruê de Changô’ de João da Gente que é documento curioso por isso. E tanto mais curioso que os processos polifônicos e rítmicos de jazz que estão nele não prejudicam em nada o caráter da peça. É uma maxixe legítimo. De certo os antepassados coincidem...”⁹.

Como se vê, desde muito cedo, Mário não estava alheio aos fenômenos de massa e compreendia com lucidez onde e como esses fenômenos agiam sobre a música popular do Brasil. Suas observações, fruto de grande erudição e das viagens que ele empreendeu e organizou país afora, mostram que, desde as origens, nossa música foi alimentada por uma teia de influências de grande complexidade. Essa aproximação da canção popular com o jazz, por exemplo, muitas décadas antes que se desse o mesmo vínculo através da bossa nova, mostra que já havia uma tendência comercial na produção popular, mas que essa ligação entre entretenimento e boa música ainda não era uma relação excludente.

Com isso, se quer confirmar, com Adorno, que o modo de produção capitalista foi avassalador, mas que, contra ele, a arte musical no Brasil não foi abatida como, eventualmente, se deu nos EUA, se acatamos sua análise sem restrições críticas. Mas como é quase consensual, a despeito das diferenças entre o jazz e os ritmos brasileiros na primeira metade do século XX, Adorno não parece ter enxergado devidamente a importância e o significado histórico do gênero nos EUA.

A resistência de Adorno ao jazz pode ser interpretada de várias formas. Em 2003 foi publicado o livro de Christian Bèthume, “Adorno et le jazz - analyse d’un dèni esthétique”. Na resenha do livro, Iray Carone fornece uma hipótese interessante: “Adorno começou a escrever sobre o jazz na Alemanha, onde conheceu o ‘jazz craze’ da República de Weimar: uma verdadeira onda de jazz de segunda mão, uma música de dança, porque os alemães não tinham condições econômicas para lá trazer os seus criadores norte-americanos e tampouco importar os seus discos. Por causa dessa particularidade

histórica, o que circulava na Alemanha sob a etiqueta 'jazz' era apenas um sucedâneo redutor, uma música de salão, feita de cadências militares e reminiscências folclóricas”¹⁰.

1 - De Mário de Andrade, um bom exemplo pode ser encontrado na edição de sua discografia comentada: Toni, Flávia Camargo (Org.). “A Música Popular Brasileira na Vitrola de Mário de Andrade”. São Paulo: Sesc São Paulo/ Senac São Paulo, 2004. De Adorno, podemos citar, por exemplo, sua pesquisa no “The Princeton Radio Research Project”, que comentarei mais adiante.

2 - Adorno, Theodor. “Philosophie der neuen Musik”. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003, pág. 9.

3 - Sobre o envolvimento de Adorno nesse projeto de pesquisa sobre o rádio nos EUA, ver o artigo de Iray Carone. “Adorno e a música no ar: the princeton radio research project”. Em: “Tecnologia, Cultura e Formação... Ainda Auschwitz”. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

4 - Rodrigo Duarte. “Teoria Crítica da Indústria Cultural”. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 192.

5 - Adorno, Theodor. “A Indústria Cultural”. Em: “Adorno”. São Paulo: Ed. Ática, 1986, págs. 92-3.

6 - Adorno, Theodor. “O Fetichismo na Música e a Regressão da Audição”. Em: “Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno”. São Paulo: Abril Cultural, pág. 165.

7 - Carone, Iray. “Adorno e a Música no Ar: The Princeton Radio Research Project”. In: “Tecnologia, Cultura e Formação... Ainda Auschwitz”. São Paulo: Cortez Editora, 2003, págs. 82-3.

8 - “O Fetichismo na Música e a Regressão da Audição”, pág. 169.

9 - Andrade, Mário de. “Ensaio Sobre a Música Brasileira”. São Paulo: Ed. Martins, 1962, pág. 25.

10 - Iray Carone. “A obsessão pelo jazz”. São Paulo: caderno “Mais”, “Folha de S. Paulo”, 2003.

Neste último semestre concentrei minha reflexão além de meu tcc[2] em temas que versam sobre *filosofia brasileira*. Sobretudo, no assunto: *há filosofia e filósofos brasileiros?* Agora, inspirado nas aulas e reflexões geradas na disciplina de mesmo nome, tendo como objetivo comentar os 4 textos indicados em uma aula intitulada como: *conversas com filósofos brasileiros*, tentarei compartilhar um pouco do resultado desta reflexão “semestral”.

Antes de abordar o tema filosofia brasileira, penso ser primordial dizer o que penso ser a filosofia. Filosofia, ao meu ver[3] é uma forma de vida, de existência, que têm por meio o conhecimento (teórico-prático) e fim a prática cotidiana. Ou seja, filosofia é um modo de existência que tem por mediação o conhecimento – histórico e atual, teórico e prático[4] - e têm seu fim único de transformar a realidade para melhor, visando a reprodução de vida e a denúncia de morte. Sim, pode parecer maniqueísta ou outras coisas, mas não vejo outra definição legítima que contrarie esta dada por mim acima. Pois, a finalidade última de qualquer Ser é a vida, é viver. Nunca soube de alguém que quisesse morrer, até nas experiências bem próximas de suicídio que tive contato, ocorreram pela privação de vida digna e portanto, não por vontade de morte. **O Ser humano é ser para a vida**, para a existência. Isso parece muito óbvio, mas penso que tratar do óbvio seja uma das funções da filosofia, pois ultimamente esta e outras afirmações tão óbvias, não são consensuais ou comuns.

Dada esta definição de filosofia como meio[5] de transformação social, desejo exemplificar algumas implicações que já percebo quanto à atitude filosófica. Historicamente não conheço um só filósofo que foi ileso em seu pensar, que não sofreu críticas, perseguições e muitas vezes fora morto por causa de sua filosofia. Quanto mais fora do sistema vigente – e contraditórias a ele – eram suas afirmações, maior parece que fora o que chamarei aqui de sua *recompensa filosófica*. Sócrates bebeu a sicuta, Cristo fora crucificado, muitos medievais morreram, alguns modernos tiveram privações sociais e até de saúde[6] e ainda hoje: o descaso, falta de reconhecimento, perseguições e críticas...

Assim, posso começar a rumar para o assunto central desta reflexão: diante desta definição de filosofia e de filósofo, o que seria uma filosofia brasileira? A filosofia é universal. Ou seja, se dá do particular para o universal. E se o particular é em âmbito local, sempre partindo da *experiência* concreta, pessoal do filósofo, o universal último da filosofia é o fim que enunciamos como visar a reprodução[7] da vida e a denúncia da morte.

E quando falo de uma **filosofia brasileira**, estou falando de uma filosofia autêntica que trate da reprodução da vida e denúncia da morte no – ou a partir do – Brasil. Ora, muitas vezes esta afirmação que já deve ter sido realizada por outros, pode gerar espanto, mas a filosofia, ao meu ver, sempre foi assim. O que faziam os tidos como clássicos: *Platão*, Sócrates, Aristóteles, e todos os que vieram antes deles, inclusive os egípcios, mesopotâmios, etc...? Ainda que não possa chamar o conhecimento existente antes do

grego de filosofia – mesmo este tendo contribuído enquanto pré-história necessária para o tal nascimento dela – e depois foi cruelmente negado e esquecido na história do [ocidente](#) – mas, desde então, passando pela Grécia, mundo antigo, medieval, modernidade e ainda hoje, o que têm feito a filosofia autêntica se não a utilização do conhecimento teórico-prático para transformar a sociedade para “melhor”? E aqui entro nesta discussão qualitativa e subjetiva do termo melhor. Melhorar a sociedade, no que tange melhora da qualidade de vida nas relações dos sujeitos enquanto indivíduos, enquanto sociedade que interagem consigo, entre si e com a natureza.

Se ainda não deixei claro, penso que uma filosofia autenticamente brasileira deve ser antes de tudo ética. Porque sua elaboração estará mediada pela tradição filosófica eurocêntrica e a baixa auto-estima intelectual brasileira que está acostumada com a idéia de que *os brasileiros não possuem asas metafísicas*. E se assim realmente for, este problema passa a ser um problemão porque nos remete a estas duas questões concomitantes:

O que a tradição eurocêntrica representa para o Brasil? Em uma só palavra: opressão! Sim, pois nos destituíram do que éramos, da nossa cultura, de nosso ser[8] e quiseram e querem nos impor o que devemos ser, desde nossa língua até nossa religião. Roubaram e roubam nossas riquezas e nos mantêm [escravos](#) de sua cultura.

O segundo problema, ao meu ver, é bem pior. Existe uma classe intelectual no Brasil, que hoje ainda é a classe hegemônica, que acha que não temos capacidade de pensarmos por nós mesmos, respondendo aos nossos problemas e dedicam suas vidas intelectuais à repetição desta tradição opressora, legitimando e perpetuando a opressão em nosso meio. E como esta classe é a que está à frente das grandes universidades do país, nos jornais e na midiogarquia[9] em geral, as tentativas de [pensamentos](#) autenticamente brasileiros são encobertos, rejeitados, etc.

Portanto, uma filosofia brasileira, penso eu, deve dar conta destes dois momentos: negativo e positivo, eticamente. Negativo enquanto negação da identidade eurocêntrica imposta a nós e assimilada em geral. E positiva enquanto propositora de caminhos que melhorem a reprodução da vida dos brasileiros em suas diversas dimensões. Desta forma, o diálogo com a tradição eurocêntrica enquanto pré-história de uma filosofia brasileira é mais positivo que negativo, pois são séculos de conhecimento e portanto de instrumento teórico-prático. Contudo, para o momento positivo desta filosofia brasileira, esta pré-história pouco têm a contribuir, pois se a Europa se constituiu a partir da negação do anterior constituindo-se enquanto único ser possível subsumindo o Outro[10] enquanto objeto, nós, nos constituímos sendo este Outro, oprimido, aniquilado e subsumido por eles. Agora que estamos conseguindo ao menos gritar que somos tanto quanto eles, não podemos ignorar nossa constituição e “querer dar o troco” simplesmente ignorando-os. Pois repetiríamos parte do erro ontológico que eles cometeram: dizer que nós somos e eles não. O contrário, podemos dizer-lhes: vocês erraram e nós poderemos errar em outras coisas, mas não nisso. Permitindo assim, a alteridade[11] em nossa filosofia, ou seja, acredito que o diálogo com a tradição filosófica eurocêntrica de forma ética seria reconhecer os avanços positivos que houveram e tentar avançar a partir deles na resolução de nossos problemas. *A filosofia dusseliana da libertação* faz isso de forma esplêndida em âmbito Latino Americano e penso que é um ótimo ponto de partida para pensar uma filosofia brasileira.

Desta forma, o texto do padre Vaz[12] é positivo no sentido de mostrar o posicionamento do intelectual, como *intelectual orgânico*[13], que apesar de engajado, não está vinculado a partidos ou ideologias específicas, é livre, mas nunca neutro, pois não existe neutralidade possível. Já no texto de Wilson Martins[14] gostei de algumas coisas, como por exemplo da diferenciação de filosofia no Brasil e Filosofia do Brasil, todavia, não me ficou bem claro sua definição se é que pretendeu uma, de filosofia. Já sobre a Marilena Chauí, comentando sua entrevista à revista Caros Amigos em novembro de 2005, revista número 104, mostra claramente o oposto do padre Vaz que ainda que seja um filosofar é inautêntico por estar claramente vinculado e à serviço de uma instituição: o partido dos trabalhadores, só pra citar, totalmente diferente da postura que têm Frei Beto, que apesar de auxiliar e até ter ocupado um cargo “no partido”, não deixou-se aprisionar a ele hoje é um dos maiores críticos deste. Finalizando esta reflexão, o texto do Olavo de Carvalho[15], sobretudo em sua definição do que é filosofia me provocou bastante. Mas, penso que ele radicaliza muito e de certa forma dogmatiza[16] quando diz que não há um filósofo na academia. Primeiro que é uma generalização apressada e esse é um princípio básico muito útil a nós. Depois que partindo de nossa definição de filosofia, a academia, assim como a educação – mesmo neste sistema que está aí – são dois ótimos veículos para o “ensino” – ou prática - da filosofia. No fim, concordamos que hoje, deve haver mais filósofos fora da academia que nela. E pra não deixar esta brecha sem comentar: uma filosofia brasileira pode sim, ser ensinada, sobretudo e principalmente com a atitude filosófica dos filósofos que a ensinam.

[1] Estudante de filosofia na UMESP, autor do blog
[HTTP://reflexaoaltera.blogspot.com](http://reflexaoaltera.blogspot.com)

[2] Que tem como tema uma introdução à Filosofia da Libertação de Enrique Dussel

[3] Esta é a definição que cheguei até hoje, com 27 anos, pode ser que não seja a mesma pra sempre, pois acho que como todos os outros conceitos, não existe um só que *necessariamente* permaneça o mesmo sempre.

[4] Conhecimento prático pode ser o relato de um povo, modo de viver de alguém, cultura, estética, etc.

[5] Que traz implícita o filósofo que se doa por opção e/ou vocação a realizá-la.

[6] Não só física, mas mental também

[7] Reprodução enquanto melhorar e ampliar a vida, o que implica sinteticamente na relação entre os sujeitos e deles com a natureza.

[8] Indígena-agricultor, religioso, etc...

[9] Mídia hegemônica que pertence à oligarquia brasileira

[10] O Outro enquanto diferente do que os Europeus são. Ainda hoje é assim que o eurocentro se mantém enquanto “centro do mundo”, apesar de estar em crise e decadência.

[11] Neste sentido, uma filosofia brasileira deve ser áltera: não dogmática, analética, que não emita verdades.

[12] <http://www.padrevaz.hpg.ig.com.br/artigo034.htm>

[13] Ao menos esta é a interpretação que faço do intelectual orgânico de Brecht

[14] <http://www.secret.com.br/tributos/wmartins.html>

[15] <http://www.olavodecarvalho.org/textos/temfilosofo.htm>

[16] Acho que nenhum dogma soa bem na filosofia

<http://www.consciencia.org/uma-filosofia-brasileira>

Brazilian Portraits pages of the Skidmore Collection

<http://library.brown.edu/collections/skidmore/portraits/>



From 1962 to 2004, Thomas E. Skidmore traveled to Brazil on multiple occasions. His love of the country extended into his academic research, where he traced the political, economic, and cultural expansion of the nation as it developed into a world power. During his trips, Professor Skidmore observed firsthand the significant changes wrought in Brazil throughout the twentieth century.

Professor Skidmore recently penned ninety sketches detailing his interactions with many influential Brazilians. His experiences reveal a diverse breadth of characters: presidents, writers, philosophers, hotel maids, and soldiers. Professor Skidmore shares both entertaining anecdotes about live interviews on television and insightful portraits of public figures handling the fluctuations of Brazilian government.

The collection of biographical sketches serves as a multidimensional look into Brazil and its people. Professor Skidmore's shrewd observations are an invaluable source for everyone interested in learning more about Latin America, particularly the complexities of Brazilian politics and social life.

Filter

show

allacademicactivistdiplomateconomistentertainerhistorianjournalistlawyermilitaryordinary peoplepoliticianpublisherreligious figurewriter

Alberto Dines

A Prominent Afro-Brazilian

Américo Jacobina Lacombe

Antonio Candido

Caio Prado Júnior

Carlos Lacerda

Celso Furtado

Celso Lafer

Clodomir Viana Moog

Dom Hélder Câmara

Edson Nery da Fonseca

Erico Verissimo

Fernando Henrique Cardoso

Francisco Iglésias

General Golbery Couto E Silva

Gilberto Freyre

Gregório Bezerra

Hélio Jaguaribe

Isaac Kerstenetzky

Jô Soares

João Camilo de Oliveira Torres

João Cruz Costa

João Guimarães Rosa

José Antonio Gonsalves de Mello

Jose Honorio Rodrigues

José Olympio

Juscelino Kubitschek De Oliveira

Leonel Brizola

Luiz Carlos Bresser Pereira

Mauro Mota

Orígenes Lessa

Orlando Carvalho

Otto Lara Resende

Paulo Sérgio Pinheiro

Priscilla Kritz

Roberto Campos

Sérgio Buarque de Holanda

Thales de Azevedo

Victor Nunes

Wanderley Guilherme dos Santos

Yvonne Maggie